

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ARNALDO RENE DÍAZ BONILLA

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL DE
HONDURAS, EL SALVADOR E GUATEMALA (2008-2017)**

Varginha/MG
2021

ARNALDO RENE DÍAZ BONILLA

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL DE
HONDURAS, EL SALVADOR E GUATEMALA (2008-2017)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dr. Débora Juliene Pereira Lima

Coorientador: Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo

Varginha/MG
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Bonilla, Arnaldo Rene Díaz.
B715a Avaliação do desempenho do gasto público social de Honduras, El Salvador e Guatemala (2008-2017) / Arnaldo Rene Díaz Bonilla. - Varginha, MG, 2021.
136 f. : il. -

Orientadora: Débora Juliene Pereira Lima.
Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2021.
Bibliografia.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 3. Indicadores sociais. 4. Despesa pública - Política governamental. I. Lima, Débora Juliene Pereira. II. Título.

CDD – 330

ARNALDO RENÉ DÍAZ BONILLA

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL DE HONDURAS, EL SALVADOR E GUATEMALA (2008-2017)

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 28 de maio de 2021.

Profa. Dra. Débora Juliene Pereira Lima - Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Alain Hernández Santoyo - Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho - Instituição: Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi - Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Débora Juliene Pereira Lima, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2021, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Fontelas Rosado Gambi, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2021, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alain Hernandez Santoyo, Professor do Magistério Superior**, em 28/05/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Usuário Externo**, em 31/05/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0517312** e o código CRC **0E13B29E**.

A meu Deus, à minha família, especialmente ao meu pai e à minha mãe por rezarem todos os dias que em mim haverá sabedoria, aos meus amigos por estarem sempre presentes. Aqueles que contribuíram para tornar minha estadia no Brasil possível e inesquecível, para aquelas pessoas que ficaram comigo tornando essa vida mais simples em um mundo cheio de desigualdades sociais.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi feito com muito esforço, dedicação, amor e paixão. Hoje agradeço àqueles que fizeram parte desse processo; para o programa de bolsas de estudo e a OEA-GCUB e a Universidade Federal de Alfenas MG, para me conceder a bolsa de estudos para cursar o mestrado e despertar em mim o espírito neste aprendizado das ciências econômicas.

Esta pesquisa não seria possível sem a orientação da Dr. Débora Lima e Dr. Alain Hernandez por me fornecerem o conhecimento e a direção científica para conduzir esta pesquisa.

Meus agradecimentos também aos professores que fizeram parte da banca avaliadora desta pesquisa: Dr. Thiago Gambi, Dr. Niemeyer Almeida Filho, Dr. Patrick Fontaine, agradeço suas considerações, suas contribuições e ensinamentos.

Aos meus colegas, especialmente à minha equipe do capitalimos tardio que estavam em todos os momentos, compartilhando conhecimento, alegrias, tristeza durante esses dois anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Meus sinceros agradecimentos para vocês.

RESUMO

Economia e gastos públicos têm sido dois elementos importantes de estudo hoje. Para entender é necessário intuir as relações entre suas principais unidades, tais como: Estado, governo, nação, política pública, política econômica, orçamento e gastos públicos. As instituições têm cumprido um papel fundamental no controle de políticas públicas, política econômica e gestão financeira; regulando e equilibrando a renda e o gasto do Estado, buscando fazê-los atuar com o melhor desempenho. As demandas que têm orientado a avaliação do desempenho econômico dos gastos sociais públicos têm buscado como principal objetivo gerar progresso e desenvolvimento para os países, especialmente melhorando o desempenho do orçamento público social; portanto, esta pesquisa através da dimensão econômica evangelizava o comportamento dos indicadores econômicos dos gastos sociais públicos nas áreas de saúde; educação; segurança do cidadão; urbanização e obras públicas; cultura e esporte de Honduras, El Salvador e Guatemala do ano 2008 a 2017. Para medir o desempenho econômico, foi implementada a seguinte metodologia: os dados foram relativizados para unidades com valor entre 0 e 1 o que facilitou sua operação. Foi realizada uma análise dos dados através da Análise de Componentes Principais (ACP) para obter os pesos dos índices, cálculo do desempenho utilizando o Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social (IDEGPS) determinado pelos pesos do ACP e validação dos resultados obtidos através do uso de testes não paramétricos. Para avaliar o desempenho econômico dos gastos públicos nesses três países, foram utilizados 21 indicadores econômicos de gastos sociais públicos, que foram caracterizados em 5 áreas de gastos sociais em cada um dos países. Os principais resultados da avaliação econômica dos gastos públicos para este período foi a caracterização relevante das diferenças significativas e similaridade de desempenho encontradas por áreas em cada ano em cada país e as diferenças significativas das áreas entre países, descobrindo que o maior desempenho do gasto social público para alguns países estava concentrado nas áreas de saúde, educação, segurança pública e cultura. No entanto, alguns países mostraram fraco desempenho em áreas prioritárias para o desenvolvimento social, tais como saúde e educação. Esta dissertação fornece informações quantitativas e qualitativas relevantes sobre o desempenho econômico dos gastos sociais públicos, a caracterização do desempenho por áreas e indicadores econômicos, um índice de medição IDEGPS que pode ser usado com segurança para medir o desempenho público, e o banco de dados utilizado neste trabalho está disponível.

Palavras-chave: avaliação de desempenho; gasto público social; indicadores econômicos; desempenho dos gastos públicos; Honduras; El Salvador; Guatemala.

ABSTRACT

The economy and public expenditure have been two important elements of study at present, because they are related. To understand them, it is necessary to intuit the existing relationships between their main units such as: State, government, nation, public policies, economic policy, budget and public expenditure. State institutions have played a fundamental role in the control of public policies, economic policy, and financial administration, regulating, and balancing the income and expenditure of the State, seeking the best performance. The requirements that have guided the evaluation of the economic performance of public social spending have sought as main purpose to generate progress and development for the countries, especially the improvement of the performance of the public social budget; therefore, in this research through the economic dimension, the behavior of the economic indicators of public social spending in the areas of health; education; citizen security; urbanization and public works; culture and sports of Honduras, El Salvador and Guatemala from 2008 to 2017 was evaluated. To measure the economic performance, the following methodology was implemented: the data were relativized to units with value between 0 and 1 that facilitated its operation, an analysis of the data through Principal Component Analysis (PCA) to obtain the weights of the indexes, the calculation of the performance through the Economic Performance Index of Public Social Expenditure (IDEGPS) determined by the weights of the PCA and a validation of the results obtained using non-parametric verification. To evaluate the economic performance of public spending in these three countries, 21 economic indicators of public social spending were used, which were characterized in 5 areas of social spending in each of the countries. The main results of the economic evaluation of public spending for this period of time were the relevant characterization of the significant differences and similarities in performance found by areas between each year in each country and the significant differences in the areas between countries, finding that the highest performance of public social spending for some countries was concentrated in the areas of health, education, public safety and culture; however, some countries showed low performance in priority areas for social development such as health and education. This dissertation provides relevant quantitative and qualitative information on the economic performance of public social spending, the characterization of performance by areas and economic indicators, an IDEGPS measurement index that can be safely used to measure public performance, and the database used in this work is available.

Keywords: performance evaluation; public social expenditure; economic indicators; public expenditure performance; Honduras. El Salvador. Guatemala.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Índice da área de saúde pública y assistência social	99
Gráfico 2 - Índice da área de educação pública.....	101
Gráfico 3 - Índice da área de segurança cidadã.....	102
Gráfico 4- Índice da área de urbanização e obras públicas.	104
Gráfico 5 - Índice da área de cultura e esporte.	105
Gráfico 6 - Índice do desempenho econômico de Honduras por áreas	108
Gráfico 7- Índice do desempenho econômico de El Salvador por áreas	109
Gráfico 8 - Índice do desempenho econômico de Guatemala por áreas.	110
Gráfico 9 - Gráfico comparativo por área e países	112
Gráfico 10 - Gráfico do IDEGPS geral por países	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos básicos do gasto público	27
Quadro 2 - Classificação dos gastos públicos por função governamental	54
Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características gerais dos países do estudo	38
Tabela 2 - Prova de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett	88
Tabela 3 - As comunalidades	89
Tabela 4 - Variância total explicada	91
Tabela 5 - Matriz de coeficiente de pontuação de componente	92
Tabela 6 - Cálculo dos pesos do índice por áreas e em geral	93
Tabela 7 - Índices para cada areas, país e índice global	95
Tabela 8 - Testes de Kruskal-Wallis por áreas	114
Tabela 9 - Teste estatístico de Kruskal-Wallis por países	115
Tabela 10 - Testes de post hoc (U de Mann-Whitney) por áreas	116
Tabela 11 - Teste de post hoc (U de Mann-Whitney) por países	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Análise de componentes principais
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CICIG - Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala
CIDH - Comissão Interamericana dos Direitos Humanos
EUA - Estados Unidos da América
FUNDE - Fundação Nacional para o Desenvolvimento
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMLN - Frente Farabundo Martí para a Liberação Nacional
FAR - Forças Armadas Rebeldes
IDEGPS - Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IAIP - Instituto de Acesso à Informação Pública
INEG - Instituto Nacional de Estatística da Guatemala
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU - Organização das Nações Unidas
OIM - Organização Internacional para as Migrações
ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OPS - Organização Panamericana da Saúde
OMS - Organização Mundial da Saúde
OEA - Organização dos Estados Americanos
PIB - Produto Interno Bruto
MPI - Instituto de Política Migratória
MINFIN - Ministério de Finanças Públicas de Guatemala
SICOIN - Sistema de Contabilidade Integrada
SEFIN - Secretaria de Finanças de Honduras
TNC - Triângulo do Norte Centro-americano
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URNG - Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca
UNDP/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE - União Europeia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	18
1.2 HIPÓTESE	19
1.3 OBJETIVO GENERAL	19
1.3.1 Objetivos Específicos:.....	19
1.4 JUSTIFICATIVA	19
2 TEORIA ECONÔMICA E GASTO PÚBLICO NO TRIÂNGULO NORTE DA AMÉRICA CENTRAL	24
2.1 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO DOS GASTOS PÚBLICO.....	30
2.2 CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO Y ECONÓMICO DE LOS PAÍSES DEL TRIÁNGULO DEL NORTE CENTROAMERICANO	37
2.2.1 Contexto social, político e econômico de Honduras	39
2.2.2 Contexto social, econômico e político de El Salvador	43
2.2.3 Contexto social, político e econômico da Guatemala	47
2.3 O GASTO PÚBLICO DE HONDURAS, EL SALVADOR E GUATEMALA.....	52
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	61
3.2 FONTES E DADOS	63
3.2.1 Deflator de valor em unidades monetárias atuais a valores constantes.....	66
3.3 ÁREAS E INDICADORES DE DESEMPEÑO ECONÓMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL.....	67
3.3.1 Indicadores de saúde	69
3.3.2 Indicadores de educação.....	70
3.3.3 Indicadores de segurança cidadã.....	71
3.3.4 Indicadores de urbanização y obras públicas	72
3.3.5 Indicadores de culturas e esporte	73
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE	78
3.4.1.1 Relativização de indicadores	79
3.4.1.2 Cálculo de pesos usando Análise de Componentes Principais.....	80
3.4.1.3 Formulação do Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social.....	84
3.4.2 Testes não-paramétricas de Kruskal-Wallis e pós-hoc (U de Mann-Whitney).....	85
4 ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL	87
4.1 DETERMINACIÓN DE LOS PESOS MEDIANTE EL ANÁLISIS DE COMPONENTES PRINCIPALES	88

4.2 ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL	94
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS IDEGPS POR ÁREAS	99
4.4 DESEMPENHO DOS IDEGPS POR PAÍS	107
4.5 DÓCIMAS DE KRUSKAL-WALLIS Y MANN-WHITNEY	114
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFÊRENCIAS	122
APÊNDICE A	133

1 INTRODUÇÃO

A compressão da realidade atual dos desafios globais requer uma análise dos fatores que envolvem os diferentes aspectos sociais, as questões políticas e econômicas que fazem parte dos meios para alcançar o desenvolvimento em uma nação. Portanto, há necessidade de enfatizar os eventos capazes de promover o desenvolvimento econômico e como esses três aspectos mencionados acima são desenvolvidos e promovem o bem-estar social. Nesse contexto, instituições públicas que fazem parte de um Estado-nação¹ desempenham um papel fundamental porque elas regulam e implementam as políticas públicas, econômicas, sociais e incluem a participação e a gestão pública do Estado.

Em economia são analisadas aspectos importantes das políticas econômicas e de desenvolvimento, bem como seus princípios básicos para compreender a intervenção estatal ou a não intervenção. Algumas proposições de política econômica geram extensas discussões sobre a intervenção do Estado como contribuição para o desenvolvimento² de nações para gerar bem-estar. Esta questão é discutida pelas correntes econômicas que permitem dar uma visão mais ampla sobre o papel desempenhado pelas instituições públicas e governos em diferentes períodos.

A intervenção do Estado na economia tem sido discutida e defendida por seu papel há muito tempo, desde a visão de Keynes sobre o papel que a economia deveria desempenhar para estimular as demandas nos momentos mais críticos da recessão econômica, ou como evitar as consequências sobre os impactos sociais, tais como emprego, renda, gastos públicos, entre outros. As correntes neoclássicas e os pensadores da nova economia clássica têm algumas divergências em relação à visão de Keynes sobre a intervenção estatal na economia, eles não concordam com a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento das nações são estimulados pelo Estado. (COMÍN *et al.*, 2009).

É notável que o Estado tem sido protagonista na tomada de decisões que regulam a economia, o controle político e as decisões importantes sobre uma nação. É evidente que a

¹ A formação de estados nacionais na América Latina mostra que não é possível entender a "nação feita" com as únicas determinações da comunidade territorial, relações econômicas, linguagem e cultura. Solidificar estrutura e superestrutura é a vocação essencial da comunidade nacional. Essa realidade deve ser incorporada à categoria nação como o principal instrumento para essa solidariedade e essa estabilidade resultante é o Estado (SOLER, 1980, p. 267).

² A ideia de desenvolvimento tem pelo menos três dimensões: 1. A de aumentar a eficácia do sistema de produção social; 2. A satisfação das necessidades básicas da população; 3. Alcançar metas que são aspiradas pelos grupos mais dominantes em uma sociedade e competir no uso de recursos escassos para produzir (FURTADO, 1970, p. 17- 40).

participação dos governos, especialmente no poder de decisão das funções do desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos sociais, envolve diretamente os setores públicos.

O Estado é o regulador do orçamento público através das instituições públicas, e à medida que cresce o controle social, as tecnologias, as novas formas de investigar e comunicar, é necessário que haja melhorias nos processos de transparência e desempenho das funções para as quais foi designado (COMÍN *et al.*, 2009).

Na administração pública, pode-se falar de desempenho como uma medição sistemática e contínua dos resultados obtidos pelas instituições públicas no exercício de sua administração e a comparação desses resultados com aqueles desejados ou planejados, com o objetivo de melhorar os padrões de desempenho da instituição. A geração de estratégias para avaliações de desempenho é geralmente periódica e caracteriza-se como uma ferramenta importante para melhorar os recursos financeiros e humanos da Administração Pública (OECD 1998).

É importante mencionar que as Nações Unidas (ONU) criaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecidos como Objetivos Globais, que foram adotados por todos os países que fazem parte da ONU desde 2015 como um "*objetivo universal para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade até 2030*", de acordo com (PNUD/ODS, 2020).

Os ODS representam uma agenda transformadora e são lideradas por organizações sociais e governos, cujos fundamentos são: transparência, participação cidadã, supervisão social e impacto social para alcançar juntos o desenvolvimento ambiental, econômico e social equilibrado. Nesta abordagem, a ONU faz recomendações aos Estados para que suas agendas e o desenvolvimento de políticas e programas sociais, nos quais seus recursos econômicos são executados, sejam realizados de forma transparente, eficiente, eficaz e com o melhor desempenho de seus recursos.

Quando o Estado não é competente para dar respostas significativas sobre como se desenvolve o exercício econômico do orçamento público de receitas e despesas; e os resultados sobre o exercício de execução desses fundos públicos, procura-se da sociedade civil, das instituições e da cooperação internacional encontrar uma correspondência para gerar respostas mais ágeis e eficientes sobre esse exercício público (AMPARÁN; ORTEGA, 2000).

Sobre a administração orçamentária dos gastos públicos e as medidas para avaliar o desempenho da administração pública, é importante levar em conta que cada país tem características muito diferentes, desde sua cultura, leis, formas de governo, práticas e democracia para exercer suas funções. Assim, a avaliação do desempenho é importante para

comparar resultados sobre os recursos investidos em projetos, programas ou políticas. E esses resultados podem ser comparados entre áreas de desenvolvimento, entre países ou regiões para que permitam que sejam feitas reflexões profundas, além de recomendações mais úteis para as instituições públicas na tomada de decisões e programação técnica do gasto público (SCHEDLER, 1999, p. 13-28).

Esta pesquisa apresenta elementos de discussão sobre a avaliação do desempenho do gasto público social. Refere-se ao "gasto público social" como aquele gasto econômico que permite satisfazer as necessidades básicas da população que são economicamente vulneráveis, tais como: saúde, educação, saneamento básico de aquedutos e esgotos, habitação, segurança cidadã, cultura, entre outros, de acordo com (OCDE 1998).

Uma das maneiras de garantir os princípios do Estado sobre os gastos públicos é mostrar o desempenho eficiente e clareza na administração pública. Estes princípios devem existir em todas as distinções e particularidades envolvidas em qualquer despesa do orçamento público.

Ao aplicar uma avaliação de desempenho dos gastos públicos, recomenda-se aplicar medidas que tenham um desenho preventivo, ou seja, para melhorar o desempenho de como os recursos são executados para fornecer serviços e produtos de bem-estar público dentro de cada país. Ademais, uma investigação do desempenho deve considerar indicadores que fazem parte dessas áreas específicas e como esses indicadores representam resultados de eficiência, eficácia ou progresso dos gastos públicos, (OECD, 1998).

Um passo importante nas medidas de desempenho dos gastos públicos do Estado, especialmente na análise dos recursos econômicos, considera uma característica muito particular que é gerar medidas de desempenho que tenham como resultado a mensuração do bem-estar social, o que significa *"a valorização que fazemos das circunstâncias e do funcionamento dentro da sociedade"*, estas incluem integração social, aceitação social, contribuição social, impactos sociais e coerência com respeito ao grupo de estudo, de acordo com (KEYES, 1998, p. 122).

O bem-estar social relacionado às respostas ou aos resultados de como os recursos econômicos do Estado são investidos, tem a ver com os resultados medidos em períodos de tempo, com os resultados daquelas ações que sejam credíveis, com a confiança da sociedade em suas realizações, com a coerência das capacidades de resposta para suprir necessidades básicas e com aquela percepção da qualidade do desempenho exercido no funcionamento efetivo das instituições públicas com o objetivo de gerar bem-estar social.

Os países estudados nesta pesquisa são: Honduras, Guatemala e El Salvador, que são marcados por várias etapas de mudança nas estruturas governamentais e no desenvolvimento econômico. Desde 1990 esses países começaram a transformar a administração das instituições estatais e as formas de gestão pública, como um desafio que tem sido fortemente criticado por serem países com grandes lacunas de desigualdade e baixo crescimento econômico na região.

Estes países apresentam desafios no desenvolvimento humano como uma das maiores lacunas na desigualdade social e institucional, com fortes recomendações de organizações internacionais como as Nações Unidas, CEPAL e o Banco Mundial, que exigem mudanças nas estruturas administrativas, em suas formas de governo e na gestão política dos países para melhorar o serviço público, elevar o desenvolvimento social e econômico a outros padrões de eficiência e desempenho exigidos para a região, de acordo com (PNUD, 2019).

Neste processo de modernização da administração pública e de suas formas de governança, Honduras foi um dos pioneiros na criação de programas de reforma da administração pública no ano de 1981, seguido pela Guatemala, que também teve seu primeiro início em 1986 com uma nova organização pública em suas instituições, em busca de eficiência, rapidez, qualidade e melhoria do desempenho dos serviços públicos oferecidos. Posteriormente El Salvador fez uma grande mudança ao elaborar uma agenda modernizadora para as reformas do Estado em 1999, com planos de ação ambiciosos para mudanças estruturais na administração dos bens públicos, mas esses processos de transformação ainda estão em andamento (DÍEZ *et al.*, 2007).

É importante notar que não foram apenas as demandas internacionais que promoveram mudanças nos Estados, mas também a sociedade civil se juntou às demandas internacionais para promover uma nova etapa da democracia, que promove a modernização, o desenvolvimento e o desempenho das instituições públicas, para fornecer serviços de maior qualidade e com maior eficiência. Ao mesmo tempo em que o desempenho dos gastos públicos se manifesta dos governos centrais até municipais, com o objetivo final de gerar desenvolvimento para as nações (DÍEZ *et al.*, 2007).

De acordo com García e Bonivento (2016), para exercer a função pública, é necessário trabalhar a partir de perspectivas objetivas e transformadoras que outros países já estão realizando para melhorar a administração de seus recursos. Naturalmente, as experiências variam porque existem diferentes políticas públicas, econômicas e sociais de acordo com as circunstâncias de cada país; no entanto, podem ser adotadas medidas para exercer seu desempenho aliado à realidade de cada nação.

Nas formas de administração dos recursos públicos deve existir em cada entidade que a dirige uma forma de autolimitação, autogestão e autocontrole, a fim de dar coerência e corroborar o cumprimento das obrigações, especialmente do poder executivo e das diferentes gestões que são desenvolvidas diariamente nas instituições do Estado, (GARCÍA; BONIVENTO, 2016).

A fim de analisar o desempenho do Estado na execução dos gastos públicos nos três países da região do Triângulo Norte da América Central (TNC), à qual pertencem as nações de Honduras, El Salvador e Guatemala, foi realizada uma avaliação econômica do desempenho público especificamente em 5 áreas de desenvolvimento social: saúde; educação; segurança pública; urbanização e obras públicas; cultura e esportes.

Para medir esses resultados do desempenho econômico do gasto social público nessas áreas, 21 indicadores econômicos de desempenho público foram utilizados por uma série temporal de 10 anos, de 2008 a 2017, o que permite a construção de um *Índice Econômico de Desempenho do Gasto Público Social (IEDGPS)*, para que seja possível analisar de maneira mais eficaz o desempenho dos recursos econômicos que foram alocados nas áreas de desenvolvimento social para os 3 países selecionados.

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o desempenho econômico dos gastos por indicadores, por áreas e países, através de uma descrição gráfica, que permite comparar as relações existentes dos gastos públicos. Esta análise é importante porque pode aumentar, orientar e otimizar as estratégias do Estado, no momento necessário de programar, executar e medir o grau de desempenho dos gastos públicos nos três países participantes.

Finalmente, serão apresentadas as bases de dados do gasto público social para o período 2008 – 2017, uma tabela de indicadores econômicos do gasto público social e um IDEGPS, que foram utilizados para apresentar a dimensão econômica do desempenho dos gastos públicos nos três países.

1.1 PROBLEMA

Como se comportaram os indicadores de desempenho econômico do gasto público social em Honduras, El Salvador e Guatemala de 2008 a 2017?

1.2 HIPÓTESE

O comportamento dos indicadores de desempenho econômico do gasto público social em Honduras, El Salvador e Guatemala, nas áreas de saúde, educação, segurança cidadã, urbanização, obras públicas, cultura e esporte; tem sido caracterizado pela instabilidade orçamentária dos gastos, dadas as limitações de recursos apresentadas por esses países durante o período 2008 - 2017.

1.3 OBJETIVO GENERAL

Avaliar o comportamento dos indicadores de desempenho econômico do gasto público social nas áreas de saúde; educação; segurança cidadã; urbanização e obras públicas; cultura e esporte em Honduras, El Salvador e Guatemala de 2008 a 2017.

1.3.1 Objetivos Específicos:

- a) discutir os fundamentos teóricos da teoria econômica e gasto público no triângulo norte da América Central;
- b) caracterizar o contexto econômico, social e político dos três países que compõem o objeto de estudo;
- c) definir os indicadores para avaliar o desempenho econômico do gasto público social em Honduras, El Salvador e Guatemala nas áreas de saúde, educação, segurança pública, urbanização, obras públicas, cultura e esportes;
- d) estimar um índice do desempenho econômico do gasto público social nos três países durante o período analisado;
- e) realizar uma análise comparativa dos indicadores de desempenho econômico do gasto público social entre os três países, no período de 2008 a 2017, em cada uma das áreas.

1.4 JUSTIFICATIVA

Diferentes discussões e abordagens são realizadas a partir dos aspectos sociais, políticos e econômicos para se referir ao Estado, ao governo, ao desenvolvimento social e econômico

das nações. Nesta pesquisa não haverá abordagens profundas sobre as relações do desenvolvimento econômico e as políticas públicas de intervenção ou não intervenção do Estado na economia; entretanto, será realizada uma abordagem reflexiva que permita compreender as relações existentes entre as políticas públicas que o Estado desenvolve, buscando compreender a existência dos principais agentes que levam a impulsionar e executar o orçamento público. Focalizando esta discussão no gasto público social em termos econômicos para desenvolver ações que permitam o desenvolvimento econômico e social, a fim de atender às necessidades dos cidadãos.

Com o intuito de verificar se o Estado e a economia são esferas independentes ou mutuamente relacionadas, a partir de uma análise mais aprofundada, esta pesquisa aborda as possíveis relações entre eles, levando em conta que ambos são incorporados dentro de estruturas institucionais específicas, com uma relação interessante na configuração política do desenvolvimento. Nesta pesquisa, serão abordados alguns estudos sobre o desenvolvimento social e econômico e sua relação com o orçamento público, para o qual nos concentraremos no gasto social em 5 áreas principais.

De acordo com Aschauer (1989), Barro (1990) e Turnovsky e Fisher (1995), em referência à teoria neoclássica, considerando que os efeitos reais dos gastos públicos são regularizados de certa forma pelo impacto na função de utilidade causado pelos consumidores finais; assim como, o impacto na produtividade e consumo de bens e serviços. Esta visão se baseia no fato de que existem diferenças estruturais nos efeitos dos gastos públicos sobre as decisões de consumo, produção e investimento de recursos nos aspectos sociais de um país. Os efeitos acima, portanto, têm uma clara relação com o desenvolvimento econômico, de acordo com estas abordagens, são causados pela distribuição, a execução dos gastos públicos e as disposições que os governos tomam em suas decisões políticas para responder às necessidades mais importantes da nação.

Em uma perspectiva do desenvolvimento econômico e de busca do bem-estar dos cidadãos, é atribuído um papel endógeno³ do Estado nos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento humano. O Estado desempenha um papel importante na composição do orçamento público interno e no desenvolvimento da nação, tendo em vista o quadro econômico e social como um todo, para tentar adotar uma abordagem mais clara e associada ao gasto

³ Quando se refere à economia, a endogeneidade do papel dos governos é o surgimento de governos que garantem direitos de propriedade física e intelectual, regulamentações financeiras, exportações, regulamentações de mercado e a combinação de tecnologia com capital humano para gerar desenvolvimento.

público executado em seu máximo desempenho nas principais áreas de desenvolvimento social dos países de estudo.

O desenvolvimento de uma nação está relacionado com as condições sociais dos indivíduos, e com cada fator que faz parte do ambiente no qual os sujeitos vivem, o que permite, ao mesmo tempo, melhorar satisfatoriamente as condições sociais de uma vida digna. Para alcançar um equilíbrio entre essas condições é necessária a participação ótima do Estado, assumindo efetivamente seu papel nos sistemas de produção, gestão, desempenho e eficiência na satisfação das necessidades básicas que as pessoas precisam viver. Portanto, o Estado tem um papel-chave na promoção do desenvolvimento social e econômico das nações.

As Instituições de cooperação internacional como a ONU, o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a União Européia (UE) e instituições governamentais estão trabalhando em objetivos principais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, agendas regionais e políticas públicas internas para reduzir às desigualdades sociais. Neste sentido, os processos de fortalecimento institucional e cidadão, indivíduos e comunidades que levantam sua voz para exigir resultados e buscar novas medidas que permitam o controle social, com o objetivo de monitorar e tornar transparente o desenvolvimento da execução do orçamento público através de diferentes produtos e serviços destinados ao desenvolvimento de seus países, estão crescendo (PNUD, 2020).

Para García e Bonivento (2016) é difícil comparar a situação de países altamente desenvolvidos com países menos desenvolvidos no âmbito da função pública, devido à falta de informações disponíveis. Porém, os países são chamados a fazer parte do desafio de criar outras formas de governo e novos processos democráticos que permitam compreender de forma analítica os eventos da administração dos bens públicos e seus recursos econômicos, de acordo com as possibilidades de cada país.

No caso de Honduras, El Salvador e Guatemala, são países com poucas diferenças na administração de seus recursos econômicos, pode-se dizer que são muito mais iguais uns aos outros do que o resto dos países da região. Infelizmente, estas semelhanças são lacunas de desigualdade em comparação com outros países mais desenvolvidos, carecem de agendas políticas e políticas públicas de desenvolvimento, assim como a falta de informação disponível aos cidadãos e pesquisadores, que é limitada e ineficaz.

Uma ferramenta importante para melhorar a gestão e as práticas responsáveis da administração pública são as abordagens de diferentes teorias e práticas, nas quais o Estado pode exercer o papel ideal da "prestação de contas", em outras palavras, a "responsabilidade"

que é amplamente utilizada com o objetivo de gerar mudanças ou melhor, fortalecer as formas de como eles estão gerenciando os recursos públicos de uma nação (DÍEZ *et al.*, 2007).

Esta pesquisa busca realizar uma análise do desempenho que exerceu a função de gasto público na última década (2008-2017) com oscilações constantes em termos de desenvolvimento econômico e social para os países participantes. Os dados são obtidos de fontes primárias, de relatórios de execução orçamental que as instituições governamentais responsáveis pelas finanças públicas anualmente. Para esta classificação das informações, a "dimensão econômica" está sendo levada em conta de acordo com as recomendações da CEPAL.

As 5 áreas de desenvolvimento social são: saúde pública, que inclui serviços de saneamento básico; educação pública primária, educação superior e educação para o trabalho; segurança cidadã; urbanização, obras públicas; cultura, arte e esportes. As áreas mencionadas acima são construídas através de 21 indicadores econômicos, derivados de áreas com dimensionalidade econômica.

O principal objetivo é avaliar o comportamento dos indicadores econômicos do gasto social público nas áreas de saúde; educação; segurança cidadã; urbanização e obras públicas; cultura e esporte de Honduras, El Salvador e Guatemala de 2008 a 2017, com o qual se pretende obter resultados concretos e de fácil interpretar, que servirão na tomada de decisões para pesquisadores, cidadãos, governo e qualquer instituição estatal que tenha a necessidade de uma ferramenta de análise e medição dos resultados de desempenho do gasto público. Estas informações podem ser utilizadas em qualquer despesa pública relacionada, buscando medidas de desempenho de gastos em termos econômicos executados ou investidos em planos governamentais, a fim de orientar suas políticas públicas, seu orçamento e seu desenho em melhoria contínua para incentivar o impacto e o bem-estar social da nação.

Inicialmente para este estudo se pretendia trabalhar com os 5 países da região centro-americana; mas, se concluiu que somente três países (Honduras, El Salvador e Guatemala) pertencentes ao tratado comercial do "Triângulo Centro-Americano do Norte", que permite ter uma relação homogênea em quase todas as características do âmbito do desenvolvimento social, econômico e político, poderiam ser trabalhados.

Os três países considerados no estudo têm fronteiras entre eles e seus modelos de execução dos gastos públicos com semelhanças; entretanto, a Nicarágua após uma tentativa de estudo não foi considerada, pois neste país era difícil encontrar informações públicas sobre os gastos públicos e o acesso a estas informações era difícil, visto que não há dados disponíveis

para a cidadania. A nação da Costa Rica não foi considerada neste estudo, pois mostra uma diferença significativa no desenvolvimento social e econômico, principalmente com novas políticas para a execução dos gastos públicos em questões de segurança pública, educação e saúde.

2 TEORIA ECONÔMICA E GASTO PÚBLICO NO TRIÂNGULO NORTE DA AMÉRICA CENTRAL

Neste capítulo será seralizada uma análise dos principais conceitos que são teoricamente abordados acerca dos gastos públicos e da teoria econômica, concentrando-se nos principais postulados e lições aprendidas na América Latina. Antes de tudo, deve-se reconhecer que a abordagem das diferentes teorias sobre desenvolvimento econômico, gastos públicos e intervenção do Estado na economia⁴, é caracterizada por sua diversidade e não pela singularidade, baseada nas diferentes abordagens encontradas na diversidade de pensamento e ideologias. Essas teorias têm sido importantes por sua influência e importância na época, pelo contexto histórico em que foram construídas e discutidas: argumentando a favor de pouca ou muita intervenção do Estado no desenvolvimento econômico e social dos países.

Desde as correntes Keynesianas que defenderam sua máxima intervenção, até os clássicos da economia (que se opuseram a Keynes por defenderem pouca intervenção de governos e das instituições políticas em questões econômicas) são muitas as correntes de pensamento econômico que apresentam diversos argumentos acerca do grau de intervenção do Estado na economia.

É importante mencionar o surgimento das principais razões para a relação entre os postulados de economia e gastos públicos. A teoria econômica é diversa, e neste contexto existem diferentes abordagens teóricas, destacando o início do século XIX, quando os cenários econômicos estavam praticamente divididos em duas teorias econômicas: a teoria marxista e a teoria liberal. A teoria marxista tinha Karl Marx como seu mestre, que defendeu a ideia de que o Estado deveria ter uma forte participação, domínio no poder e controle da produção e de toda a economia de um país. Ao contrário, a teoria liberal liderada pelo economista Adam Smith, que defendeu o mercado livre e o Estado, deveria garantir apenas os direitos à propriedade privada (FIORI, 2013).

No século XX, com o surgimento da teoria keynesiana que introduziu o Estado como um agente econômico participante do pleno emprego e os defensores do neoliberalismo discutindo uma agenda neoliberal na década de 1940, que permaneceu em grande parte não manifestada. Entretanto, seu objetivo era apoiar a ampla liberalização da economia, o livre

⁴ Segundo as correntes de desenvolvimento, desde Keynes (heterodoxo), que defendeu uma forte intervenção do Estado, até os neoclássicos (ortodoxos) e os pensadores da nova economia clássica, embora tenham discrepâncias sobre a intervenção ou relação do Estado com o desenvolvimento, estes últimos apoiam pouca intervenção do Estado no desenvolvimento.

comércio em geral e uma redução drástica dos gastos públicos e da intervenção do Estado na economia, que ao mesmo tempo procurava beneficiar vigorosamente o setor privado e deixar de lado as responsabilidades e exigências sociais (FIORI, 2013).

Com relação à teoria econômica, as críticas mais recentes à teoria do desenvolvimento econômico incluem a CEPAL, especialmente para as Américas, com o modelo da CEPAL de "substituição de importações", a "teoria da dependência", as contribuições da contrarrevolução neoclássica e finalmente os postulados mais recentes da teoria, especialmente ligados ao aprofundamento das teorias neoclássicas. Atualmente, outros temas de discussão sobre meio ambiente e sustentabilidade estão sendo tratados, onde a CEPAL aposta no trabalho conjunto entre o Estado, os cidadãos e as entidades econômicas.

Para contextualizar a teoria da dependência, segundo Kolling (2007), esta teoria surgiu na América Latina nos anos sessenta e setenta do século XX, com o objetivo de compreender as características estruturais dos países em desenvolvimento no sistema capitalista de produção. Ao confirmar as baixas expectativas atribuídas aos supostos efeitos da industrialização via substituição de importações, a teoria da dependência considera que o comércio internacional enfraquece os países pobres através de vários mecanismos, tais como: vantagens competitivas nesses países que são grandes exportadores de matérias-primas e importadores de produtos industriais que afetam as condições de comércio e exploração de mão-de-obra.

Furtado (1961) é um dos economistas brasileiros que está entre os mais importantes autores das teorias cepalinas. Essas teorias analisaram o subdesenvolvimento econômico da América Latina. Segundo o autor, desde a primeira metade do século XX, a América Latina era uma região caracterizada pela integração de mercados internacionais que lideravam e continuam liderando as exportações de produtos primários. O desenvolvimento capitalista cria em seu curso subdesenvolvimento, pois estão intimamente ligados e para se desenvolver, geram estruturas econômicas heterogêneas, onde certos grupos sociais têm o poder de estabelecer decisões e estruturas econômicas que promovem a desigualdade social.

Por sua parte, Marini (2011, p. 135) faz uso do materialismo dialético e da teoria marxista do valor formulada no capitalismo para interpretar a realidade latino-americana do capital, da força de trabalho e da produção aplicada à economia política da dependência. Marini identifica três momentos na integração da América Latina no mercado mundial: i) o primordium do mercado mundial (século XVI, com a ocupação europeia); ii) a divisão internacional do trabalho (1840 aproximadamente); iii) o imperialismo (1870 em diante), como aspectos básicos

nos processos de desenvolvimento da América Latina e que contribuíram para que a acumulação nos países centrais passasse a depender basicamente da mais-valia relativa.

Segundo Fiori (2013), na América Latina, o crescimento econômico foi afetado pela crise de 1970 e 1980 que reduziu gradualmente o emprego, o valor da moeda, a migração, a dívida externa, a política fiscal, entre outros. Esse impacto negativo foi mais forte nos países da América Latina, e foram esses mesmos países que começaram a impor uma nova agenda, para priorizar ajustes na ordem financeira, com um forte debate político sobre intervenção estatal e despolitização dos mercados. Mais tarde, com a chegada da crise econômica de 2008, houve grandes mudanças e desafios na inflexão política, na qual a relação entre institucionalidade e governança democrática foi importante para enfrentar a crise, o que traz de volta algumas questões do debate político do Estado e do desenvolvimento econômico que propõe diretrizes para melhorar a "governança democrática" na América Latina.

As discussões sobre a intervenção do Estado no desenvolvimento econômico têm evoluído de acordo com os acontecimentos históricos da época. No caso dos países latino-americanos em suas políticas desenvolvimentistas, argumentam que eles utilizaram políticas macroeconômicas ortodoxas, bem como políticas neoliberais sobre a participação e intervenção do Estado, que não serão discutidas em profundidade nesta pesquisa, no entanto, ela faz parte das discussões sobre o desenvolvimento econômico na região.

Embora estas ideologias políticas tenham discrepâncias, elas compartilham a visão do Estado como construtor ou destruidor do desenvolvimento econômico. Por sua vez, eles associam o Estado ao capital privado e sua luta pelo controle e poder sobre as decisões, intervenção e administração de um país e seu desenvolvimento econômico.

Para contextualizar a teoria dos gastos públicos e sua relação com a teoria econômica, é importante compreender o significado de alguns termos-chave que permitam ter uma visão mais ampla da abordagem contextual para atingir os gastos públicos, através de uma discussão sobre: Estado, governo, nação, orçamento do Estado e despesas públicas, que são detalhados abaixo.

Quadro 2 - Conceitos básicos do gasto público

Conceito	Estado	Governo	Nação	Orçamento do Estado	Gasto Público
Descrição	<p>O Estado é uma forma de organização política que se constitui num determinado território, refere-se ao conjunto de instituições permanentes que têm a finalidade de administrar os assuntos públicos. O Estado é o vestuário orgânico e político da nação.</p> <p>(TORRES; LOGROÑO, 2016). (CALDUCH, 1991).</p>	<p>O governo se refere a uma autoridade que dirige, controla e administra as instituições e órgãos de um Estado e nação.</p> <p>(TORRES; LOGROÑO, 2016).</p>	<p>Nação é o grupo de pessoas que vivem em um país, são identificadas por seu idioma, raça, cultura etc. E eles são governados pelo mesmo governo.</p> <p>(TORRES; LOGROÑO, 2016). (CALDUCH, 1991).</p>	<p>É uma previsão das receitas e despesas do Estado para um ano fiscal em um determinado período fiscal (anual), e é estabelecida por lei pelo Poder Executivo.</p> <p>(LOZANO, 1982) GUERRERO; LÓPEZ, 2000).</p>	<p>Se refere a um valor monetário desembolsado ou investido pelo setor público para desenvolver suas atividades, através de instituições estatais.</p> <p>(MOTA, 2010). (AMPARÁN; ORTEGA, 2000).</p>

Fonte: Elaboração própria, citando os autores correspondentes.

O Estado foi construído com base em diferentes formas de organização, ao longo do tempo evoluiu e abordou as relações políticas e econômicas de uma nação, nas quais se pode ver claramente os vínculos existentes de poder, decisão e proteção social básica no nível dos indivíduos e das instituições. É importante reconhecer que o Estado é uma forma de organização do poder, de identidade política comum à qual os cidadãos de uma nação aspiram ou se esforçaram na busca do bem-estar comum e de seus próprios interesses.

Com referência aos conceitos descritos acima, pode-se dizer que eles são os conceitos básicos para entender a função do orçamento público, que através de vários atores envolvidos nesta estreita relação do Estado, nação e governo determina estas previsões do orçamento público, este último ao mesmo tempo é dividido em duas partes específicas; receitas e despesas, despesas que também são chamadas despesas públicas que podem ser divididas em despesas correntes que se referem a despesas em bens e serviços para o setor público e despesas de capital que se referem a investimentos em bens públicos e administração destes.

Para uma melhor compreensão do gasto público sobre seus recursos econômicos e suas formas de implementação em termos dos objetivos desta pesquisa, é feita referência específica ao gasto público de impacto social, refletindo, de certa forma, as prioridades de investimento do Governo nos diversos bens ou serviços oferecidos e facilitando a identificação do impacto dos recursos de acordo com os objetivos propostos, portanto é definido em termos gerais como "gasto social público":

O montante de recursos destinados ao financiamento de planos, programas e projetos cujo objetivo é gerar um impacto positivo sobre algum problema social, independentemente da entidade administrativa e setor que desempenha cada função (educação, saúde, nutrição, seguridade social, assistência social, trabalho, moradia, água e saneamento), a fonte de financiamento (pública, direcionamento dos "beneficiários", doação privada ou doação do exterior) e o item de custo ao qual são destinados (despesas correntes e de capital) (CEPAL, 2010, p. 35).

Esta definição reafirma a incorporação das decisões governamentais sobre as instituições estatais que exercem a administração dos recursos econômicos para o gasto social público, o que também requer o apoio dos esforços de outros agentes sociais, que são uma parte importante da gestão social de uma nação, no nível de projetos e políticas públicas que melhoram o desenvolvimento dos cidadãos.

Estas definições e discussões sobre a teoria econômica e os gastos públicos abordam a compreensão do crescimento econômico, na forma de produção, administração dos recursos ou políticas públicas que são desenvolvidas pelo Estado. Várias teorias econômicas, como as tradicionais escolas de pensamento, as clássicas, neoclássica e keynesiana; dão especial importância à mobilidade dos fatores de capital e trabalho, que têm sido as significativas para gerar discussões que impulsionam a ação econômica e o efeito propulsor dos gastos públicos para reduzir a contração econômica, de acordo com (COMÍN; FUENTES, 2009).

Para Comín e Fuentes (2009), em uma análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nos países da Argentina, Brasil, México e Espanha durante o século XX, discutem a lei de Wagner e a teoria de Keynes estabelecida sobre gastos públicos e crescimento econômico: a primeira afirma que o crescimento dos gastos públicos é explicado como resultado da atividade econômica dos países, enquanto a segunda argumenta que o crescimento das economias se encontra no estímulo à atividade econômica através do aumento dos gastos públicos. Ao explorar estas relações, eles procuram testar através de técnicas de análise de séries temporais, as relações existentes entre as principais variáveis do Produto Interno Bruto (PIB) e os gastos públicos. A fim de medir o cumprimento da lei de Wagner versus a hipótese de Keynes, onde se conclui; a prova existencial de uma relação estreita entre o PIB e os gastos públicos nos 4 países de estudo, destacando a importância da expansão dos fatores sociais que

favorecem o setor público, que também são de interesse para o desenvolvimento social e o crescimento econômico.

Comín e Fuentes (2009), referindo-se às leis de Wagner de reestruturação das sociedades e demandas sociais elásticas, destacam a importância do emprego na indústria, o crescimento demográfico e a participação diversificada das populações no trabalho, argumentando que o PIB provoca os gastos. Em contraste, os princípios monetários para estimular a economia de acordo com a hipótese keynesiana afirmam que os gastos públicos precederiam o aumento do PIB. Isto significa que, uma vez que os gastos seriam uma ferramenta fundamental para alcançar um maior crescimento da economia e, assim, aumentar os recursos de um país.

A reestruturação do crescimento econômico refere-se à necessidade de aumentar a oferta de bens públicos essenciais para viver com dignidade, tais como justiça: direitos humanos, ordem interna na sociedade, infraestrutura, regulamentação econômica e transparência. As demandas elásticas estão diretamente relacionadas à renda per capita, relacionadas ao crescimento real da economia, com um aumento do gasto público em certos bens e serviços (que têm demanda elástica nas condições econômicas e sociais de cobertura social, tais como saúde, educação e alimentos básicos).

Os países da América Latina buscaram saídas para o desenvolvimento econômico, estimulando o comércio, a recuperação dos preços das commodities, os investimentos estrangeiros e outros fatores de recuperação na região. A industrialização tomou forças principalmente após a depressão dos mercados internacionais, acompanhada por novas tecnologias e crescimento populacional que levaram ao crescimento da classe capitalista, o que criou condições de estabilidade social e reformas nos países latino-americanos.

A industrialização como caminho para o desenvolvimento e a integração das nações latino-americanas tem sido amplamente discutida. É interessante estudar as abordagens formuladas por Furtado, pois elas não só datam de uma época, mas continuam sendo temas de debate político, econômico e social na América Latina de hoje. Segundo a CEPAL, ainda não há progresso na superação do subdesenvolvimento e da industrialização; portanto, o objetivo principal de melhorar o crescimento econômico na região ainda está sendo perseguido, o que continuará a ser uma questão do presente.

Furtado (1968) argumenta que as contribuições da história servem para corrigir erros e buscar superá-los, sem esquecer quão fundamentais são as ações dos cidadãos e a eficiência da interação dos agentes políticos entre a economia e o Estado. A expressão anterior permite

compreender a importância da adoção de políticas públicas e agendas dos governos locais, orientadas a implementar mecanismos de ação que levem a superar o subdesenvolvimento e a enfrentar os desafios políticos e econômicos das relações internacionais em um mundo globalizado.

Sobre a visão do desenvolvimento econômico da CEPAL, Fiori (2013), critica os argumentos da CEPAL em relação ao desenvolvimento, já que esta instituição propôs ferramentas analíticas e operacionais para contribuir com o planejamento econômico dos países latino-americanos na saída da crise dos anos 70 e 80. No entanto, há algumas críticas ao surgimento de várias admoestações sobre a forma como esta instituição trabalhava.

Segundo os argumentos de Fiori (2013), a CEPAL em seus estudos tratou os países latino-americanos como se fossem iguais e homogêneos em suas formas de formação econômica, sem levar em conta que cada país tem práticas, teorias, agendas e propostas concretas diferentes para gerar o desenvolvimento econômico esperado, pensando também que estes países têm conflitos diferentes no ambiente interno e externo, por isso, tomá-los de forma homogênea não é conveniente.

Estas discussões teóricas de economia permitem reflexões sobre o papel do Estado como garantidor de diferentes provisões sociais através da prestação de serviços públicos tais como: segurança, justiça, saúde, educação, infraestrutura, política, cultura, emprego, entre outros.

2.1 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA E SUA RELAÇÃO COM O DESEMPENHO DOS GASTOS PÚBLICO

Os gastos públicos interferem de uma forma ou de outra nas atividades econômicas, desde as economias domésticas até os monopólios; garantindo o sistema institucional e jurídico para permitir o crescimento econômico em um sistema que provavelmente beneficiará os cidadãos e as empresas. Atua também como supervisor das restrições e políticas que controlam o mercado de bens e serviços.

Sobre as atribuições do Estado na economia, pode-se dizer que este tem certos poderes que procuram ser o promotor de cobertura para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico, com uma relação direta em todas as dimensões especialmente com os fatores de proteção social; portanto, se atribui ao Estado ser a entidade garantidora para realizar programas e projetos com eficiência na canalização de seus recursos e sua execução dos mesmos de forma que permita o bem-estar de todos os cidadãos (COMÍN; FUENTES, 2009).

Os Estados são responsáveis por garantir o desenvolvimento e promover o bem-estar social; no entanto, ainda há algum grau de iniquidade social, como desemprego, pobreza, violência e migrações progressivas na região da América Latina. Alguns desses problemas associados a outras injustiças sociais tornam-se grandes complicações da desigualdade social. Associados a estas implicações diretas com os gastos públicos estão os problemas de transparência, desempenho e eficiência na execução dos recursos públicos; como no modelo de políticas públicas mal concebidas e mal orientadas em diferentes níveis de governo, como causa das desigualdades sociais existentes em um país.

É importante reconhecer que hoje há um despertar mais crítico dos cidadãos para as demandas contra o Estado para monitorar seu trabalho através de instituições públicas. As pessoas estão assumindo o papel de principal supervisor da execução dos gastos públicos, de acordo com orçamentos e planos estruturados para serem desenvolvidos em um determinado período ou sobre o comando de um determinado governo. As instituições de cooperação internacional participam deste exercício, para acompanhar tratados internacionais e agendas de ação que promovem a transparência ou trabalham como vigilantes do cumprimento da execução eficiente dos gastos públicos alocados, dependendo das funções a serem desempenhadas pelos governos responsáveis e pelo Estado.

Os processos de supervisão que estão sendo realizados pelas nações ou certos grupos sociais é uma clara expressão das perspectivas que os cidadãos têm dos governos e suas formas de governança, que podem ser causadas por vários fatores sociais, que não são explorados em profundidade neste estudo. Entretanto, é importante mencionar alguns aspectos relevantes para contextualizar a realidade da região TNC.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009-2010, a corrupção é referida como uma perda de oportunidades para o desenvolvimento humano das pessoas. No caso da América Central, a corrupção⁵ é um fator próximo aos problemas sociais, políticos e econômicos, já que as demandas por casos de corrupção aumentaram, caracterizando uma imagem de representação política que carece de transparência e ineficiência em seu trabalho na gestão pública (UNDP, 2010, p.134).

O acima exposto pode ser evidenciado através de certas medidas de eficiência, eficácia e desempenho⁶ da execução dos gastos públicos alocados a uma determinada ação ou programa

⁵ A corrupção é referida como "a apropriação indevida da riqueza coletiva ou pública". (UNDP, 2010, p. 134).

⁶ O desempenho é o exercício de "medição sistemática e contínua ao longo do tempo dos resultados obtidos pelas instituições públicas e a comparação desses resultados com aqueles desejados ou planejados, com vistas a melhorar os padrões de desempenho da instituição" (OECD/PUMA 1998).

na agenda governamental, que enquanto as funções públicas não forem desempenhadas eficientemente, não cumprirá o objetivo para o qual foram concebidas em termos de desenvolvimento social que gera bem-estar⁷ e crescimento econômico.

Com o objetivo de regular a administração dos gastos públicos, foram criadas *políticas públicas*⁸, que procuram demonstrar a mobilização de recursos financeiros no âmbito da economia do orçamento público, com prioridade para atender às necessidades básicas do país. As políticas públicas devem ter um desenho e objetivos claros para promover o desenvolvimento, a transparência, a governança democrática e a participação dos cidadãos. Estas abordagens para criar políticas com a visão de melhorar a transparência já é um fato nos países da América Latina e especialmente nos países do TNC.

Nesta região, ainda é um grande desafio desenvolver políticas públicas objetivas e garantir que elas sejam cumpridas e desenvolvidas eficientemente, pois existem outros fatores, como corrupção, falta de governos democráticos e transparência nos governos que produzem efeitos negativos na administração pública. Estes fatores, ao mesmo tempo, têm fortes repercussões diretas no crescimento econômico, desenvolvimento social e convergência entre nações, afetando principalmente a vida dos cidadãos (BAUTISTA, 2009).

Para esta pesquisa, o termo de política pública, terá referência especialmente sobre os recursos econômicos que são alocados ou destinados, especialmente aos gastos públicos sociais, que se destinam a responder às demandas dos cidadãos para contribuir com o bem-estar social; entretanto, a direção deste exercício público pode sofrer mudanças inesperadas, de acordo com aqueles que estão liderando o Estado (governos), mesmo independentemente do tipo de economia que o país tem.

Na implementação de políticas públicas e na gestão do orçamento do Estado, pode tornar-se um ponto forte o fato de ter uma gestão transparente, com desempenho e eficiência na forma como os recursos públicos são planejados e administrados; pelo contrário, pode levar a atrasos e falta de oportunidades; portanto, deve ser objeto de estudo para as partes interessadas com maior importância desde os aspectos de planejamento e execução de alocações orçamentárias de despesas, até a tomada de decisões transparentes e eficientes no momento de

⁷ O bem-estar social é simplesmente "*a avaliação que fazemos das circunstâncias e do funcionamento dentro da sociedade*" e inclui integração social, aceitação social, contribuição social, atualização social e coerência social (KEYES, 1998, p. 122).

⁸ As políticas públicas são ações concebidas e administradas pelo Estado, "as políticas públicas são um processo integrador de decisões, ações, acordos e instrumentos, avançado pelas autoridades do Estado" de acordo com um conceito proposto por (VELÁSQUEZ, 2009).

colocá-las em prática, o que, devido à sua complexidade nesta pesquisa, não será abordado em profundidade.

Sobre as medidas de desempenho e eficiência dos gastos públicos, Porto (2018), estudou a profundidade da modificação na descentralização e seu efeito sobre a eficiência e desempenho do fornecimento de bens públicos. Suas contribuições evidenciaram a transformação provocada por um processo de *descentralização fiscal*⁹, especialmente nos gastos que foram divididos pelos governos departamentais e municipais. Realizaram um estudo de caso na Bolívia e constataram um aumento de participação dobrado de uma década para a outra, com o qual se pôde determinar que a descentralização era a melhoria para cumprir com um alto grau de desempenho, induzido pela participação econômica que as diferentes entidades públicas tinham naquele país.

Em estudos sobre o desempenho e a eficiência dos gastos no setor público descentralizado na Bolívia por Porto *et al.*, (2018), a medição desse desempenho era mais viável nas grandes áreas de maior importância e nas quais a maioria dos recursos públicos era executada, acrescentando que à medida que o desempenho aumentava, a participação da população nas diferentes áreas também estava mais representada. Isto mostra que à medida que as pessoas começam a se envolver nos processos de fiscalização social e interesse político, os governos aumentam seu grau de desempenho na execução dos gastos públicos, a fim de tornar seu papel na administração dos recursos estatais mais transparente e, assim, ter mais chances de permanecer no poder.

De acordo com essas discussões, é evidente como o grau de cumprimento da execução eficiente pode causar um saldo positivo de correspondência da multiplicação dos gastos, com o grau de desempenho nos principais setores de saúde, educação, habitação, serviços urbanos e descentralização.

Após as discussões sobre o desempenho dos gastos públicos, Quintela (2011), estudando a eficiência técnica e o desempenho dos gastos sociais públicos dos estados brasileiros em um período de 1995 a 2008. Seu estudo concentrou-se especialmente nas áreas de educação e cultura; saúde e saneamento; segurança pública, habitação e urbanismo, como áreas específicas que compõem o gasto social. Em suas considerações, ela afirma que a forma

⁹ Es É "um processo de transferência de competências e recursos da administração nacional ou central de um determinado estado para administrações subnacionais: estaduais e municipais em países federais, regionais e locais em países constitucionalmente unitários". No caso do TNC, os países descentralizaram instituições, principalmente em prefeituras municipais e outras entidades públicas. (CEPAL, *Descentralización Fiscal: Marco Conceptual*, Santiago de Chile, 1993).

como o governo planeja e executa os recursos é extremamente importante para determinar o crescimento econômico e o desenvolvimento social da nação.

Enfatizando a ideia de que o planejamento do orçamento público é uma ferramenta essencial na qual os governos formulam, discutem e aprovam o controle, que ao mesmo tempo classifica cada um dos itens de gastos, de modo que reflitam resultados positivos.

Sobre o desempenho dos gastos públicos, Quintela (2011) focalizou seu estudo especificamente para os gastos públicos sociais; tomando alguns indicadores agregados para medir o desempenho, com os quais ele permitiu observar o impacto produzido pelos governos estaduais (de cada estado brasileiro), de acordo com sua função de desempenho dos gastos em cada área de desenvolvimento social. Como principais resultados, observou-se que o aumento dos recursos no gasto social público pelo governo levou a uma redução da desigualdade social e a um aumento no desempenho das funções públicas; no entanto, este resultado não foi igual em todas as regiões do país, pelo fato de as regiões já serem desiguais em termos de desenvolvimento; portanto, estas diferenças no grau de cumprimento do desempenho público em cada Estado brasileiro foram evidenciadas.

Para conseguir mudanças e obter resultados mais eficientes em termos de recursos econômicos e impacto, em um dado momento e otimizando grande parte desses recursos, os países terão que se submeter ao cumprimento de agendas nacionais e internacionais. Para este cumprimento bilateral, os Estados deverão ser obrigados a cumprir uma gestão eficiente dos recursos econômicos e do capital humano, que permita administrar e fazer mudanças nos ambientes econômicos, na gestão do conhecimento e melhorar o papel das instituições públicas, adotando novas medidas de acordo com as exigências globais para aderir ao desenvolvimento, de acordo com (NAIM, 1995).

Para Naim (1995), o interesse em melhorar a qualidade dos serviços, produtos, políticas e mobilização de recursos na administração pública não foi favorável devido à falta de ferramentas, demonstrando uma forte ineficiência em seu cumprimento. Esta falta de gestão foi o fator crítico que impulsionou as reformas de segunda geração após os ajustes macroeconômicos dos anos 80. Já nos anos 90 houve uma grande mudança na administração pública porque ela começou a dar lugar a novos processos de modernização do Estado e de suas formas de administrar os recursos financeiros, a criação de suas leis e políticas públicas. As mudanças feitas foram devidas à crescente demanda por capacidades geradas às instituições públicas pelos cidadãos, que serviram como um fator-chave para fortalecer a democracia e o desenvolvimento econômico e social na região.

O problema do não cumprimento do exercício público tem impactos econômicos e sociais, principalmente quando há falta de eficiência, eficácia, qualidade e desempenho na gestão dos recursos econômicos dos bens públicos. Isto está intimamente relacionado com as características das decisões políticas tomadas primeiramente pelos governos e em segundo lugar pelos cidadãos, estes últimos devem ser mais ativos, caso contrário, será mais difícil para o Estado demonstrar níveis mais altos de transparência e desempenho nos gastos públicos. É importante pensar na reestruturação da economia regional, no papel desempenhado pelos indivíduos e governos diante dos acontecimentos atuais, de acordo com (DÍAZ-BAUTISTA, 2017).

Um breve preâmbulo para abrir caminho para mudanças institucionais deve ser a geração de práticas sobre transparência, avaliação de desempenho, gastos econômicos, eficiência, eficácia, responsabilidade e controle permanente dos gastos públicos, que neste capítulo focaliza a discussão especificamente sobre o desempenho econômico dos gastos públicos sociais.

Em uma visão mais próxima aos países em estudo, nos anos 1990 e 2000, ocorreu um novo começo de mudança na administração pública, provocando o Estado, junto com a sociedade civil e as demandas internacionais, a promover uma nova etapa democrática no exercício público na América Central. Estas mudanças promovem a modernização, o desenvolvimento e o desempenho das instituições públicas, para oferecer serviços e produtos de maior qualidade, levando em conta características importantes de eficiência e desempenho em cada ação, desde governos centrais até governos municipais, com o propósito específico de gerar desenvolvimento nas nações (DÍEZ *et al.*, 2007).

Nesta década os países de Honduras, El Salvador e Guatemala iniciaram novas práticas, iniciaram a transformação das instituições para melhorar o desempenho da gestão pública, com maiores benefícios e oportunidades de desenvolvimento para a sociedade.

Em vista das mudanças necessárias, algumas instituições públicas reconhecem a necessidade de gerenciar eficientemente seu fluxo de informações, gerado por novas ferramentas que facilitam a tomada de decisões transparentes, o que é chamado na administração pública por seu termo inglês "*accountability*"¹⁰ ou mais comumente usados em nossa região anglo-saxônica "responsabilidade", o que significa uma boa prática da obrigação

¹⁰ O termo *accountability* carrega um claro senso de obrigação, é a noção de responsabilização, que parece sugerir que é um ato voluntário, uma generosa concessão do soberano que presta contas em virtude de sua própria virtude e vontade, não por necessidade. Podemos então especificar que *accountability* é a *prestação obrigatória de contas* (SCHEDLER, 1999, p. 13-28). Este termo em inglês não parece ser tão utilizado na região de estudo e, pela simplicidade desta tese, manteremos o conceito como responsabilidade.

e do dever do Estado de dar a conhecer aos cidadãos como está sendo realizada a gestão dos fundos e o desempenho que a administração pública exerce sobre eles, através da gestão realizada pelo governo no cumprimento de suas funções (DÍEZ *et al.*, 2007).

Estas suposições concluem na visão que, para alcançar o desenvolvimento econômico, é importante que o Estado e os cidadãos tenham plena participação no planejamento e execução das políticas públicas. O Estado é atribuído com resultados positivos ao implementá-los na administração do orçamento, efeitos de maneira eficiente para gerar maior impacto e promover o desenvolvimento econômico e social de uma nação, o que, por sua vez, permitirá decisões sábias na construção das nações mais prósperas.

Estas teorias concluem que, para alcançar o desenvolvimento econômico, o Estado também assume um papel intimamente relacionado, como parte das estruturas onde as decisões são consolidadas e tomadas para a execução da *política fiscal*¹¹ e das decisões administrativas. Essas decisões dependem diretamente da *arrecadação de impostos*¹² e dos gastos sociais públicos para atender aos objetivos de promover o desenvolvimento e estimular a economia. Da mesma forma, é importante que o Estado e os cidadãos tenham plena participação no planejamento, construção e execução das políticas públicas.

Outro espaço de participação cidadã são os processos de supervisão social e monitoramento de como os orçamentos são administrados, buscando que com essas medidas o governo e as instituições melhorem o desempenho público para gerar maior impacto social e promover o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

Nesta seção, foi discutida a teoria econômica e sua relação com a teoria dos gastos públicos. Na seção seguinte, será desenvolvida uma discussão mais aprofundada das principais manifestações do contexto social, político e econômico dos países do TNC. Estas discussões têm como objetivo focalizar os principais problemas que afetam o desempenho dos gastos sociais públicos, com explicações sobre a linha de indicadores econômicos que medem o desempenho na gestão dos recursos econômicos (financeiros) para os gastos sociais públicos.

Na epígrafe seguinte, será feita uma descrição bibliográfica da realidade crítica dos principais acontecimentos sociais nos países de estudo. Estas discussões são importantes para discutir o desenvolvimento metodológico da avaliação do desempenho dos recursos

¹¹ A política fiscal é o conjunto de medidas adotadas pelo governo com base em suas receitas e despesas, permitindo-lhe exercer o controle orçamentário para alcançar um estado de estabilidade na economia nacional.

¹² Entende-se cobrança de impostos como aquela parte da receita pública obtida pelas diversas administrações públicas através da exigência de impostos a seus cidadãos, estabelecida pelo Estado com um sistema legal constituído.

econômicos que são utilizados nas áreas específicas do gasto social público nos países de Honduras, El Salvador e Guatemala.

2.2 CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO Y ECONÓMICO DE LOS PAÍSES DEL TRIÁNGULO DEL NORTE CENTROAMERICANO

A seção anterior discutiu a relação entre política econômica e gastos públicos, onde foi feita uma análise de como os diversos fatores e agentes econômicos interagem em relação aos gastos públicos. Esta seção fornecerá uma análise mais ampla dos desafios e lacunas enfrentados pelos países em estudo em termos de seu contexto social, político e econômico em relação ao desempenho dos gastos sociais públicos.

Os países em estudo têm muitas semelhanças em seu tecido social, desde a cultura, língua espanhola, etnia, clima, aspectos sociais, econômicos e políticos. É importante mencionar que estes países pertencem à região da América Central, que é composta por cinco países: Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala.

Estes países foram escolhidos para esta pesquisa devido a seus laços mais próximos, principalmente aqueles que têm a ver com fatores como: economia, localização geográfica, aspectos sociais e políticos que têm semelhanças estreitas, portanto, entre eles existem alguns acordos e tratados de livre comércio, livre circulação, abertura alfandegária e um dos mais importantes é o acordo de livre comércio, chamado Triângulo Centro-Americano do Norte¹³, que foi criado para unir esforços comerciais entre países e estes ao mesmo tempo com outras nações, este tratado ainda está em vigor até hoje (CEPAL 2001, p. 66-69).

Nos últimos 20 anos, é notável que nos países do TNC seja realizado um trabalho conjunto, permitindo a união de esforços para cumprir agendas locais e regionais; no entanto, nem tudo parece apresentar características positivas, pois nos últimos 10 anos foram evidenciados fortes problemas sociais, que desafiam o crescimento dos países e o desenvolvimento das nações. Os principais desafios são especificamente aqueles que ameaçam a segurança social, os direitos humanos, os recursos naturais e os meios de subsistência.

Segundo o PNUD (2019, p. 346), o *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* para o ano de 2018 dos 3 países do TNC foi colocado longe do desenvolvimento sustentado e com

¹³ Estes países mantêm uma estreita relação comercial através do Acordo de Livre Comércio do Triângulo Norte-Americano Central (TNC), desde 1991, que é integrado pelos países; El Salvador, Guatemala e Honduras com assuntos comerciais entre eles, também incluem alguns aspectos comerciais como uma região para o México e outras nações.

pouco crescimento econômico. Nestes países, os desafios que afetam o desenvolvimento humano têm como principais causas geradas pelos altos níveis de violência de grupos organizados, tráfico de drogas, extorsão, recrutamento pelas gangues, migração, desalojamento forçado, desigualdade de gênero, pobreza e corrupção, entre os principais problemas.

Os três países cobertos por este estudo foram marcados por desigualdades sociais, com poucas opções de desenvolvimento nos níveis social, político e econômico, nos quais os grupos mais afetados pelas diferenças sistematizadas de desigualdade social, tais como mulheres, crianças, os mais pobres e os que vivem em áreas rurais.

A fim de melhor compreender o contexto econômico e social dos países em estudo, as principais características dos dados demográficos e de desenvolvimento são apresentadas na seguinte tabela.

Tabela 1 - Características gerais dos países do estudo

Países	Características geográficas	População total em (milhões de habitantes)	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁴ ano 2018.	Produto Interno Bruto (PIB) ano 2018. Em (bilhões de dólares)
Honduras	Área territorial: 112.492 km ² Departamentos: 18 Municípios: 298	9.6	IDH: 0.623 Posição: 132	23,97
Guatemala	Superfície territorial: 108,889 km ² Departamentos: 22 Municípios: 340	15	IDH: 0.651 Posição: 126	78,46
El Salvador	Área territorial: 21,040 km ² Departamentos: 16 Municípios: 162	6.4	IDH: 0.667 Posição: 124	26,06

Fonte: ONU (2019), Censo INE Guatemala, INE¹⁵ Honduras, dados do Banco Mundial 2020, última atualização: 08 de abril de 2020.

É evidente que os problemas sociais estão afetando drasticamente o Triângulo Norte da América Central, desde instituições públicas fracas até a pobreza extrema, que está aumentando a cada ano, em vez de diminuir.

As poucas garantias de proteção social, segurança do cidadão e a resposta ineficiente do setor público, tornaram os desafios maiores em certos grupos da população. Como

¹⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que representa clara e especificamente o desenvolvimento humano em termos de: expectativa de vida ao nascer, níveis de educação e PIB. Para medi-lo, são escolhidos valores mínimos e máximos (valores de referência normalizados entre 0 e 1) para cada um dos três indicadores. Foi criado por Mahbub Haq, com base nas contribuições do economista indiano Amartya Sen, e tornou-se um índice reconhecido pela ONU em 1990.

¹⁵ Instituto Nacional de Estadística de Guatemala (2018).

consequência, existem os desafios da migração em massa de pessoas para os Estados Unidos, que tem sido uma crise nos últimos 20 anos, como consequência de outros problemas existentes; tais como, gangues, tráfico de drogas, crise climática, desemprego e violência que continuam a aumentando significativamente. Ou o setor público juntamente com os governos desses países, não são capazes de garantir e cobrir as necessidades básicas como emprego, educação, saúde e infraestrutura necessárias para proteger a vida das pessoas e mitigar a crise, ao mesmo tempo em que se perde a garantia para o desenvolvimento econômico e social dos cidadãos de acordo com o PNUD (2013, 2018).

O processo de desenvolvimento econômico dos países do TNC tem sido evidente de uma economia com pouco crescimento e leve avanço tecnológico, devido ao fato de que a economia é principalmente de produção primária, como a agricultura, madeira e alguns minerais. Os países têm uma economia capitalista, investimento estrangeiro, que produz e exporta criando uma discrepância entre investimentos e lucros que são devolvidos ao seu país de origem, utilizando mão-de-obra barata para sua produção, somando-se a isso a corrupção nos postos aduaneiros que operam com base em subornos para exportar ou importar a baixo custo, que será discutida nas seções seguintes. Além disso, existem outros fatores, como corrupção no setor público, violência e falta de acesso à infraestrutura como problemas sociais que estão associados à estagnação dos processos de dinamização da economia local e nacional em todos os setores.

As seções seguintes descrevem em maior detalhe os contextos sociais, políticos e econômicos de cada um dos países que compõem a região do TNC. Em que cada uma das características relevantes de interesse para esta pesquisa é detalhada, com o objetivo de fortalecer e discutir cada um dos indicadores econômicos do gasto social público de acordo com os contextos encontrados.

2.2.1 Contexto social, político e econômico de Honduras

Honduras é um dos países latino-americanos que passou pelas condições sociais, econômicas, políticas e ambientais mais desfavoráveis. Há três décadas, sofreu a passagem do furacão Mitch, deixando prejuízos econômicos e humanos com cerca de 1,5 milhões de pessoas afetadas, cerca de 5.657 mortos e 8.000 desaparecidos. As perdas econômicas foram estimadas em aproximadamente 4.000 milhões de dólares, de acordo com dados reportados por (HONDURAS, 1999).

Mais de 20 anos depois, o país ainda vive as consequências e sua lenta recuperação da crise que deixou aquelas grandes perdas humanas e a significativa queda na atividade econômica. Outro cenário da lenta recuperação é a ineficiente intervenção do Estado hondurenho como resposta às necessidades básicas após os grandes desastres naturais, que até hoje ainda podem ser vistos em vários setores, especialmente na infraestrutura que ainda não foi concluída a reparação de pontes e estradas que foram afetadas pelo furacão. Acrescentando os recentes impactos dos desastres naturais dos furacões ETA e IOTA em novembro de 2020, mais os efeitos devastadores do Covid-19, que agravaram os problemas sociais e econômicos do país, afetando até 40% do PIB de acordo com CROSA (2020).

Estes mesmos efeitos de crises passadas tiveram algum grau de impacto no desenvolvimento social, econômico e político até hoje, sendo este um dos países com os piores cenários em toda a América Latina sobre a desigualdade social atualmente.

Referindo-se à economia deste país, está cada vez mais longe de assegurar as necessidades básicas de sobrevivência da nação, apesar de ter registrado nos últimos anos um crescimento econômico; em 2017 teve um PIB de 3,7% e em 2018 de 4,2%, ocupando as maiores taxas de crescimento econômico da América Central. No entanto, a realidade que os hondurenhos vivem diariamente é crítica, pois a pobreza aumenta constantemente, em 2018 a taxa de pobreza era de 48,3%; apresenta também um aumento constante da taxa de desemprego, violência, migração entre outros indicadores (WORLD BANK, 2020)¹⁶.

Outro ponto importante a ser mencionado é a dívida externa, que teve algumas absolvições em quase toda sua totalidade; mas, até o momento, a dívida aumentou, porque a dependência da cooperação internacional é não em doações, a maior parte são empréstimos externos que põem a economia do país em perigo. O país tem como moeda nacional e principal moeda circulante que movimenta a economia é o Lempira, que é desvalorizada sob o valor do dólar, da libra e do euro, com um valor de câmbio até hoje (30 de abril de 2020), de 24,80 Lempiras para cada dólar (WORLD BANK, 2020). Os efeitos mais significativos sobre a economia e o desenvolvimento deste país são provas claras da má administração dos gastos públicos, do aumento da corrupção e da má direção das políticas públicas daqueles que governam o país.

Andino (2016), sobre a segurança cidadã em Honduras, nos últimos 20 anos tem sido atormentado por altos índices de violência, conflitos armados que exerceram os grupos

¹⁶ O Banco Mundial, atualiza periodicamente seu conteúdo oficial no portal por país sobre crescimento econômico e desenvolvimento, para estes dados foi consultado o acesso "O Panorama Geral de Honduras" em 30 de abril de 2020).

criminosos de bandos e gangues¹⁷, estes grupos organizados para assassinar e extorquir empresas e cidadãos, também têm vindo a tomar algum controle nas instituições do Estado, são distribuídos em um modo de dominação dos territórios nas principais cidades do país (Tegucigalpa, San Pedro Sula, Choloma e La Ceiba).

Como explica andino, as gangues se desenvolvem de forma não homogênea e particularmente no TNC, onde as pessoas vivem em extrema pobreza, exclusão social e falta de educação e oportunidades de emprego decente, é mais fácil para os jovens buscar a sobrevivência nesses grupos organizados.

Estes grupos criminosos estão crescendo devido ao envolvimento de outros personagens que ninguém acredita estar diretamente envolvido com o crime; tais como a polícia nacional, os militares e os políticos que estão a cargo das instituições estatais (ANDINO, 2016).

A insegurança dos cidadãos é também um produto do tráfico de drogas, armas e seres humanos, que se tornou mais visível nos últimos anos e inclui importantes governadores políticos do país, que lideram esses grupos organizados, supostamente responsáveis pelo desvio de fundos estatais para outras atividades criminosas. Um caso chave a mencionar neste contexto é o caso de Antônio Hernandez, que ocupava o cargo de deputado do mesmo partido político ao qual pertence seu irmão Juan Orlando (presidente), foi feito prisioneiro pela Drug Enforcement Administration (DEA), que está sendo processado por um tribunal em Nova York, por supostamente ser um político e líder do tráfico de drogas, assassinatos e outros crimes cometidos contra várias pessoas no país. Casos como os acima são apenas um entre centenas de casos de políticos e outros líderes estatais envolvidos em atos de corrupção que ameaçam a segurança e a saúde do Estado hondurenho, de acordo com reportagem do jornal (COLÔMBIA, 2018).

As perspectivas de desenvolvimento para Honduras não são tão positivas, referindo-se ao desenvolvimento humano e seu contexto situacional no âmbito social, político e econômico, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e (ONU, 2018), os problemas críticos que afetam o país trazem duras consequências, tais como as migrações que cresceram na última década, até mesmo as caravanas de milhares de pessoas que migraram juntas. Um fato importante sobre a migração dos centro-americanos que se apresentaram durante seu trânsito, perante as autoridades de migração do México; foram 13.313 hondurenhos no primeiro trimestre de 2018, o que em comparação com o mesmo trimestre para o ano 2017, representa

¹⁷ Refere-se às organizações criminosas: a gangue de jovens primária ou "tradicional", a gangue criminosa e a gangue subcultura transnacional composta de homens e mulheres adultos (ANDINO, 2016).

um aumento de 88%, dos migrantes centro-americanos que se dirigiam para os Estados Unidos da América.

Através do *Instituto de Política de Migração* em inglês, de acordo com os Estados Unidos da América (2019), informa que em 2017 já existiam cerca de 655.000 hondurenhos vivendo naquele país. Esta mesma fonte afirma que o crescente fluxo migratório chamado "caravanas de migrantes", que surgiu em 2018 em direção aos EUA, continua aumentando até 2021, onde especialistas da ONU consideram que nestes últimos três anos houve o maior aumento devido aos altos índices de insegurança, pobreza, violação dos direitos humanos, especialmente para as comunidades mais vulneráveis, como homossexuais, defensores dos direitos humanos e mulheres, com falta de oportunidades de trabalho, saúde, educação entre as principais causas.

É importante fazer perguntas para entender até que ponto o Estado, através dos gastos sociais públicos, contribuiu para responder a estes problemas que agravam a desigualdade social. Também é importante considerar como os problemas sociais poderiam ser resolvidos em sua dependência direta do tecido social e a responsabilidade do Estado através dos atuais governos na administração pública, a fim de observar principalmente o nível de desempenho e eficiência dos recursos públicos e as políticas implementadas nas áreas sociais de interesse.

As discussões sobre a importância do uso eficiente dos recursos públicos são fundamentais para entender como o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países pode ser alcançado. Barro (1991) mostra como os gastos públicos podem afetar positiva ou negativamente o progresso de um país, dependendo dos fatores produtivos, do uso eficiente dos recursos econômicos ou das matérias-primas e do capital humano para produzi-los.

A produtividade de um recurso na esfera pública está intimamente relacionada à forma de administração e desenvolvimento de políticas públicas e ao controle desses recursos pelo Estado. Refere-se a todos aqueles recursos que podem ser empregados na forma de capital para produzir bens e serviços públicos que ajudam a estabilizar a economia, fornecendo serviços de defesa e segurança cidadã, infraestrutura rodoviária, serviços financeiros, educação, saúde, promoção da arte, esporte, cultura etc., (BARRO, 2019).

Por outro lado, podem existir vários fatores internos e externos que limitam a eficiência, qualidade e desempenho desses recursos públicos, ligados a fatores como corrupção, violência, recessão econômica e outros como desastres naturais, que causam obstáculos à produção de bens e serviços com maior desempenho, que podem ser interpretados como improdutivos e não contribuem para o desenvolvimento de uma nação.

2.2.2 Contexto social, econômico e político de El Salvador

El Salvador tem sido um país historicamente reprimido por grandes crises sociais como a guerra civil, violência armada, crime organizado, corrupção no sistema público e pobreza que trouxe consequências duras como; migração, desemprego e deslocamento forçado de famílias, o que leva a grandes lacunas na desigualdade social.

Apesar dos desafios pelos quais passa grande parte dos cidadãos, este país tem mostrado melhorias no IDH, para o ano de 2018 a nação de El Salvador estava na 124^a posição ocupando o primeiro lugar em relação aos outros países do TNC. As melhorias do IDH expressam mudanças no desenvolvimento humano, para o caso de El Salvador, está entrando num processo de mudança com a nova administração governamental que implementou o cumprimento de novas políticas públicas, evidenciando a proteção da cidadania, o aumento dos gastos públicos em; educação, saúde, tecnologia e infraestrutura. Entretanto, El Salvador ainda precisa fazer melhores esforços para superar as lacunas de desigualdade que a privam de um melhor desenvolvimento humano, econômico, político e social, de acordo com (PNUD/HDI, 2018).

Em relação à economia do país, tem mostrado crescimento; entretanto, o mercado de trabalho ocupado pela população economicamente ativa, embora tenha mostrado crescimento com maior ênfase na informalidade, tem mostrado baixa produtividade e pouca proteção social para os trabalhadores, falta um salário justo que seja suficiente para viver com dignidade.

É importante mencionar que aqueles empregos que não incluem qualquer tipo de seguridade social deixam os trabalhadores expostos a riscos potenciais, que colocam suas vidas em risco, longe do conceito de emprego decente, conforme a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de acordo com PNUD (2018).

A falta de garantias em torno do desenvolvimento econômico e do capital humano gera maiores desafios para o bem-estar de seus cidadãos e o afasta do cumprimento de seus direitos humanos fundamentais, tais como: acesso à educação, trabalho decente, aposentadoria e participação social em todos os sentidos. É importante mencionar que estando fora desses ambientes informais de trabalho, o próprio Estado os priva de alguns deveres fiscais que deveriam cumprir se tivessem empregos decentes ou empresas formais, o que aumentaria a arrecadação de impostos para aumentar o orçamento público (PNUD, 2018).

Referindo-se à economia de El Salvador, é importante mencionar a moeda deste país, diferente de outros países da região, El Salvador deixou de usar o Cólon desde 2001, substituindo-o por sua moeda atual o dólar americano (USD), o que teve um alto impacto em

todas as operações da economia nacional; primeiro, substituindo todas as formas de pagamento e otimizando o fluxo de dinheiro enviado através de remessas do exterior, o que foi uma das principais razões para implementar a dolarização, devido ao alto número de cidadãos nos Estados Unidos. Entretanto, "a dolarização provoca uma queda nas taxas de juros e na inflação" (CÁCERES, 2011, p. 218-221).

A dolarização implica em desafios para a política econômica dada a vulnerabilidade de sua economia aos mercados internacionais de capitais privados e ao endividamento público. Assim como o aumento dos preços na cesta básica, habitação e uma forte dependência das famílias para viver das remessas que seus parentes enviam dos EUA, o que refletiu um aumento imediatamente após o início da dolarização.

Assim como há avanços significativos para estimular o desenvolvimento do país, também há retrocessos, El Salvador não é particular para outros países da região, pois o fenômeno da má administração dos recursos públicos, derivado de uma série de eventos e más práticas na administração pública, tem estimulado o desvio de finanças para interesses pessoais, em uma beligerância difícil de ser detida já que os responsáveis pelo exercício da justiça social nas entidades públicas, fazendo parte do problema, diminuem sua colaboração e aplicação da justiça.

Um grave problema social que este país está atravessando e importante para este contexto, é o elevado número de migrantes salvadorenhos para os EUA, que segundo dados dos EUA (2019) para o ano 2017 informaram um total de 1.402.000 salvadorenhos vivendo naquele país, um número que representa cerca de 22% da população total de salvadorenhos para aquele mesmo ano. Agora, estes são apenas os migrantes registrados de acordo com a fonte referenciada, que poderia ser maior com a quantidade de migrantes não registrados que entram neste país vindos de El Salvador, e pode-se dizer que nos últimos anos continuará a aumentar devido à crise econômica, climática e social que o país enfrenta atualmente.

Com a corrupção na administração pública, os direitos civis e políticos e toda sua dependência são afetados em primeiro lugar, o que tem um efeito de tal integridade sobre outros fatores no setor econômico, social, cultural, político e ambiental que geram o desenvolvimento da nação. Esse abuso de poder causou uma forte separação entre os cidadãos e o Estado, primeiramente porque as pessoas vendo particularidades da corrupção no país afastam suas esperanças e credibilidade que o povo atribuiu àqueles que elegeram para governar e devem responder com transparência enquanto exercem seu processo de governança em termos de democracia (CIDH, 2019, p. 43-49).

Infelizmente, o desenvolvimento da institucionalidade falha quando o interesse público é transcendido para benefício privado, causando danos e violando as instituições democráticas, porque promove a violação dos direitos humanos e a perda de confiança no governo e nas instituições públicas.

Desde os anos 60 El Salvador enfrentou difíceis disputas territoriais entre proprietários de terras e pequenos agricultores, que migraram para Honduras em busca de terras para trabalhar, nessas disputas surgiram tensões diplomáticas entre os dois países e em 1969 surgiu a Guerra do Futebol entre Honduras e El Salvador, que durou 4 dias e teve fortes repercussões entre perdas humanas, expropriação de terras e deslocamento forçado em ambos os países. El Salvador sofreu fortes golpes da violência armada até que os importantes Acordos de Paz entre os dois países foram assinados com o apoio da ONU na década de 1980. Em seguida surge a guerra fria ou guerra civil entre o governo e os comandos da Frente de Oposição FMLN¹⁸, este conflito se tornou mais um ataque atroz de violência no país que afetou a vida de milhões de cidadãos inocentes e causou retrocessos no crescimento econômico e desenvolvimento do país, (EL SALVADOR, 2019).

Como resultado do conflito armado, os problemas sociais aumentaram, deixando milhões de pessoas na pobreza, outras perderam suas terras e meios de subsistência, forçando-as a uma migração forçada. Jovens marginalizados e sem oportunidades de estudo foram forçados a criar formas de expressão social, infelizmente de forma negativa, associadas à violência; surgiram as chamadas maras (grupos criminosos), que são conhecidas em dois tipos de delinquência: a gangue juvenil e a gangue organizada. Esses grupos ainda continuam a assumir o controle de alguns territórios e põem em perigo não apenas suas vidas, se não, as vidas de todos os cidadãos, sendo uma ameaça regional à segurança do cidadão (EL SALVADOR, 2019).

Os problemas sociais que mais afetam este país e que estão diretamente relacionados com as áreas de estudo para gastos sociais e a estrutura teórica deste trabalho, são a violência armada e relacionados com a população jovem. Derivada de um passado de guerras e conflitos internos, a delinquência juvenil tomou forças e permaneceu representada principalmente pelas maras que ocasionam homicídios e lutas territoriais, operadas por adolescentes e jovens em sua maioria dos bairros e colônias mais marginalizados, lugares onde vivem insatisfeitos com sua realidade e encontraram na gangue um espaço de abrigo (EL SALVADOR, 2019).

¹⁸ A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) é um partido político de esquerda fundado em 10 de outubro de 1980; tem sido a principal força política de oposição em El Salvador até hoje.

Pode-se contextualizar que a juventude de El Salvador carece de políticas públicas, espaços públicos como campos de futebol, casas para jovens, teatros, escolas, parques e outros espaços recreativos.

Por outro lado, o crime organizado tem um alto nível de importância porque envolve vários atores e aspectos sociais mais críticos como corrupção, extorsão, crime e abuso de poder em membros de instituições judiciais e funcionários que exercem funções públicas, de acordo com El Salvador (2019, p. 257):

O crime organizado é representado principalmente por pessoas mais velhas, embora também seja composto por jovens. Este tipo generalizado de crime representa a maior ameaça para a sociedade salvadorenha porque seus principais crimes são tráfico de drogas, roubo, sequestro, extorsão, assassinato, assassinato por contrato e contrabando.

Tanto a violência quanto a corrupção na esfera pública são problemas que derivam de uma cadeia de consequências negativas. A violência no tecido social gera um impacto negativo em todas as esferas sociais, políticas e econômicas que mostra um claro efeito de estar envolvido em atos negativos, afetando diretamente as pessoas que fazem parte desses grupos devido à falta de acesso à *justiça social*¹⁹ que não permite que todos tenham oportunidades de desfrutar de uma vida digna. Por outro lado, as vítimas da violência e da corrupção carecem de liberdade, segurança, paz e tranquilidade para se desenvolverem e viverem com justiça social, segurança cidadã e desfrutarem de suas liberdades, de seus direitos humanos.

Os grupos de quadrilhas e gangues geram sérias consequências na sociedade, de qualquer aspecto individual e social; envolvem aspectos institucionais, nos quais provocam um claro impacto no desempenho do exercício público; privando muitas vezes de serviços básicos como: saúde, educação, segurança e moradia, que já estão faltando e mais com a insegurança do cidadão são produzidas maiores limitações.

É evidente que estes grupos criminosos aumentam a decomposição na esfera pública, gerando extorsão, ameaçando e até ligando-se àqueles que exercem a justiça, tais como a polícia, os políticos, os ministros e os governos que se unem às redes de corrupção e violação da justiça. Os fatores acima são fatores que reduzem o desempenho das funções públicas e aumentam os gastos sociais públicos especificamente com a segurança do cidadão. Um exemplo claro é trabalhar para reduzir as gangues, o que obriga o departamento de justiça a aumentar o pessoal da polícia, aumentar a compra de armas e aumentar o número de

¹⁹ A Justiça Social é um princípio ou valor fundamental para alcançar a coexistência pacífica e o progresso das sociedades, o acesso à educação, saúde, moradia digna, coexistência pacífica são fundamentais para alcançá-la.

instituições, e este investimento muitas vezes o obriga a reduzir os recursos de outras despesas sociais, como saúde e educação.

No orçamento público pode-se ver que os problemas da criminalidade geram um impacto negativo nos gastos sociais públicos, já que os países têm que fortalecer suas medidas de segurança, submeter-se a dívidas externas para investir nestes programas e reduzir outros para investir naqueles que mais afetam o desenvolvimento humano. Em muitos casos deixam de investir na educação para investir na segurança do cidadão, este gasto só gera maiores consequências para um problema que é resolvido em um momento, mas não ataca os problemas sociais pela raiz (PNUD, 2013).

2.2.3 Contexto social, político e econômico da Guatemala

A Guatemala é um dos países mais reconhecidos na região por seu potencial multiétnico, multilíngue e multicultural, que ainda preserva suas tradições e muitas características da cultura viva de seus ancestrais, especialmente nas comunidades rurais, que vem perdendo força de geração em geração.

O território guatemalteco é habitado pelos povos indígenas Maias, Garífunas e Xincas, que representam pouco mais da metade da população do país, mas nos últimos 20 anos a migração do campo para a cidade vem aumentando. As novas gerações estão procurando outras formas de vida, outras oportunidades de educação e desenvolvimento nas cidades urbanas. A migração também é muito forte no exterior, a maioria dos migrantes guatemaltecos vai para os Estados Unidos da América, México e países europeus, segundo o relatório do departamento nacional de estatísticas (GUATEMALA, 2018).

Referindo-se ao contexto do desenvolvimento social da Guatemala, ela não tem características tão diferentes dos demais países da região, pois é um dos países com desigualdades sociais ainda maiores.

A população da Guatemala é em sua maioria pobre, a taxa de pobreza geral é de 59,3% e a pobreza extrema é de 23,4%, uma indicação da realidade em que vivem muitas famílias, já que a maioria delas vive em extrema pobreza, com baixa renda para viver com dignidade. É importante mencionar que as pessoas que vivem no umbral da pobreza são mais vulneráveis a sofrer outros problemas sociais como violência, discriminação, migração, falta de educação e toda uma série de desigualdades sociais que se acumulam nos mais desfavorecidos, como indicado pelo (PNUD, 2018).

A população que vive na pobreza tem uma lista imparável de desigualdades sociais que os afetam, e estes impactos variam em certas características populacionais, pode-se observar que os mais afetados são as populações jovens, especialmente as mulheres. Um exemplo claro desses impactos na Guatemala na última década, apresentou um alto índice de gravidezes em mulheres adolescentes em comparação com outros países da região. Um problema refletido como base da falta de educação, acesso à saúde sexual e reprodutiva integral para adolescentes e jovens, acrescentando também a falta de oportunidades de desenvolvimento para a juventude, como; universidade, moradia, acesso a ferramentas tecnológicas e emprego desta população (OPAS/OMS, 2018)²⁰.

A nação da Guatemala em seu contexto político, historicamente enfrentou uma luta de desigualdade, onde as pessoas viveram confrontos violentos como os outros países do TNC, sua história conta os processos da revolução dos movimentos populares, que enfrentaram a luta civil armada desde os anos 60, onde se formaram as primeiras lutas por territórios e soberania, fundando as Forças Armadas Rebeldes (FAR), com ideologia guevarista, organizadas por estudantes, opositores do sistema e depois unidas por grupos civis, trabalhadores e camponeses, que moldaram a construção de bases sociais, a luta por territórios e rios e a soberania do povo (MARTÍNEZ, 1983, p. 69-93).

Entre los años 1960 y 1980, los gobiernos de esa época con apoyo de los EUA, para erradicar las bases de la guerrilla y persuadir los grupos organizados en todo el país, tomaron la fuerza de la militarización como única estrategia de salida, la cual violentamente provocó grandes tragedias de violencia en la región; por la muerte de civiles, indígenas y campesinos inocentes, los cuales sumaron unos 150 mil personas muertas y unas 50 mil desaparecidas, en la denominada *Guerra Fría*, la cual duro aproximadamente tres décadas de luchas violentas, irreparables pérdidas humanas y la violación a los derechos humanos principalmente. Fue hasta el 26 de diciembre de 1996, en la presidencia de Álvaro Arzú, donde se firma el consenso de los *Acuerdos de Paz*, que dieron paso a la creación de la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG), para poner fin a la guerra que afectó la nación por más de 30 años. Cabe resaltar a la oposición cívica que fue quien ayudó a determinar la agenda para negociar la

²⁰ De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), relata que a América Latina e o Caribe têm o segundo maior índice de gravidez adolescente do mundo, e a Guatemala ocupa o primeiro lugar, em 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: https://paho.org/gut/index.php?option=com_content&view=article&id=1049:america-latina-y-caribe-tienen-segunda-tasa-mas-alta-de-embarazo-adolescente-en-mundo&Itemid=441. Acesso em: 9 abr. 2020.

paz entre el gobierno de Guatemala y la URNG, intermediada por la ONU, según (MARTÍNEZ, 1983, p. 69-93).

As conseqüências que a Guatemala sofreu durante mais de três décadas de guerra ainda aprisionam a nação em um sistema político, social e econômico que não permite possibilidades de desenvolvimento equitativo para a maioria de seus cidadãos. Por um lado, há a falência do sistema de exportação agrícola, ainda sem recuperar a economia e suas terras, as feridas profundas da história nas novas gerações e a desconfiança na classe política que ainda governa a nação.

Para alcançar a democracia e o desenvolvimento econômico é importante que as nações possam se concentrar em encontrar um equilíbrio onde ponham em prática tanto os direitos civis, sociais e políticos, mas não apenas concedam direitos, mas também prestem o serviço de bens públicos para o bem-estar e o desenvolvimento da nação.

A Guatemala é um país com um sistema de eleições livres, democraticamente aberto, embora muito se diz sobre as bases do sistema político que não foram desmilitarizadas e ainda é considerado como um sistema político excludente, autoritário e articulado aos interesses do poder exercido pelas classes mais influentes do país.

A economia de Guatemala continua sendo um sistema modelo capitalista, dependente e subdesenvolvido, e está aberta à exportação, com forte intervenção estatal e grande parte de seus serviços públicos já foram privatizados.

Em resposta aos acordos de paz e ao acompanhamento da revisão destes, o sistema político e econômico tem se estabilizado, dando maiores respostas à sociedade como contribuições para programas de desenvolvimento social que ao mesmo tempo permitem o crescimento econômico e a redução da desigualdade.

De 2008 a 2018, quatro presidentes governaram democraticamente o Estado da Guatemala; cujas agendas se concentraram em trabalhar com tentativas de reconstruir a democracia do país, combater o crime organizado e a corrupção nas instituições estatais. Em 2016 foi instalada a CICIG²¹, que trabalha em conjunto com o Ministério Público daquele país, para lutar contra-acusações de funcionários públicos como ex-presidentes, vice-presidentes, ministros e deputados que são denunciados por crimes de corrupção, abuso de autoridade e fraude aduaneira (CIDOB, 2020).

²¹ A Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG) foi criada em 12 de dezembro de 2006 e terminou em 3 de setembro de 2019, de acordos entre a ONU e o Estado da Guatemala.

O contexto político da Guatemala, como mencionado acima, tem sequelas de corrupção e pouca transparência na administração dos recursos públicos, aludindo a poucas medidas de desempenho do exercício do serviço público, que por sua vez impactam diretamente a vida dos cidadãos afetando a ética do funcionário público e, portanto, o desenvolvimento social e econômico.

Os problemas sociais aumentam como consequência dos grandes desafios negativos que o país está passando, como é o caso da migração, como um reflexo da má gestão dos gastos sociais que não consegue exercer um desempenho eficiente para atender a essas necessidades. A migração é uma realidade na Guatemala, tanto das pessoas em trânsito quanto das centenas de guatemaltecos que migram em busca de novas oportunidades para viver, abandonando suas famílias, sendo seu principal país de destino os EUA, onde são contados cerca de 959.000, vivendo lá em 2017, de acordo com dados de (EUA, 2019).

A migração e a economia do país têm uma relação estreita, uma vez que ela é amplamente fortalecida pelas remessas dos migrantes para sustentar suas famílias, pode-se argumentar que as remessas são um forte investimento para melhorar o desenvolvimento econômico, uma vez que são a segunda maior fonte de renda em divisas para o país depois das exportações. A economia da Guatemala se baseia especificamente na produção agroindustrial de produtos como café, bananas, açúcar e uma diversidade de frutas e vegetais. Além disso, há o comércio de outros bens de consumo secundários que também geram importações e exportações para movimentar a economia.

Na década em que esta pesquisa está focada, a Guatemala não teve um desempenho econômico muito sólido, apenas até os últimos 3 anos que mostraram um crescimento maior do PIB de 2,8% em 2017 para 3,1% em 2018 e 3,6% em 2019. Para obter um melhor desenvolvimento econômico, o país precisa fazer o melhor uso de todos os seus recursos disponíveis (humanos, materiais, naturais, financeiros entre outros.) para gerar atividade econômica e obter maior renda (WORLD BANK, 2020)

Este país tem uma população jovem com uma forte força de trabalho, são pessoas comprometidas em ajudar suas famílias, e se lhes forem prestados mais serviços públicos como a educação, isso os ajudará a conseguir empregos mais qualificados. Outras forças também são necessárias do Estado para poder pôr um fim às lacunas de desigualdade que persistem por área geográfica. Especificamente nas periferias, em comunidades rurais habitadas por povos indígenas que representam mais da metade da população e são particularmente desfavorecidos

em termos de disponibilidade de recursos básicos para viver uma vida decente, de acordo com o World Bank (2020):

Em essência, existem "dois Guatemalas", uma rica e um pobre, uma urbana e uma rural, uma ladina e uma indígena com grandes lacunas sociais e econômicas. Estas diferenças são agravadas pela alta vulnerabilidade do país à mudança climática, que afeta a desnutrição, saúde, segurança alimentar, recursos hídricos e ecossistemas naturais.

O panorama real da Guatemala faz referências claras aos problemas da vulnerabilidade existente de múltiplas brechas sociais, políticas, ambientais e econômicas, conforme discutido neste capítulo. É importante enfatizar que enquanto essas lacunas continuarem a se manifestar, as desigualdades sociais naquele país continuarão a aumentar e continuarão a ser um obstáculo ao desenvolvimento. Assim, o trabalho conjunto dos governos, do Estado e da nação deve ser analisado em amplas agendas e estratégias de curto e longo prazo.

A segurança cidadã é outro dos temas sobre os quais há pouca informação científica relativa à Guatemala, pois é um indicador importante para esta pesquisa, na seção seguinte se tentará saber como são vividos os contextos de violência nas maiores cidades deste país e nas comunidades fronteiriças com El Salvador e Guatemala.

Na Guatemala também existem as chamadas gangues, que geram controle territorial, violência e crimes armados que afetam seriamente o Estado de Direito, como ocorre em outros países do TNC; entretanto, nos últimos 10 anos na Guatemala, houve uma pequena redução nas taxas de violência em comparação com outros países do TNC, com uma taxa de homicídios de 26,07 mortes por 100 habitantes para o ano 2017, segundo Macro Data (2021).

A violação dos direitos humanos dos cidadãos especificamente aqueles que vivem em áreas marginalizadas, não melhorou e ainda é um desafio viver em paz produto da insegurança do cidadão, que é causada pela existência de gangues, tráfico de drogas e tráfico humano principalmente (MENDOZA, 2018).

Para Mendoza (2018), as autoridades encarregadas da segurança do cidadão também estão envolvidas em atividades ilícitas que infringem os direitos civis e a violação de funções públicas. Para este Mendoza sobre as tendências da violência, ele ressalta que é claro ver como, de 2008 a 2018, a taxa de mortes violentas caiu quase pela metade, mas a preocupação permanece com a variação de idade das vítimas, os jovens são mais afetados. Reiterando que o uso de armas de fogo pelos perpetradores também envolve uma grande parte dos jovens, acrescentando as formas de violência que são cada vez mais cruéis e trazem sérias consequências para as famílias das vítimas e dos perpetradores. Muitas das vítimas ficam sem o pai que as provê; portanto, serão mais uma família na pobreza, outras terão que deixar tudo

para trás e se mudar ou emigrar, separando famílias inteiras e expondo-as a outros efeitos longe do desenvolvimento.

2.3 O GASTO PÚBLICO DE HONDURAS, EL SALVADOR E GUATEMALA

No capítulo anterior, foi feita uma análise da teoria econômica e dos gastos públicos, conceitualizando sua abordagem e a relação existente. Nesta seção, o foco será mais direto com relação aos argumentos dos países de estudo, sobre o caráter intervencionista do Estado, que vem penetrando no campo econômico e social nas funções exercidas pelo orçamento público. Um importante elemento de discussão será focado em determinados elementos da política fiscal, onde será possível introduzir o conjunto de medidas que o governo adota com base em suas receitas e despesas na lógica do gasto público social em todas as atividades de participação do Estado.

Quanto à teoria do gasto público, para compreender sua estrutura administrativa, técnica e sistemática, é necessário primeiramente abordar a conceituação do orçamento público (montante de recursos arrecadados e destinados ao orçamento), ao qual dois componentes principais são atribuídos ao orçamento: receitas e despesas fiscais, que são exercidas pelos cidadãos, empresas e reguladas através dos diferentes órgãos governamentais.

No caso de Honduras, El Salvador e Guatemala, o gasto público é atualmente um meio tão importante de ação estatal; é um instrumento decisivo que tem um efeito direto sobre todos os aspectos econômicos e sociais.

Para uma compreensão do orçamento público, a seguinte conceituação é citada, de acordo com Lozano (1983, p. 15):

A compilação sistemática em intervalos regulares de estimativas de despesas planejadas para um determinado período futuro que, em princípio, são vinculativas para o poder executivo e de estimativas dos recursos previstos para cobrir essas despesas. Uma definição do alemão Fritz Neumark.

Esta definição expressa o chamado obrigatório ao poder executivo principalmente na busca de proporcionar e equilibrar a gestão das finanças públicas em termos de receitas e despesas, com um plano estruturado e expresso em números para realizá-lo em um determinado período. Este plano deve ser regulamentado e planejado pelos órgãos executivos e legislativos que exercem funções de controle na administração das finanças públicas de um país, com o objetivo de atingir o melhor desempenho tanto na coleta como no gasto de recursos econômicos. Em resumo, o orçamento torna-se uma ferramenta fundamental para o exercício da vontade

política através das instituições estatais para promover o desenvolvimento social e econômico dos países.

O orçamento, como um instrumento essencial que o Estado e os governos administram a partir do poder executivo, vai além de uma função programática; tem a ver com o cumprimento do exercício eficiente e eficaz de fornecer aqueles bens e serviços que se espera que sejam gastos em um determinado período. O objetivo do orçamento é cumprir as agendas, políticas públicas e econômicas que possibilitam o bem-estar das pessoas, sendo estas últimas os contribuintes que tornam possível a existência desses recursos para obter esse orçamento.

Por sua vez, a dinâmica do gasto social público como parte essencial do gasto público está especificamente relacionada para responder às ações, planos e projetos de impacto social, ou seja, para atender às necessidades mais básicas do povo de uma determinada nação. Estas necessidades se refletem principalmente na luta contra a pobreza, saneamento básico, paz, acesso à educação e saúde para reduzir as barreiras da desigualdade social existente (CEPAL, 2010).

Para a reflexão desta situação que existe nos países do TNC com relação ao gasto social público, as discussões a seguir levarão em consideração alguns elementos em torno das medidas e procedimentos que são realizados para a gestão das finanças e sua geração de impacto sobre o gasto social. A administração do orçamento público optou por classificá-lo de acordo com as categorias ou áreas de desenvolvimento. Estas categorias podem ser divididas por classes, entidades administrativas ou instituições, fontes de financiamento, atividades econômicas ou por afinidade de acordo com a área de desenvolvimento a que se dedicam.

A classificação por categorias do orçamento público facilita a administração financeira, a supervisão, a medição do impacto e a prestação de contas desses setores com sua rubrica orçamental correspondente. Pode haver casos em que ocorram mudanças organizacionais; pode haver exceções a este tipo de medida ou responsabilidade no caso de leis de proteção, reorganização ou fechamento de departamentos, o que pode afetar as instituições e o próprio órgão na gestão de recursos. A classificação do orçamento é importante para a análise das finanças e prestação de contas que devem ser apresentadas periodicamente ao público, à própria administração estatal e, em muitos casos, à cooperação internacional, que no caso do TNC é um interveniente ou contraparte em determinados recursos de gastos sociais que são executados anualmente (El SALVADOR, 2014, p. 18).

Algumas recomendações sobre o orçamento público exigem que ele assuma uma classificação eficaz, que previna e evite inconvenientes nas mudanças de governos que ocorram

periodicamente e, naturalmente, ao implementar recomendações para melhorar esse trabalho, eles conseguirão maior desempenho e eficiência nas funções no nível econômico e no progresso social, provenientes de recursos públicos, o (FMI, 2001, p. 85-122)²².

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um órgão que faz recomendações importantes aos países para que possam utilizar uma classificação mais padronizada e eficiente das formas de planejar e desenvolver recursos estatais. Esta classificação tem 10 níveis de gastos por funções administrativas de recursos e cada um inclui subdivisões que permitem a identificação de áreas de desenvolvimento social e um número para identificá-las, como é ilustrado na tabela 3 abaixo.

Os códigos atribuídos à classificação podem variar de acordo com os órgãos ou instituições encarregadas da execução, o importante é manter os padrões das áreas de classificação ou áreas de desenvolvimento social. O próprio FMI assegura que, se os governos que implementarem o maior número possível dessas classificações, elas darão maior espaço para a transparência nas funções públicas, facilitarão a apresentação de relatórios financeiro, técnicos e irão melhorar a análise, medição e comparação internacional de como os recursos públicos são administrados na região.

Quadro 2 - Classificação dos gastos públicos por função governamental

Código	Nome da classificação
701	Serviços Públicos Gerais
702	Defesa
703	Ordem pública e segurança
704	Assuntos econômicos
705	Proteção ambiental
706	Habitação e serviços comunitários
707	Saúde
708	Recreação, cultura e religião
709	Educação
710	Proteção social

Fonte: adaptado da tabela 6.2. da Classificação das Despesas Governamentais do FMI 2014 por função.

²² Fundo Monetário Internacional (FMI), uma organização financeira internacional sediada em Washington D. C. Estados Unidos.

Para entender como funciona o orçamento que o Estado administra em cada um dos países do TNC e suas leis de governo, é importante fazer uma descrição específica por país, levando em conta que os três países têm características muito semelhantes em sua formulação e execução em seu modelo triplo: político, legal e contável.

O modelo político refere-se aos principais instrumentos governamentais, tais como as políticas públicas utilizadas para alcançar os objetivos propostos na execução. O legal porque tem um item de renda fornecido para atender às despesas orçadas para exercer em um determinado período do governo. Finalmente, a contabilidade se refere ao controle financeiro e à prestação de contas, que deve acompanhar a execução do orçamento para medir o cumprimento dentro de um determinado prazo.

Para El Salvador, o orçamento está a cargo do Ministério da Fazenda²³, a base legal do orçamento anual é baseada sistematicamente para sua formulação, execução e controle, sob a regulamentação dos artigos 167, 226 a 229 da Constituição da República e se baseia na Lei Orgânica da Administração Financeira do Estado e seus regulamentos.

A Diretoria Geral do Orçamento é responsável pelo seu cumprimento; portanto, o poder deste órgão é executar e modificar o orçamento de acordo com os mecanismos estabelecidos de acordo com o decreto legislativo da Lei Orgânica dos Orçamentos, que pode ser aprovado anualmente e modificado somente pela Assembleia Legislativa, que é composta pelos deputados. Após ser aprovado, este orçamento é publicado para dar legalidade no Diário Oficial La Gaceta, e depois desta publicação em um determinado período, a administração central faz a coleta ou distribuição de recursos por e para cada uma das entidades executoras (EL SALVADOR, 2014, p. 40-60)²⁴.

Conforme El Salvador (2014, p.18-21), o orçamento deste país é dividido por áreas de gestão administrativa, que possuem unidades orçamentárias e linhas de trabalho de acordo com os objetivos governamentais. Essas áreas são: gestão administrativa, administração da justiça e segurança cidadã, desenvolvimento social, apoio ao desenvolvimento econômico, dívida pública, obrigações gerais do Estado e produção empresarial pública.

Por sua vez Honduras, o orçamento está a cargo da Administração Financeira do Setor Público ou da Secretaria de Finanças (SEFIN), que administra o orçamento, o crédito público, a tesouraria e a contabilidade financeira. O SEFIN nomeou-o "Orçamento Geral da República"

²³ A finalidade do Ministério da Fazenda é dirigir e administrar as finanças públicas do Estado salvadorenho de acordo com suas receitas e despesas, com o objetivo de manter um equilíbrio financeiro.

²⁴ A Fundación Nacional para el Desarrollo (FUNDE), é uma instituição de pesquisa para a formulação de políticas socioeconômicas, lobby e promoção do desenvolvimento, com foco nos setores mais desfavorecidos da população.

e é um instrumento de planejamento anual, através do qual o governo estabelece quanto, como, em que e por quem irá gastar as finanças públicas do país em um ciclo anual, de acordo com seu planejamento estratégico.

O poder sobre o orçamento é dividido no âmbito da divisão do poder do Estado: os poderes executivo, legislativo e judicial. As instituições descentralizadas (empresas públicas, instituições de seguridade social, universidades) e estas, por sua vez, estão divididas em seis funções técnicas e uma classificação administrativa com seus respectivos códigos de identificação, incluindo ainda metas e ações orientadas a resultados sob políticas públicas de desenvolvimento locais ou regionais (HONDURAS, 2011)²⁵.

A fim de identificar visivelmente a alocação de recursos que permite o cumprimento do orçamento anual, foi criado em 2011 o Plano Nacional, a ser executado pelas regiões do país, o que permitiu a expansão do sistema de codificação da estrutura orçamentária de receitas e gastos alocados por região, objetivo, diretriz estratégica, meta e indicador. Este plano facilita a identificação de cada uma das áreas nas quais os recursos orçados financeiramente são investidos e serve para ter melhores medições e controle dos mesmos (HONDURAS, 2011).

Segundo Honduras (2011, p. 20-21), a classificação por funções que foi dada ao orçamento público está composta pelos seguintes seis grandes ramos de desenvolvimento que permitem a cobertura das principais necessidades da população:

- a) Serviços de saúde e educação;
- b) Justiça, defesa e segurança;
- c) Dívida pública;
- d) Serviços públicos em geral;
- e) Infraestrutura e produção;
- f) Proteção social e meio ambiente.

O ciclo orçamentário anual tem diferentes obrigações que são distribuídas entre os poderes e instituições estatais. O orçamento é regulamentado em três instrumentos legais: a Constituição da República, a Lei Orgânica do Orçamento e as Normas Técnicas Orçamentárias. O objetivo desses instrumentos é criar o orçamento geral e para ser aprovado é submetido anualmente à votação do Poder Executivo, apresentando as considerações, discussão e aprovação através do Congresso Nacional da República. Uma vez aprovado por este órgão, ele é publicado no jornal oficial do governo La Gaceta e se torna lei, para depois as instituições

²⁵ SEFIN (Ministério da Fazenda). Orçamento Cidadão; ano fiscal de 2011.

correspondentes poderem fazer sua cobrança de receitas e executar despesas conforme o alocado no orçamento (HONDURAS, 2016, p. 9).

No caso da Guatemala, como nos outros países, tem muita semelhança em relação ao orçamento; neste país, as finanças estão sob o controle da MINFIN, que é dirigida por diferentes normas, tais como; a Constituição da República, acordos governamentais, leis ministeriais e municipais.

A Guatemala é um dos países com os melhores sistemas contábeis e portais virtuais de informação, como o acesso ao sistema informático no qual ministérios e secretarias registram sua execução orçamentária no chamado Sistema Integrado de Contabilidade (SICOIN). Tem a Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência, que é um órgão de planejamento do Estado e apoia as atribuições da Presidência da República, esta última tem a atribuição de avaliar cada ano a política geral do governo, através destes resultados a MINFIN e as demais instituições procedem à execução do orçamento, (GUATEMALA, 1992)²⁶.

Segundo a Guatemala, (1992), são as seguintes as leis aprovadas pelo Congresso da República que têm efeitos sobre os orçamentos das instituições. Entre eles estão:

- a) Lei Orçamentária Orgânica;
- b) Lei Orçamentária Anual;
- c) Outras leis com impacto sobre o orçamento;
- d) O Código Municipal.

Guatemala (2005, 2019)²⁷ refere-se às leis que controlam o planejamento e execução do orçamento; uma das mais importantes para garantir o uso dos recursos públicos de forma eficiente, ágil e transparente é a Lei Orgânica do Orçamento, sob o decreto N. 101-9. É seguida pela Lei Orçamentária Anual, que está em vigor por um ano e é aprovada pelo Congresso da República. Ela também indica em detalhes o montante de impostos, empréstimos, doações e outras receitas que são estimadas a serem obtidas naquele ano.

A execução do orçamento é classificada por instituições ou unidade executora, por estrutura programática (programas, atividades, obras), e finalmente é classificada de acordo com os itens do orçamento (finalidade, geografia, fonte de financiamento). Sua divisão orçamentária é diversificada nos diferentes ramos de desenvolvimento, tendo um total de 19 classificações, entre as mais importantes para este estudo estão: defesa nacional, educação,

²⁶ GUATEMALA. Ministério das Finanças Públicas (MINFIN). **Aspectos Básicos del Presupuesto**. publicado sem data, é o único manual oficial da instituição sobre aspectos gerais, ver www.minfin.gob.gt/images/archivos/manuales/aspectos_basicos_del_presupuesto.pdf.

²⁷ GUATEMALA (2005-2019). **Base de dados do orçamento dividida por ano**, os dados podem ser acessados em www.minfin.gob.gt/estadisticas-e-indicadores/gastos.

saúde pública e assistência social, bem-estar social, infraestrutura e habitação, cultura e esportes. Essas funções poderiam até ser reduzidas em um número menor, a fim de reduzir as despesas administrativas e acompanhar mais eficientemente sua execução nas áreas sociais; no entanto, esta é sua divisão oficial dos planos governamentais, a fim de controlar a execução de seus recursos.

Concluindo a contextualização orçamentária regional sobre a classificação das despesas públicas, pode-se dizer com certeza que sua importância está centrada no planejamento estratégico de seus objetivos, metas e planos de ação no curto e longo prazo das nações.

O papel do desenvolvimento econômico e social está intimamente relacionado ao planejamento e execução de recursos públicos com base na cobrança de impostos.

Cada indicador orçamentário tem um objetivo relacionado e vinculado, sejam contribuições estrangeiras, empréstimos para cobrir despesas e evitar crises financeiras no setor público ou controlar a retração econômica e lidar com a desigualdade social, como; desemprego, migração ou recessão econômica (CEPAL, 2005).

A base sobre os problemas sociais, políticos e econômicos da região tem um papel político nas decisões sobre o orçamento público, especialmente o orçamento social público que é determinado pelas decisões políticas dos governos locais, nações e organismos internacionais que controlam as decisões que ocorrem nas interações das nações (CEPAL, 2005).

Nos três países cobertos por este estudo, as instituições do setor público responsáveis pela gestão das receitas e despesas econômicas, bem como as medidas de execução do orçamento público, possuem divisões territoriais estratégicas por país, departamentos e municípios.

Os departamentos como tais não têm uma estrutura e orçamento alocado, enquanto os municípios têm um planejamento estratégico, plano de trabalho, orçamento para coleta e execução de fundos públicos e são liderados por um "Prefeito Municipal" como a mais alta autoridade. Os prefeitos, juntamente com sua administração municipal, administram o orçamento municipal (local), que recebe transferências diretas do Estado periodicamente. Os prefeitos municipais são aconselhados por comissões financeiras e seus funcionários municipais, mas estão limitados às regras do orçamento nacional e a cada ano formulam projetos orçamentários em coordenação com as políticas públicas atuais, leis orçamentárias municipais e leis nacionais (EL SALVADOR, 2017)²⁸.

²⁸ Revisão Nacional Voluntária da Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em El Salvador Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, que discutiu o progresso feito por este país no cumprimento da Agenda 2030 em seu plano de trabalho.

Para este estudo de caso, será dada ênfase ao desempenho social público, o que permite uma análise mais ampla do desempenho econômico e não sobre os impactos do problema da corrupção no governo e no Estado, para os países do TNC. Estes têm mostrado resultados que estão longe da qualidade, desempenho e eficiência dos serviços que as instituições devem oferecer a seus cidadãos, pois estes diagnósticos descrevem vários fatores que afetam o ambiente social, político e econômico que têm sérios efeitos sobre o desenvolvimento.

O problema da corrupção é apenas um daqueles fatores negativos que afetam o desempenho eficiente das funções públicas, pois está enraizado na má governança, na qualidade democrática e no papel desempenhado pelos funcionários encarregados do poder. Portanto, a forma como as práticas pouco transparentes no uso de recursos públicos são desenvolvidas terá um impacto negativo sobre os resultados programados. Para exigir a transparência esperada, deve ser oferecida uma avaliação periódica dos planos, agendas, políticas públicas e orçamento do governo para permitir uma administração transparente, de acordo com (DÍEZ *et al.*, 2007).

Não é particular argumentar que a sociedade desempenha um papel fundamental no controle social dos governos e instituições públicas, mas para que isso aconteça, os cidadãos devem primeiro ter o interesse e o conhecimento para compreender a importância do orçamento, suas leis, políticas, regulamentos e ações de fiscalização. Quando o fazem, estão mais conscientes de exercer pressão ou exigir mais bem resultados por parte do Estado e do governo. Segundo a avaliação do desempenho das funções públicas pode demonstrar um resultado eficiente na implementação de recursos públicos, na busca de um impacto social mais desenvolvido e de uma economia sustentável com os recursos disponíveis.

Este capítulo abordou em detalhes as diferenças e semelhanças nas formas de gestão de recursos públicos nos países de interesse. Tem sido estudado como esses países implementam, ao mesmo tempo, diversas estratégias, tais como políticas, leis, ministérios, programas e atividades para a coleta e execução do orçamento público, mas ao mesmo tempo estão relacionados e no mesmo horizonte em suas formas de administração. Além de quaisquer diferenças, todos eles concluem com o mesmo objetivo, criar e executar os orçamentos para cada ano de acordo com seu planejamento correspondente, o que permite manter uma disciplina entre receitas e despesas para que sua execução não afete o cumprimento de todos os serviços e produtos que o Estado fornece aos cidadãos.

Em conclusão, cada governo tem que orientar sua política fiscal de forma a formar estratégias e cenários de estabilidade macroeconômica, já que a economia e o desenvolvimento têm uma forte dependência dos recursos públicos que permite sua gestão e distribuição.

Qualquer instrumento de responsabilização e controle de recursos permite que os cidadãos tenham conhecimento de como os fundos públicos estão sendo administrados no nível administrativo e, ao mesmo tempo, serve para tomar decisões de forma congruente pelas instituições e governos. Essas decisões ajudam a otimizar os níveis de execução fiscal com desempenho, eficiência, eficácia, transparência, que oferecem um impacto significativo para gerar bem-estar social e crescimento econômico.

Neste contexto de gastos sociais públicos nos países da TNC, há evidências claras dos problemas que afetam o desempenho eficiente destes recursos e como estes, por sua vez, afetam o desenvolvimento econômico e social. As barreiras existentes de desigualdade social, violência, corrupção, migração, mudança climática, a ineficiência de como os recursos estatais são executados.

Os problemas relacionados aos gastos públicos têm um efeito claro na falta de garantias para o desenvolvimento dos países que negam oportunidades de uma vida decente para seus cidadãos. É evidente que o alto gasto na prevenção de um problema causa um ajuste em outras áreas importantes do desenvolvimento social; portanto, deve continuar priorizando aqueles recursos econômicos de gastos sociais públicos que ajudam a mitigar os grupos mais marginalizados, tais como: grupos étnicos, mulheres, crianças, jovens e pessoas que vivem na pobreza.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os componentes metodológicos que compõem a metodologia adotada nesta pesquisa. Primeiramente, foi realizada a caracterização ou classificação da pesquisa. Em segundo lugar, foram identificadas as fontes a serem utilizadas para a coleta de dados. Em terceiro lugar, a descrição da tipologia dos dados. Quarto, uma descrição de cada uma das áreas e indicadores do desempenho econômico dos gastos sociais públicos que serão utilizados na pesquisa. Finalmente, será feita referência às técnicas de análise a serem utilizadas para a interpretação dos dados para calcular o Índice de Desempenho Econômico dos Gastos Sociais Públicos (IDEGPS), que será discutido mais adiante no capítulo seguinte.

A avaliação do desempenho do gasto público teve uma ampla conceituação, conforme descrito na referência teórica, nesse sentido esta metodologia enfatiza a avaliação de áreas ou programas sociais que têm impacto direto no desenvolvimento humano e econômico, com dependência do orçamento (financeiro) público do Estado.

Seguindo este objetivo e estrutura de estudo, escolhemos as linhas de indicadores de desempenho público social de tipo econômico, que também podem ser identificados como indicadores de eficiência e qualidade para medir o desempenho nas áreas específicas de saúde, educação, segurança pública, urbanização, obras públicas, cultura e esporte. Corresponde aos países do TNC; Honduras, El Salvador e Guatemala, correspondendo aos anos de 2008 a 2017.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Prodanov e Feitas (2013), referente ao conceito de pesquisa científica refere-se a uma criação de estudos planejados ou organizados, que são criados para obter novos conhecimentos e encontrar as respostas reais para os objetos de estudo que se procura dar objeções através do método científico. Com a necessidade de encontrar respostas para um determinado fenômeno ou construir um conhecimento que explique uma determinada situação, o método científico é explorado através de uma série de atividades sistemáticas que são de natureza intelectual e experimental para alcançar o raciocínio apropriado sobre os resultados esperados.

Esta pesquisa procura responder ao desempenho econômico alcançado pelo Estado na execução de seus orçamentos anuais destinados aos gastos sociais públicos, com foco em 5 áreas econômicas e 21 indicadores que compõem estas 5 dimensões. Alguns dos indicadores

estudados podem ser medidos em termos de eficiência e qualidade nos serviços ou produtos que as instituições públicas fornecem aos cidadãos; no entanto, para este estudo, eles não serão levados em conta. A dimensionalidade estudada será apenas do tipo "desempenho econômico" em relação aos aspectos econômicos dos gastos públicos especificamente; em outras palavras, o valor financeiro que foi usado para oferecer aqueles produtos ou serviços que foram designados para atender aos indicadores econômicos selecionados.

Marconi e Lakatos (2003), referem-se aos métodos de pesquisa como o grau de abstração e seu propósito explicativo centrado nas ciências sociais, que pode ser realizado nas diferentes etapas da pesquisa científica para alcançar os objetivos propostos de um determinado resultado. Alguns desses métodos são capazes de capturar as características do objeto de estudo e têm sido geralmente os métodos históricos mais utilizados; o método comparativo, o método monográfico e o método estatístico.

Os métodos estatísticos são muito importantes porque permitem obter representações mais simplificadas em termos quantitativos e qualitativos, o que facilita a manipulação estatística dos dados para verificar as relações e ocorrências entre os fenômenos e sua relação com a natureza do estudo.

Esta pesquisa é de natureza aplicada que permite a produção de conhecimento científico que pode ser aplicado na prática para fornecer soluções específicas para um problema de estudo. A partir da abordagem dos objetivos, ela pode ser descritiva porque descreve os fatos ocorridos sem ter que interferir diretamente neles e manipula a identificação da correspondência entre as variáveis para estabelecer uma relação entre elas. Normalmente este método é utilizado em estudos socioeconômicos e psicanalíticos de acordo com Pradanov e Feitas (2013).

Além disso, tem uma estreita relação que familiariza o objetivo desta pesquisa sobre o desempenho econômico dos gastos sociais públicos com o contexto do modelo de administração dos países de estudo.

Com relação à abordagem da pesquisa, outros autores como Hernández, Fernández e Baptista (2010), afirmam que a natureza do estudo da pesquisa tem três formas; quantitativa e qualitativa ou uma combinação de ambas, que participa de todas as etapas da pesquisa. Esta abordagem é definida pelas decisões do pesquisador em termos do problema, dos objetivos, da metodologia, dos dados e da forma de interpretar os resultados obtidos.

Estes autores enfatizam o foco na metodologia e sua direção ou foco que deve tomar uma forma integral, com uma ética de critérios epistemológicos em relação ao trabalho científico que está sendo feito.

É pertinente afirmar que a abordagem desta pesquisa será quantitativa devido ao fato de que ela trabalha diretamente com variáveis expressas em dados numéricos. Neste caso, tem ênfase nos recursos financeiros utilizados para medir a partir de dimensões econômicas o grau de desempenho dos gastos públicos sociais, o que será realizado com o uso de técnicas estatísticas que permitirão uma análise mais clara dos dados e sua classificação. Os testes estatísticos do componente principal e a criação de um índice serão utilizados para obter resultados com maior precisão e confiabilidade.

De acordo com a complexidade dos dados quantitativos, eles podem ser classificados de uma forma descritiva ou analítica. Os estudos analíticos são caracterizados porque procuram descobrir uma relação hipotética entre um fator de risco e um determinado efeito; ou seja, procuram estabelecer uma relação causal entre dois fenômenos naturais (FONTELLES *et al.* 2009).

Para este caso os dados têm valores altamente elevados, portanto, primeiro será buscada a normalização ou simplificação das variáveis, para obter dados de forma mais simples entre 0 e 1, depois através da Análise de Componentes Principais (ACP), será buscado categorizá-los e reduzi-los para que sua representação e valor das variáveis seja facilitada, a fim de obter melhores respostas em relação à análise dos resultados, permitindo uma análise dos dados de forma mais profunda e simplificada.

Diferentes metodologias de pesquisa foram orientadas; métodos de análise ou técnicas que permitem observações mais profundas das ciências sociais e econômicas. Para esta metodologia de pesquisa pretende-se fazer uma abordagem dos passos ou fases mais importantes para alcançar os resultados efetivos sobre o objetivo do estudo proposto e a verificação da hipótese com os resultados esperados.

3.2 FONTES E DADOS

Para uma melhor compreensão dos procedimentos técnicos de pesquisa em termos de procedimentos, eles podem ser de quatro tipos; bibliográficos quando se baseia na análise de material já publicado; abordagem documental quando a pesquisa se baseia na coleta de informações qualitativas com dados primários ou secundários; pesquisa experimental, quando determinamos um objeto de estudo e são selecionadas variáveis capazes de influenciá-los; pesquisa de campo quando permite obter dados através de diferentes técnicas de coleta para responder aos seus objetivos de pesquisa. Os procedimentos técnicos são elementos

fundamentais em qualquer processo de pesquisa para que o pesquisador possa obter através dos dados, seus objetivos claros, definidos e precisos no que quer observar ou alcançar, segundo Fontelles *et al.*, (2009) e Prodanov e Feítas (2013).

Para Marconi e Lakatos (2003), a coleta de dados é a etapa mais importante da pesquisa, pois permite a aplicação de instrumentos elaborados, a fim de realizar a coleta das informações necessárias: o que requer paciência, perseverança e esforço pessoal que permite uma elaboração ótima e eficaz dos dados.

Estes autores enfatizam a importância de um controle rigoroso dos instrumentos de medição para evitar erros ou informações não confiáveis ao coletar ou manipular dados.

Marconi e Lakatos (2003), afirmam que existem vários procedimentos para a obtenção de dados que variam de acordo com as circunstâncias ou o tipo de pesquisa a ser desenvolvida. Entre as linhas de observação em pesquisa, coleta documental, observação, entrevista, questionários, testes, análise de conteúdo, entre outras, são recomendadas, de acordo com o tipo de pesquisa. De igual importância é a classificação sistemática dos dados antes de sua análise e interpretação, tais como: seleção, codificação e tabulação dos mesmos que serão fundamentais para a taxonomia dos dados.

Como objeto de estudo nesta pesquisa, o procedimento técnico que mais se aproxima dos objetivos do estudo é a abordagem documental, uma vez que os dados são claramente quantitativos e procedem de fontes primárias e institucionais dos principais órgãos oficiais do Estado de cada país. A abordagem documental permitirá a realização de uma análise estatística para sua medição com maior qualidade, pois se todas as etapas sistemáticas forem seguidas como resultado, haverá uma interpretação eficiente e clara no momento de analisar os resultados.

Com relação às fontes de coleta de dados, é importante ressaltar que foram utilizadas fontes secundárias oficiais correspondentes aos objetivos do estudo. Para este fim, em Honduras, El Salvador e Guatemala, foi feita uma busca exaustiva das instituições que regulam e controlam o orçamento financeiro público, embora existam fontes primárias, que são as instituições que executam o orçamento e elaboram seus relatórios de despesas, nem todas elas têm dados primários disponíveis. No entanto, todos eles são obrigados a se reportar a uma instituição de transparência do Estado.

Neste estudo, os portais de transparência da agência reguladora estadual foram utilizados para permitir a revisão desses orçamentos alocados e dos gastos estabelecidos por país em uma base anual. Em seguida, os dados foram extraídos por tipo de despesa, área de

ação ou instituição, a fim de corresponder de acordo com os indicadores de interesse para esta pesquisa e proceder para completar uma tabela de nossa própria criação de acordo com os indicadores que foram atribuídos na metodologia. Cada dado foi coletado com a maior delicadeza observada para coincidir com os mesmos dados nos três países, correspondendo aos gastos públicos nas áreas sociais, ou seja, os gastos sociais públicos de acordo com seu orçamento.

As fontes de coleta para Honduras são extraídas do Ministério da Fazenda (SEFIN) e do Instituto de Acesso à Informação Pública (IAIP), que são encontradas de acordo com relatórios anuais, mensais e trimestrais de gastos, disponíveis no "Portal da Transparência", este portal é responsável pela formulação, coordenação, implementação e avaliação da política fiscal para regular e informar sobre finanças públicas, investimentos e o orçamento geral do Estado.

No caso de El Salvador, os dados provêm do Ministério das Finanças, cujo objetivo institucional é a alocação de recursos econômicos, o investimento público e o equilíbrio das finanças do Estado, bem como a administração do sistema tributário e aduaneiro correspondente. Este Ministério está encarregado de obter e disponibilizar os dados de despesas públicas de todas as instituições do Estado através de relatórios anuais e alguns relatórios periódicos, conforme o caso. Os relatórios anuais estão disponíveis no portal de transparência chamado "Transparência Fiscal", que são publicados em diferentes categorias; por ano, por item de despesa, por instituição e a maioria deles está disponível de 2002 até hoje.

As fontes de dados utilizadas para a Guatemala são da MINFIN, esta é uma instituição governamental que dirige as finanças do Estado, com o objetivo de cumprir e fazer cumprir tudo relacionado à política fiscal; a gestão eficiente e transparente de receitas, despesas, dívida pública e, em conclusão, sua finalidade é gerar desenvolvimento econômico para a nação. Em seu portal de transparência, os dados estão disponíveis para cada rubrica orçamentária; anual em nível nacional e municipal, com dados disponíveis desde 2001 até hoje e muito simples de serem extraídos do portal.

Os dados obtidos dessas fontes primárias têm um período de medição anual e são de tipo econômico-financeiro (dados em quantidades de recursos econômicos gastos), correspondentes aos orçamentos planejados e executados. A maioria dos dados foi retirada dos relatórios orçamentários executados, uma vez que os orçamentos planejados apresentam alguma variação ao final de um período fiscal que pode apresentar um aumento ou diminuição.

Para coincidir na dimensão econômica e nos indicadores por áreas sociais designadas, no banco de dados de elaboração própria, foram incorporadas as despesas correspondentes a: saúde, educação, segurança cidadã, urbanização, obras públicas, cultura e esportes.

Os dados correspondem a um período de 10 anos (2008 a 2017), para se referir a uma década recente que teve flutuações e fortes desafios para o desenvolvimento econômico e social desses países, na qual certas responsabilidades recaem sobre a forma de desenvolvimento das políticas públicas e fiscais dos Estados participantes.

A base de dados foi coletada em valores correntes, durante toda a série de anos; portanto, na seção seguinte introduziremos o processo de deflação no qual será possível transformar de valores correntes para valores constantes e em seguida a mudança será feita para uma moeda de medição global.

3.2.1 Deflator de valor em unidades monetárias atuais a valores constantes

Em economia há dois termos fundamentais que se relacionam diretamente com os mercados de bens e serviços adjacentes ao poder de compra da moeda; inflação e deflação. A inflação se refere ao aumento generalizado dos preços de bens e serviços durante um período; o que pode resultar em uma queda no valor do dinheiro e em seu poder de compra. A deflação é definida como um evento que faz com que o nível geral de preços caia, causando o declínio da economia durante um período. A deflação é causada pelos efeitos que ocorrem nos níveis mais baixos da renda nacional; no emprego, nas importações, na queda dos preços e dos salários, em outras palavras, a deflação é causada por duas causas: demanda insuficiente e oferta excessiva. De acordo com Gutiérrez e Moreno (2006) e De-Losso (2020).

Evidenciando que os preços de bens e serviços variam com o tempo, devido aos efeitos causados pela inflação ou deflação. O conceito deflacionar relacionado a um valor ou um preço, refere-se a eliminar o efeito inflacionário da mudança de preço, que normalmente são calculados em preços nominais (DE-LOSSO, 2020; FORTÚN, 2020).

Quando é necessário comparar certos valores que são expressos em unidades monetárias em uma *série temporal*²⁹, medidos em unidades monetárias nominais, é importante levar em conta que estes preços têm crescido ao longo da série temporal e com efeitos inflacionários. Portanto, se quisermos obter a variação real dos preços, temos que deflacionar ou depurar o

²⁹ Refere-se a um conjunto de dados de uma variável, ordenada por períodos regulares ao longo do tempo.

efeito inflacionário que tem sido causado pelos preços em série, ou seja, mudá-lo dos valores atuais (nominais) para valores constantes (reais) (DE-LOSSO, 2020; FORTÚN, 2020).

Para passar de uma série de unidades monetárias nominais para reais, é necessário deflacionar estes valores nominais em reais; este valor pode ser obtido dividindo a série original em termos nominais pelo coeficiente do índice de preços conveniente. Para este caso será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) fornecido por Datos Macro (2021). Esta operação permite eliminar a influência das variações de preço causadas, o que permite obter o valor em termos reais. Para o cálculo do coeficiente deflator de cada ano, foi utilizado o quociente do IPC daquele ano entre o IPC do ano base, neste caso o IPC de 2012 foi selecionado como ano base (DE-LOSSO, 2020; FOTÚN, 2021; YIREPA, 2021).

3.3 ÁREAS E INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL

Para os diferentes estudos sobre desenvolvimento social e econômico associados às avaliações de despesas públicas, estão surgindo cada vez mais diferentes processos técnicos e programáticos para a medição do impacto. Estes estudos procuram medir a execução orçamentária dos gastos públicos em um determinado período, permitindo medir especificamente a eficiência, eficácia ou desempenho dos gastos públicos através de certos critérios rigorosos que permitem medir seu comportamento, impacto e alcance de metas com base no desempenho daqueles recursos ou serviços que foram oferecidos.

A noção de medir o desempenho dos gastos sociais públicos tem várias abordagens de medição, que podem ser baseadas no exercício da conformidade sob qualquer dos conceitos de produtividade, qualidade, eficácia, eficiência ou desempenho econômico, o que permite medir o grau de eficácia obtido com uma série de serviços ou produtos oferecidos. Quando se fala de desempenho de uma entidade pública, refere-se a avaliar os programas, projetos, serviços ou ações que são realizados na administração pública; através de suas instituições ou instâncias responsáveis por tal gestão, a fim de melhorar o desempenho de tais recursos e a tomada de decisões no presente e no futuro para qualquer proposta de políticas públicas, regulamentos fiscais, leis e outros recursos econômicos que serão alocados em ações futuras, de acordo com (WHOLEY; HATRY; NEWCOMER, 2010).

Para a CEPAL, um indicador de desempenho pode ser de duas formas: composto ou não composto, sem entrar em profundidade na especificação do tipo de uso que pode ter e como

as instituições os colocam em prática, o objetivo é que aqueles que os utilizam lhes deem uma forma adequada de uso e medição, especialmente quando trabalham em programas de desenvolvimento social, portanto, são definidos como tal:

Os indicadores de desempenho são medidas que descrevem quão bem os objetivos de um programa, um projeto ou a gestão de uma instituição estão sendo desenvolvidos. (CEPAL, 2005, p. 23).

Um indicador composto é uma representação simplificada que procura resumir um conceito multidimensional em um índice simples (unidimensional) baseado em um modelo conceitual subjacente. (CEPAL, 2009, p. 13).

Las definiciones anteriores de la CEPAL determinan a un indicador de desempeño, cómo medida o instrumento de medición para saber de forma cuantitativa o cualitativa como se están desarrollando o ejecutando los recursos públicos, conforme al grado de cumplimiento en los servicios, actividades o proyectos ofrecidos por las instituciones públicas.

El indicador compuesto o del desarrollo, técnicamente se define como la función que ejercen varias variables de medición del desempeño, en el que debe ser fundamental tomar en cuenta lo que se quiere medir y la existencia de los datos confiables para su comprobación; por tanto, permitirán sustento conceptual y validez. Para interés de este estudio se mantendrá el primer concepto válido, argumentando, procurando reducir la multidimensionalidad de un índice para medir el desempeño.

Sobre la tipología de los indicadores del desempeño, desde el punto de vista del ejercicio público, CEPAL (2005), señala que existen diversas categorías de selección que se incorporan como dimensiones de evaluación para medir el desempeño; la eficiencia, eficacia, economía, calidad, los productos y otros atributos entorno a su dimensionalidad, tales como la calidad, el impacto, la tecnología. La CEPAL también recomienda a las instituciones públicas y a quienes estudian el desempeño del gasto público social, a que se trabaje con dos a más dimensiones de indicadores del desempeño. En caso de ser necesarios, para aportar información más profunda y transparente, tomando en cuenta que cada dimensión necesita de un método de evaluación y diferentes recursos para llevar a cabo su medición.

Segundo a CEPAL (2005), cada dimensão de medição dos indicadores de desempenho público tem uma função específica; portanto, eles são classificados de acordo com seu uso ou especialidade. Para esta pesquisa, nos concentramos no desempenho dos gastos sociais públicos e as dimensões de medição mais importantes são detalhadas abaixo:

- a) Indicadores de eficácia: este tipo de indicadores procura medir o grau de cumprimento dos objetivos ou metas de acordo com o número ou porcentagem de usuários ou beneficiários que recebem bens ou serviços públicos;

- b) Indicadores de eficiência: sua função é medir a produtividade dos recursos que foram utilizados para gerar um determinado produto ou serviço público;
- c) Indicadores de Economia: estes indicadores se destinam a medir a adequação dos recursos financeiros que têm sido utilizados para a produção de bens e serviços públicos;
- d) Indicadores de Qualidade: são utilizados para medir a adequação, acessibilidade e valor para os beneficiários dos recursos fornecidos pela administração pública.

A tipologia dos indicadores é fundamental porque se concentra nos aspectos básicos e necessários para compreender o desempenho dos gastos públicos. Sabendo que variam de acordo com sua dimensão e medida, esta pesquisa levará em conta a classificação dos indicadores de desempenho como indicado pela CEPAL, neste sentido somente serão estudados os indicadores de "dimensão econômica", que procura avaliar ou medir em termos financeiros, a capacidade de mobilizar recursos do gasto social público nos três países de estudo. A fim de responder à gestão eficiente dos recursos em dinheiro, bens, materiais, recursos humanos, quantidade de insumos e serviços oferecidos, que servirão para obter resultados mensuráveis dos recursos investidos em cada área ou ação social de acordo com os indicadores selecionados.

Após selecionar a dimensão econômica, foram selecionados diferentes indicadores estritamente para medição financeira para medir o desempenho da função pública de acordo com a quantidade de recursos econômicos executados anualmente. Estes indicadores estão de acordo com o cumprimento de metas de geração de produtos ou serviços obtidos com gastos sociais públicos, alocados de acordo com o orçamento anual executado por ano através das instituições correspondentes do Estado; para cada indicador econômico, que será discutido nas seções seguintes.

3.3.1 Indicadores de saúde

Para medir o desempenho econômico do orçamento público destinado à saúde é importante ter conhecimento dos recursos financeiros disponíveis com relação ao nível de serviços oferecidos no atendimento público da saúde humana; tanto no acesso como nos respectivos níveis de serviços essenciais para o atendimento da população (WORLD BANK, 2016)³⁰.

³⁰ Um estudo do Banco Mundial sobre a eficiência dos gastos públicos em educação e saúde em El Salvador mede a distribuição dos recursos em cada área ou gastos em saúde e educação em termos de porcentagem do PIB e quantidade de recursos investidos.

Como indicadores de saúde, o "Gastos em saúde e assistência social" tem sido considerado como um indicador que mede os gastos de acesso a serviços de saúde oportunos, tais como; salários do pessoal médico, gastos com serviços médicos e assistência social a populações prioritárias ou em risco social, o que gera bem-estar social relacionado à proteção e cobertura das necessidades das pessoas mais necessitadas, tais como deficientes, crianças em situações vulneráveis e adultos idosos.

Nesta mesma área da saúde, foi identificado outro indicador econômico, " Gastos médicos para atendimento hospitalar", que mede uma certa quantidade de gastos na compra de equipamentos e suprimentos para o atendimento primário de saúde pública nos hospitais.

Outro indicador importante que foi tomado é "Trabalho e seguridade social" com o objetivo de fazer cumprir as políticas de proteção ao trabalho, desenvolvimento de programas de incentivo ao trabalho e seguridade social. Este indicador garante que as empresas cumpram os protocolos de operação e proteção de recursos humanos em termos de manuseio de produtos e serviços de maneira mais segura e oportuna, com respeito à dignidade humana e às leis do país.

Outro indicador é "Prevenção do alcoolismo e da dependência de drogas", que mede os recursos econômicos para pagar os serviços destinados a prevenir o uso de drogas e oferecer reabilitação para pessoas com problemas de alcoolismo e dependência de drogas, o que é sem dúvida um problema de alto impacto social nos países.

Outro indicador é "Programas para o desenvolvimento das mulheres", que mede os recursos investidos no desenvolvimento de agendas, políticas públicas e programas sociais que beneficiam as mulheres, em termos de formação profissional, empreendedorismo e defesa de seus direitos humanos. Finalmente, um indicador que mede "Água e serviços de saneamento básico" refere-se principalmente aos gastos com saneamento básico, esgoto e serviços de água potável para atender às necessidades da população.

3.3.2 Indicadores de educação

A educação nos países estudados tem um quadro claro das lacunas existentes no acesso, qualidade de ensino, desigualdade e equidade no sistema educacional, o que requer uma reformulação na alocação de recursos econômicos, de acordo com o (WORLD BANK, 2016).

Para medir os indicadores educacionais, uma classificação dos gastos públicos com educação é feita por ramo de estudos ou áreas específicas que são oferecidas, podendo assim fazer uma certa divisão em termos dos recursos investidos em cada indicador.

Seguindo o objetivo de medição, a educação é dividida em sub-dimensões de acesso, fornecimento e recursos humanos. O primeiro indicador, "Serviços de educação pública", refere-se aos recursos investidos na educação primária e secundária, incluindo recursos humanos, equipamentos ou suprimentos, entre outros gastos para serviços realizados pelos ministérios da educação. Relacionado ao acima mencionado está o indicador "Ensino Superior", que mede os recursos alocados para fornecer serviços de educação universitária, suprimentos e salários para profissionais que lecionam aulas em diferentes áreas.

O indicador "Educação profissional para o trabalho" se refere aos recursos das instituições de treinamento para habilidades específicas de treinamento profissional para o trabalho, que também é chamado de educação informal para complementar o currículo educacional de treinamento técnico em cursos específicos.

Relacionado ao indicador anterior está "Educação para a ciência, tecnologia e inovação" que permite a educação formal ou informal sobre ciência e tecnologia para os jovens, com o objetivo de incentivar a participação na pesquisa científica e tecnológica. Este indicador também mede os recursos que são investidos para as competições científicas e de inovação científica nos países.

Outro indicador é "Bolsas de estudo e créditos de estudo", que inclui recursos econômicos para pagar a educação superior de pessoas com recursos limitados ou mérito acadêmico. Todos os países têm um orçamento específico para apoiar programas de ensino superior em diferentes áreas educacionais em nível nacional e internacional, em muitos casos são bolsas de estudo não reembolsáveis, mas há também programas de crédito.

3.3.3 Indicadores de segurança cidadã

Segundo o PNUD (2013), a segurança do cidadão é uma das principais preocupações da região, devido aos altos índices de violência armada, criminalidade e as diferentes formas de crime que são exercidas, fazendo referência que a violência integra aspectos como: saúde, educação e segurança alimentar. É importante reconhecer que as instituições públicas têm o poder, através de suas políticas públicas e do orçamento associado a esses indicadores, de fazer cumprir as leis, a fim de proteger os cidadãos e permitir a defesa da vida de forma eficaz para o gozo de suas liberdades e direitos humanos.

Os indicadores escolhidos para medir o grau de desempenho dos gastos públicos em segurança cidadã a partir da abordagem de prevenção da violência, convivência pacífica e

proteção civil foram escolhidos; "Defesa nacional" e "Segurança cidadã nacional", estes indicadores medirão os recursos utilizados para treinamento, pagamento de recursos humanos, equipamentos e outros suprimentos utilizados para realizar ações de proteção civil, a fim de reduzir a violência comum, a criminalidade e prestar assistência em termos de segurança cidadã.

Com relação ao acesso à justiça a partir de uma abordagem de direitos humanos, o PNUD (2013) menciona que todas as pessoas têm o direito de usar ferramentas e mecanismos legais para o reconhecimento e a proteção de seus direitos. Na região tem havido um número crescente de crimes violentos, gerando consequências graves que afetam pessoas de todas as idades, especialmente os jovens, os mais pobres e os que vivem em áreas vulneráveis. Portanto, o indicador "Justiça e direitos humanos" foi escolhido para medir os recursos financeiros investidos em treinamento, salários e suprimentos para pessoas que trabalham em instituições que fornecem justiça, assistência e proteção aos cidadãos, tanto às vítimas como aos infratores, a fim de alcançar comunidades mais justas e pacíficas.

3.3.4 Indicadores de urbanização y obras públicas

De acordo com a Espanha (2010)³¹, a importância da urbanização e da infraestrutura deve combinar a qualidade dos serviços, eficiência e sustentabilidade, dentro da estrutura do modelo de cidades sustentáveis, enfatizando as recomendações da ONU através de suas ODS, em relação ao crescimento populacional, meio ambiente e organização territorial, que devem ser acompanhadas como um todo para permitir que a urbanização e as obras públicas tenham um impacto social.

Um dos principais indicadores que responde às necessidades da população neste estudo é "Obras públicas para o desenvolvimento local" que permitirá saber em termos econômicos, quanto os países investem em fundos para o desenvolvimento de obras públicas, tais como: criação de parques, remodelação de estradas urbanas, sinalização, entre outros. Mas não inclui a construção de estradas ou pontes. Outro indicador que contribui para o desenvolvimento urbano é o "Fundo Social para Moradia", que mede os recursos utilizados para a construção de moradias e os fundos de crédito para a construção de moradias.

³¹ Esta instituição elaborou em 2010 o Plano de Indicadores de Sustentabilidade Urbana de Vitoria-Gasteiz Vitoria-Gasteiz para el año 2009, um estudo que recomenda 50 indicadores, entre eles os de ocupação do solo, tais como: densidade urbana, acesso a espaços públicos e estradas, e os de consumo como água, energia, ar, alimentos e biodiversidade.

É importante mencionar que os países têm diferentes instituições e programas que oferecem este serviço, principalmente em acordos com fundos internacionais, neste caso apenas os próprios fundos (nacionais) para habitação de cada país.

Outro indicador importante em obras públicas é o "Conselho Nacional Regulatório de Energia" que controla as empresas de energia e mede os recursos que são oferecidos para subsidiar, ao mesmo tempo em que regula os programas de energia existentes nos países. É importante mencionar que nos três países de estudo a maior parte da energia é de denominação privada e tem custos elevados; portanto, alguns projetos ou instituições públicas são subsidiados e há regulamentação sobre estes para regular os preços.

3.3.5 Indicadores de culturas e esporte

A UNESCO (2014)³² exorta a participar da importância de integrar a cultura nas políticas públicas que promovem o desenvolvimento social, político e econômico, a fim de criar condições propícias ao progresso sustentável dos jovens. Da mesma forma, ser capaz de promover a diversidade das expressões culturais, artísticas e étnicas dos países, enfatizando a descoberta dos diferentes talentos que os jovens possuem. A cultura vai além da arte visual em termos de valores e normas que orientam a ação humana, para encontrar o equilíbrio certo entre o patrimônio cultural e a preservação da cultura para as gerações futuras.

Como parte da cultura existem diferentes esportes, que agregam importância e, especialmente nos países do TNC, o futebol é um dos esportes que mais une as comunidades, mobilizando-as através de emoções, sentimentos e atitudes; além disso, existe uma diversidade de danças e tradições que têm grande valor cultural, que têm sido transmitidas de geração em geração, como expressão cultural coletiva e para elas existem programas estatais que lhes dão vida e promovem seu crescimento.

Seguindo as recomendações da UNESCO sobre indicadores econômicos para a promoção do patrimônio cultural e do esporte, foram criados indicadores para a "Promoção da arte, da cultura e de vários esportes" que tem uma baixa participação no orçamento público, especialmente nos fundos que são investidos na educação cultural, em vários esportes (com exceção do futebol, que inclui dotações orçamentárias diretas do Estado. e na promoção artística que tem poucos recursos alocados a eles.

³² Manual da UNESCO que desenvolveu uma série de indicadores de cultura para o desenvolvimento, incluindo "Sustentabilidade para o desenvolvimento", um indicador que está ligado à ação pública em termos de políticas e orçamentos para proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio cultural.

Outro indicador importante é o "Apoio às federações esportivas autônomas de futebol", que mede os recursos que são alocados às federações esportivas oficiais de futebol de cada país, permitindo à equipe nacional manter sua estabilidade e representar a nação nesse esporte específico.

Finalmente, o indicador "Desenvolvimento da juventude e participação cidadã" mede os recursos financeiros investidos em programas que promovem a participação da juventude, especialmente em contextos culturais, políticos e sociais. Este indicador inclui recursos financeiros destinados aos salários do pessoal e fundos para projetos implementados pelos departamentos de juventude.

Em seguida, apresenta-se uma tabela que sistematiza as áreas com seus respectivos indicadores e uma justificativa de sua importância.

Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social

(continua)

Áreas de dimensão econômica	Indicadores de dimensão econômica por área	Justificativa
Saude	Saúde pública e assistência social.	Mede as despesas de saúde pública, tais como salários do pessoal médico, despesas com equipamentos médicos e assistência social inclui programas de assistência que melhoram a qualidade de vida das pessoas, tais como assistência a crianças em risco social, adultos, bônus de alimentação, campanhas de saúde.
	Trabalho e seguridade social.	Este orçamento é utilizado para monitorar programas e políticas nas áreas de trabalho, emprego, saúde e segurança no trabalho. Ele também monitora a gestão adequada e justa do ambiente de trabalho e da seguridade social, de acordo com as políticas e leis públicas do país.
	Prevenção do alcoolismo e da dependência de drogas.	Esses gastos públicos são destinados à prevenção do uso de drogas e à reabilitação de pessoas com problemas de alcoolismo e dependência de drogas que têm um impacto negativo sobre a saúde e a vida das pessoas.

Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social
(continuação)

Áreas de dimensão econômica	Indicadores de dimensão econômica por área	Justificativa
Saúde	Programas para o desenvolvimento da mulher.	Estes programas promovem o modelo de participação igualitária de mulheres e homens na vida social, política, econômica e cultural dos países.
	Água e serviços de saneamento básico.	Inclui gastos públicos com serviços de água potável, serviços de esgoto, chamados de saneamento básico para a saúde das pessoas.
	Despesas médicas para atendimento hospitalar.	Despesas específicas para os cuidados de saúde primários nos hospitais, incluindo medicamentos, materiais e equipamentos.
Educação	Serviços de educação pública.	Refere-se a gastos com serviços de educação pública, pode incluir salários para professores, gastos com materiais e equipamentos para permitir o acesso à educação primária gratuita em todo o país.
	Educação profissionalizante para o trabalho	Inclui programas e processos de treinamento integral para jovens e adultos, baseados em práticas que promovem formas de produção, empreendedorismo e aplicação do conhecimento para o trabalho.
	Educação para a ciência, tecnologia e inovação	A educação em ciência e tecnologia permite incentivar crianças e jovens em disciplinas científicas a incentivar sua entrada em carreiras nas ciências duras, tecnologia, inovação e pesquisa científica.
	Bolsas e créditos de estudo	Este indicador mede os gastos públicos como bolsas de estudo e empréstimos educacionais para incentivar a educação, proporcionar oportunidades para pessoas com recursos limitados e estudantes com méritos educacionais para continuar sua educação nas universidades em nível nacional e internacional.
	Educação Superior	Este gasto público em educação superior refere-se especificamente ao ensino universitário que permite o ensino-aprendizagem para formar profissionais altamente competitivos.

Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social
(continuação)

Áreas de dimensão econômica	Indicadores de dimensão econômica por área	Justificativa
Segurança Cidadã	Defesa nacional	Gasto destinado na defesa do cidadão, como os militares; cujo papel é executar as medidas necessárias para manter a soberania e a integridade do território nacional, cumprindo o papel de guardião para salvaguardar o país, proteger as fronteiras, agir em caso de guerra e promover a paz para a nação.
	Segurança cidadã nacional	As despesas públicas neste indicador referem-se aos custos de manutenção da ordem pública e prevenção da violência no país. Os principais que a executam são a Polícia Nacional, que tem uma abordagem mais direta entre os cidadãos a fim de permitir o exercício da ordem cidadã e rodoviária e seu objetivo é promover a paz e a tranquilidade que permitem a segurança do cidadão.
	Justiça e direitos humanos.	A justiça e os direitos humanos visam contribuir para as capacidades do Estado e da sociedade civil para o exercício dos direitos que permitem o acesso à justiça e a proteção dos direitos humanos. Como os países deste estudo têm altos índices de violência, a justiça é uma forma de buscar reparação para as vítimas, a fim de respeitar seus direitos humanos.
Urbanização e obras Públicas	Obras públicas para o desenvolvimento local	Estas despesas se baseiam em projetos de desenvolvimento de infraestrutura, manutenção e melhoria de espaços públicos, corredores turísticos e remodelações para melhorar o acesso local. Não inclui o orçamento de desenvolvimento rodoviário (estradas, pontes).

Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social
(continuação)

Áreas de dimensão econômica	Indicadores de dimensão econômica por área	Justificativa
Urbanização e obras Públicas	Fundo Social para habitação	Fundos de doação e créditos públicos cujo objetivo é contribuir para a solução do problema de moradia de trabalhadores e pessoas de baixa renda. Estes gastos fornecem os meios adequados para a aquisição de uma carcaça confortável, higiênica e segura que contribui para o desenvolvimento das pessoas e para a qualidade de vida.
	Conselho Nacional de Regulamentação de Energia.	Mede os gastos das instituições públicas que regulam os serviços energéticos, com o objetivo de supervisionar e auditar a execução dos programas de energia e investimentos aprovados para empresas de distribuição de eletricidade, regulamentando os serviços e monitorando a transparência da energia consumida por seus cidadãos. É importante saber que este indicador não mede o gasto de energia elétrica.
Cultura e esporte	Promoção da arte, da cultura e de vários esportes	Ela cumpre a função de promover a cultura, bem como de atualizar, promover e facilitar o desenvolvimento de políticas públicas no campo da cultura, incluindo o relacionamento com outros órgãos governamentais. Também inclui o orçamento para apoiar outros esportes além do futebol.
	Desenvolvimento de feiras culturais e artísticas	Orçamento alocado para garantir o bom funcionamento dos espaços artísticos e culturais que promovem a paz, a convivência e o desenvolvimento através de feiras e apresentações artísticas.

Quadro 3 - Áreas e indicadores do desempenho econômico do gasto público social
(conclusão)

Áreas de dimensão econômica	Indicadores de dimensão econômica por área	Justificativa
	Apoio às federações esportivas autônomas de futebol	Orçamento destinado à federação esportiva autônoma de futebol, que promove o esporte, especificamente o futebol, para o qual o Estado faz uma contribuição anual direta.
	Desenvolvimento da juventude e participação cívica	Em todos os três países são mais conhecidos como Instituto Nacional da Juventude, cujo objetivo é a promoção da participação social e política da juventude, a promoção de talentos artísticos e esportivos. Estes programas têm uma dotação orçamental anual.

Fonte: elaboração própria

O Quadro 3 descreve cada uma das cinco áreas do gasto social público, assim como os 21 indicadores econômicos que acompanham cada área e uma descrição para contextualizar a razão pela qual cada um desses indicadores está sendo utilizado de acordo com as áreas de desenvolvimento social que compreendem o gasto público e sua relação econômica com eles.

A próxima seção apresentará em detalhes a análise de cada um desses indicadores descritos acima em termos econômicos, tal como foram compilados.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Nesta seção da metodologia, as diferentes discussões técnicas da análise dos dados são desenvolvidas até obter os pesos para medir o IDEGPS, seguindo o objetivo principal do estudo. Nas técnicas de análise, é descrito o processo para realizar a análise dos dados, a partir da relativização dos indicadores para facilitar sua interpretação. Em seguida, a análise dos componentes principais foi realizada para encontrar os valores relativos dos pesos correspondentes a cada indicador, com este peso e usando as fórmulas de 1 a 4, o IDEGPS foi calculado para cada área e países em cada ano que a série de dados contempla, finalmente os testes não paramétricos são aplicados para a verificação dos resultados como mostrado abaixo.

3.4.1 Índice de desempenho econômico dos gastos sociais públicos

As seções seguintes discutem os procedimentos que foram realizados para desembrulhar cada uma das fórmulas e encontrar os pesos através do ACP que compõem o IDEGPS para cada uma das áreas e indicadores para cada país em estudo para a avaliação do desempenho econômico dos gastos sociais públicos.

3.4.1.1 *Relativização de indicadores*

Para esta pesquisa existe um banco de dados coletado através da demonstração de 5 áreas sociais da dimensão econômica com 21 indicadores ou variáveis para os três países. Todos os indicadores já foram adaptados para serem medidos com rigor. Existem algumas dificuldades que podem ser melhoradas no gerenciamento dos dados, como é o caso de alguns indicadores que podem ter variações em volume ou tamanho de acordo com os dados obtidos de acordo com o orçamento do gasto público social que foi criado no banco de dados para esta pesquisa.

Alguns dados podem ser valores em milhões de dólares e outros em quantidades muito pequenas; portanto, é necessário simplificar e padronizar esses dados para melhorar a compreensão no momento da interpretação.

Para conseguir uma melhor interpretação dos dados de forma mais simples, busca-se a normalização ou simplificação das variáveis, que serão submetidas a uma prática padronizada para evitar que seu algoritmo seja enviesado para variáveis de ordem superior por seu tamanho, de acordo com a disparidade dos valores que cada uma das variáveis continha. Portanto, o objetivo principal desta aplicação é transformar todas as variáveis na mesma ordem de dimensão dos dados que permite homogeneizar todos os dados e levá-los a valores relativos; ou seja, com valor entre 0 e 1.

A relativização das variáveis tem sido utilizada há algum tempo para as alternativas de construção de índices, um dos índices que tem tido mais destaque é o IDH criado pela ONU. Neste contexto, a discussão é gerada para levantar propostas para a melhoria contínua do IDH, segundo SEN e ANAND (1994), eles trabalham para gerar novas melhorias no comportamento do IDH; portanto, propõem um subíndice de renda como o IDH ajustado à desigualdade. Para medir o IDH, são propostos três subindicadores: expectativa de vida ao nascer, nível de educação e renda ajustada. Para cada componente do IDH, os índices são obtidos pela aplicação da fórmula do logaritmo natural, o que permite homogeneizar os dados em termos de taxas ou índices, já que é difícil expressar os dados com os mesmos valores que no caso dos valores do

PIB per capita. O valor do IDH varia de 0 a 1, o que significa que quanto mais próximo o valor for de 1, maior será o desenvolvimento humano alcançado por cada país estudado.

Segundo Chaib (2019), ele utilizou uma fórmula semelhante ao IDH para calcular a dependência econômica dos países, que ela chamou de Índice de Dependência Econômica Agregada (IDAE), na qual ele fez a normalização das unidades dentro de valores relativos fechados entre 0 e 1. A normalização foi importante para ter valores iguais entre os pesos de cada observação que permitiram calcular o IDAE com base nos dados já padronizados para cada país naquele período analisado.

Para conseguir esta transformação, o primeiro passo é colocar todas as variáveis em uma categoria de relativização dentro de uma faixa fechada do valor 0 a 1, ou seja, para cada série de tempo utilizada, procura-se encontrar os valores máximos e mínimos da série e depois calcular as observações restantes com base nesta variação.

A fórmula que suporta este processo de padronização de dados é a seguinte:

$$V_{relat} = \frac{V_{obs} - V_{mín}}{V_{máx} - V_{mín}}$$

Onde:

V_{relat} : Valor relativizado

V_{obs} : Valor observado

$V_{mín}$: Valor mínimo de da série

$V_{máx}$: Valor máximo de da série

3.4.1.2 Cálculo de pesos usando Análise de Componentes Principais

Como parte desta metodologia, será utilizada a análise fatorial, usando a Análise de Componentes Principais (ACP) como um método de extração. Seu principal objetivo é buscar com o uso de seus instrumentos, a redução da dimensionalidade de uma série de observações com um conjunto de variáveis ou indicadores, que se baseiam no estudo da estrutura variância-covariância entre as variáveis que compõem os dados de entrada, de acordo com as compilações de (SCHWARTZMAN, 1977).

Para o presente estudo, será utilizado o pacote estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, amplamente utilizado nas ciências sociais. Ou seja, o SPSS é uma aplicação que permite a análise estatística de dados aplicados, como seu nome indica, às ciências sociais. Isto permitirá a projeção dos dados de entrada nas direções de máxima variância para obter um novo espaço de representação dos dados no qual os componentes com menor variância possa ser facilmente eliminados, garantindo o mínimo de perda de informação.

A matriz de correlação é obtida a partir de valores de amostra de correlação bivariada dos indicadores selecionados. Nesta matriz, cada linha representa um elemento da população e cada coluna representa os valores de uma variável escalar em todos os elementos observados. Neste caso, temos variáveis dos diferentes tipos de gastos públicos por b anos que se repetem nos 3 países deste estudo. A matriz de correlação nos permitirá obter os determinantes, ou seja, as colunas correspondentes às variáveis de gastos e as linhas correspondentes às variáveis dos anos, com as quais procuraremos encontrar uma menor dimensionalidade do banco de dados e, ao mesmo tempo, identificar as variáveis mais significativas.

Primeiro é importante ter a matriz dos dados primários ordenados; considerando uma série de variáveis para a matriz a de ordem n elementos da população, que será medida com variáveis b em cada elemento para obter uma matriz retangular: $(a_{11}, a_{12}...a_{1b})$ até atingir $(a_{n1}, a_{n2} ... a_{nb})$.

O determinante de a é o número obtido pela adição de todos os produtos de n variáveis que podem ser formados com os elementos desta matriz. Em cada produto, será formado um elemento de linhas diferentes e um de cada coluna. Cada elemento da matriz representa os coeficientes fatoriais das variáveis entre as variáveis e os componentes principais. As matrizes de correlação permitirão assim um mapa de múltiplas entradas onde a interpretação nunca é uma cópia indefinida de dimensões e procedimentos, mas uma ferramenta para a descoberta de novos conhecimentos.

O ACP é aconselhável realizá-lo se houver altas correlações entre as variáveis, desta forma indica se há informação redundante e, portanto, há uma possibilidade maior de que poucos componentes expliquem uma grande parte da variabilidade total, se fosse o contrário, o PCA não faria sentido, em termos de reduzir a dimensionalidade das variáveis.

Com relação à análise da estrutura de fatores quando há correlações pequenas ou iguais, é necessário realizar testes para verificar se a estrutura dos dados pode ser analisada fatorialmente ou se eles têm medidas de adequação de amostragem. Para realizar estas medidas de adequação de amostragem, a Kaiser-Meyer Olkin (KMO), Testes de Esfericidade de Bartlett e as Medidas de Adequação de Amostragem (MSA), o que nos permitirá avaliar se os dados são ou não adequados para análise fatorial. Para verificar esta análise, quanto maior o valor, significa que as variáveis estão mais relacionadas entre si, o que pode ser demonstrado da seguinte forma: "0,80 ou acima, admirável; 0,70 ou abaixo, médio, 0,50 ruim; abaixo de 0,50 inaceitável", como recomendado por Andrade *et al.*, (2017, p. 29 citado por HAIR *et al.*, 2009).

Para verificar o grau de relação conjunta entre as variáveis, é realizada a medida de adequação da amostra KMO, que nos permite avaliar o grau em que cada uma das variáveis é prevista a partir das outras. Esta estatística é distribuída em valores entre 0 e 1, e quanto maior o valor, mais relacionadas as variáveis são umas com as outras. A comparação das magnitudes da correlação entre os coeficientes gerais de correlação testa a hipótese nula, sendo a matriz de correlação da identidade (as intercorrelações entre as variáveis são zero), se isso ocorrer indica que o modelo factorial não é adequado (LÓPEZ-AGUADO; GUTIÉRREZ, 2019).

A medida de adequação da amostra de esfericidade de Bartlett testa a hipótese nula de que as variáveis analisadas não estão correlacionadas com a amostra ou que a matriz de correlação é a identidade (as intercorrelações entre as variáveis são zero), quando isto ocorre o modelo factorial não é adequado porque as variáveis da amostra estão suficientemente correlacionadas entre si para realizar a análise factorial.

A medida de adequação da amostra MSA, são os coeficientes encontrados na diagonal da matriz de correlação anti-imagem, que são a mesma KMO, mas neste caso a diferença é que cada variável é separada. Quando o valor de MSA é pequeno não é aconselhável usar a análise factorial, mas quando os valores estão próximos a 1 é apropriado usá-lo em uma análise factorial, dependendo da ocasião, mesmo quando ela foi um pouco mais baixa.

O objetivo central do procedimento de extração de componentes é determinar os fatores subjacentes às variáveis medidas ou observadas, portanto, existem vários métodos, que diferem nos critérios que utilizam para definir a melhor seleção. Para a extração de componentes e o número em um conjunto de variáveis sujeitas à extração de fatores, deve-se primeiro considerar qual método está sendo usado para extrair as combinações lineares de variáveis.

No primeiro componente temos a Variância Máxima e os sucessivos explicam proporções progressivamente menores da variância, estes não estão correlacionados entre si. Para determinar uma série de fatores necessários para representar os dados, é importante utilizar a variância total explicada, esta é a soma de todas as variâncias de cada variável, que pode ser expressa de forma padronizada com uma média 0 e um desvio padrão de 1. Os valores do primeiro componente nas n variáveis serão representados pelos vetores, sobre um grupo de variáveis altamente correlacionadas a serem calculadas. A variância total será determinada pelo total das variáveis incluídas no estudo.

Para ter uma definição de quantos fatores devem ser estimados, a porcentagem de variância ou o critério da raiz latente pode ser tomada para chegar ao número de fatores concretos. Este é geralmente o método padrão configurado nos programas de computador e no

qual uma solução é sempre fornecida; portanto, uma Análise dos Componentes Principais é considerada para a estimativa dos fatores (LÓPEZ-AGUADO; GUTIÉRREZ, 2019).

Para o critério Kaiser ou contraste de raiz latente se as correlações parciais entre variáveis forem pequenas, tomando valores entre 0 e 1. Todos os fatores principais que têm valores inferiores a 1 são excluídos, cada variável contribui com um valor 1 do valor total. Da mesma forma, fatores que têm raízes latentes ou valores próprios mais próximos de 1 indicam que a análise fatorial é mais apropriada ou são considerados significativos e seria inadequado interpretar o quanto eles têm um valor mais baixo.

A rotação dos fatores pretende transformar a matriz inicial em uma muito mais fácil de interpretar, onde se pretende identificar os fatores que são essencialmente significativos. É importante mencionar que a rotação não afeta o objetivo da solução fatorial, embora a matriz fatorial mude, as comunalidades e as porcentagens da variância total explicada não mudarão. Os métodos usados na rotação do fator ortogonal são: Varimax, Quartimax, Equamax, Oblimin e Promax, neste caso apenas Varimax será explicado por que é o mais utilizado.

O *Método Varimax* é um dos métodos de rotação mais comuns e seu objetivo é tentar minimizar o número de variáveis que têm altas cargas em um fator. Isto reforça a interpretabilidade dos fatores e oferece uma clara separação entre os fatores pelos eixos ortogonais que são girados, de modo que a falta de correlação entre os fatores permanece preservada. Este método considera que o aumento da variação das cargas de fatores quadrados de cada fator fará com que as cargas de fatores tendam a se aproximar de 1 enquanto as restantes se aproximam de 0, com o que podemos ter resultados mais claros da relação existente em cada variável com o fator.

A fórmula dos pesos para calcular o índice é a seguinte:

$$\omega_i = \frac{\sum_{j=1}^j (a_{11}\lambda_1 + a_{12}\lambda_2 + \dots + a_{ij}\lambda_j)}{\sum_{i=1}^i \sum_{j=1}^j (a_{11}\lambda_1 + a_{12}\lambda_2 + \dots + a_{ij}\lambda_j)} \quad (1)$$

Onde:

ω_i : Peso da *i-ésima* variável (Importância da variável na obtenção do índice);

a_{ij} : Pontuações do fator (pontuações do coeficiente) da variável *i-ésima* associada ao componente *j-ésimo*;

λ_j : Autovalor associado ao componente *j-ésimo*.

3.4.1.3 Formulação do Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social

Uma vez obtidos os pesos das variáveis através do PCA, que representam indicadores do desempenho econômico dos gastos sociais públicos de acordo com seu nível de importância nas áreas de interesse, procedemos à formulação do Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social (IDEGPS). Para este fim, 21 indicadores das 5 áreas foram considerados para cada um dos três países durante o período de 2008 a 2017. Desta forma, a formulação do IDEGPS tem a seguinte forma:

$$IDEGPS_j = f(A_1^j, \dots, A_5^j); \quad 0 < IDEGPS_j < 1; \quad 0 < A_i^j < 1; \quad \text{para } i = \overline{1,5}; \quad j = \overline{1,3} \quad (2)$$

Onde:

$IDEGPS_j$: Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social no país j ;

A_i^j : Contribuição da i -ésima área observado para o j -ésimo país.

Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social ($IDEGPS_j$):

$$IDEGPS_j = \sum_{i=1}^i \omega_i A_i^j; \quad \sum \omega_i = 1 \quad \text{para } i = \overline{1,5}; \quad j = \overline{1,3} \quad (3)$$

Onde:

ω_i : Peso da i -ésima área (importância da área para a obtenção do índice).

Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social por Área ($IDEGPSA_i$):

$$IADGPA_{ij} = \frac{\sum_{i=1}^i \omega_i x_i^j}{\sum \omega_i}; \quad \text{para } i = \overline{1,n}; \quad j = \overline{1,3} \quad (4)$$

Onde:

$IDEGPSA_{ij}$: Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social da Área i no país j ;

x_i^j : Valor da i -ésima variável observada para o j -ésimo país na área A_i^j

ω_i : Peso da i -ésima variável obtida para o j -ésimo país na área A_i^j .

n : Quantidade de indicadores na área A_i^j .

3.4.2 Testes não-paramétricas de Kruskal-Wallis e pós-hoc (U de Mann-Whitney)

Os testes de hipóteses são divididos principalmente em dois conjuntos: técnicas paramétricas e não paramétricas. As primeiras técnicas são baseadas em hipóteses específicas sobre a população sobre a qual desejamos fazer algum tipo de inferência, dado o cumprimento de algumas suposições teóricas como as suposições de normalidade (teste de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro Wilk), homogeneidade de variâncias (teste de Levene) e aleatoriedade. Por outro lado, as técnicas não paramétricas, comumente conhecidas como docimatas de distribuição livre, permitem que sejam feitas inferências sobre o comportamento da população sem especificar o cumprimento das suposições teóricas associadas aos docimas paramétricos.

Como parte das características específicas que podem ser consideradas sobre testes não paramétricos, encarregados de analisar dados que não têm uma distribuição específica, verificamos que eles são aplicáveis a variáveis de escala ordinal ou nominal (não-numérica), além disso; eles são baseados em uma hipótese e podem ter uma maior probabilidade de erros, de acordo com (FREUD, 2000).

Neste caso, uma vez analisado e verificado o não cumprimento destas suposições, aplica-se o teste Kruskal-Wallis para amostras independentes e seus respectivos testes pós-hoc (Mann-Whitney U). Desta forma, é possível contrastar se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre o conjunto de indicadores e as áreas de gastos públicos sociais propostos durante os 10 anos de estudo para os 3 países.

O teste Kruskal-Wallis, aplicado nesta pesquisa, é um teste não paramétrico de análise de variância, que é usado quando a exigência de igualdade de variância entre grupos não é atendida. Este teste é usado na comparação de três ou mais amostras independentes obtidas da mesma população e determina se existe uma diferença entre pelo menos duas dessas amostras. A aplicação do teste Kruskal-Wallis utiliza os valores numéricos transformados em fileiras e agrupados em um único conjunto de dados e a comparação dos grupos é feita pela média das posições/rank.

Por outro lado, o teste pós-hoc não paramétrico (Mann-Whitney U) tem sido usado para fazer comparações bivariadas de duas amostras, considerando uma hipótese nula, o que informa que cada média das amostras na população do estudo não difere uma da outra. Após a comparação de todas as observações, os valores obtidos são somados e a estatística é calculada a fim de testar a hipótese.

O capítulo seguinte apresenta o desenvolvimento da análise do desempenho econômico dos gastos sociais públicos para Honduras, El Salvador e Guatemala. Neste capítulo são

apresentados os passos seguidos através do ACP para encontrar os pesos de cada indicador e finalmente os resultados encontrados para o IDEGPS para cada uma das áreas e países de estudo.

4 ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL

A metodologia utilizada nesta pesquisa de acordo com seu objetivo principal procura avaliar o comportamento do desempenho dos indicadores econômicos do gasto social público nas áreas de saúde; educação; segurança cidadã; urbanização e obras públicas; cultura e esportes para os países de Honduras, El Salvador e Guatemala de 2008 a 2017 através do IDEGPS, que foi referenciado no Capítulo 4.

A dimensão econômica dos gastos sociais públicos foi caracterizada em 5 áreas de desenvolvimento e estas, por sua vez, são medidas especificamente em 21 indicadores econômicos; que compõem o índice. Estes indicadores são ferramentas de medição quantitativa que permitem medir o desempenho obtido por aqueles recursos financeiros executados a partir dos gastos públicos utilizados em cada uma das áreas de desenvolvimento social, determinados para o índice.

De acordo com as referências teóricas deste estudo, é importante que os governos, através de instituições públicas, possam medir o desempenho econômico na execução do orçamento público. Esta análise permite, ao mesmo tempo, atender às demandas e necessidades não atendidas de informações transparentes e eficazes para saber como os recursos públicos foram utilizados.

Os estudos de desempenho permitem, através de avaliações aprofundadas, obter resultados analíticos que podem enriquecer, orientar e melhorar as estratégias de programação, execução e medição orçamentária dos gastos públicos com efeitos positivos sobre o desenvolvimento social e econômico dos países.

Ao completar a coleta de dados para a série temporal de 10 anos, com valores em unidades monetárias atuais (nominais), foi necessário primeiro eliminar o efeito inflacionário dado pela mudança no preço, a fim de convertê-lo em valores constantes (reais). A operação de conversão destes dados foi simples; a série original de dados nominais foi dividida pelo coeficiente deflator de cada ano do ICP para obter os dados reais. Em seguida, os valores em moeda nacional foram alterados para a moeda em dólares americanos em valores reais, uma vez que os 3 países têm moedas diferentes, obtendo-se assim valores com a mesma medida para o banco de dados.

Após a análise dos dados, foi feita uma correção para calcular o índice, que levou em conta o tamanho da população em cada um dos países. A população é importante considerar para este estudo, pois se refere a um índice que distribui um recurso econômico em benefício

de toda a população que vive no país e sua distribuição deste recurso se destina a beneficiar a população de cada despesa social pública considerada nos indicadores.

Esta medida foi realizada utilizando a fórmula per capita para a distribuição dos gastos públicos, o que permitiu determinar a despesa média para cada um dos habitantes dos países selecionados. Este resultado foi obtido dividindo o gasto social público do país participante em cada ano pela população total desse mesmo país em cada ano correspondente.

Uma vez calculada a distribuição per capita do gasto público entre a população, cada um dos indicadores foi relativizado de acordo com a fórmula incluída na metodologia para uma melhor interpretação dos dados e para obter os pesos para o cálculo do índice objetivo. Esta operação foi realizada transformando o banco de dados na mesma ordem de dimensão para todos os dados, o que permitiu homogeneizá-los e levá-los a valores relativos; com valor entre 0 e 1 para o novo banco de dados normalizado.

Em seguida, são apresentados os resultados obtidos através do método de Análise de Componentes Principais, que através de uma análise fatorial permite determinar os pesos fatoriais de cada um dos 21 indicadores econômicos do gasto público social que são analisados para a construção do IDEGPS por área e por país, de acordo com sua respectiva fórmula.

4.1 DETERMINACIÓN DE LOS PESOS MEDIANTE EL ANÁLISIS DE COMPONENTES PRINCIPALES

Nesta pesquisa foi realizada uma Análise de Componentes Principais para determinar os pesos de cada um dos 21 indicadores que compõem o estudo do desempenho econômico do gasto público, agrupados nas 5 áreas mencionadas acima para os gastos públicos dos países de Honduras, El Salvador e Guatemala.

Como medidas de adequação da amostra, foram obtidos o índice KMO, o Teste de Esfericidade de Bartlett e os índices MSA do conjunto de indicadores, apresentados abaixo.

Tabela 2 - Prova de Kaiser-Meyer-Olkin e Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		.742
Teste de esfericidade de Bartlett	Qui-quadrado aprox.	1115.532
	df	210
	Sig.	.000

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

O coeficiente Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é uma medida que nos permite comparar os coeficientes de correlação observados com os coeficientes de correlação parcial, que avalia o

grau em que cada uma das variáveis é prevista a partir das outras. Esta estatística assume valores distribuídos entre 0 e 1, e indica que a análise fatorial é mais apropriada quanto mais alto for seu valor, pois significa que as variáveis estão mais intimamente relacionadas entre si. Estas medidas podem ser interpretadas da seguinte forma; de acordo com os autores citados: "0,80 ou mais, admirável; 0,70 ou abaixo da média; 0,50 ruim e abaixo de 0,50 inaceitável", para este trabalho o índice KMO da adequação da amostra foi de 0,742, o que significa que esta análise fatorial é adequada para ser utilizada (HAIR, 2009; LATTIN; CARROLL; GREEN, 2011; ANDRADE *et al.*, 2017).

Por outro lado, ao realizar o Teste de Esfericidade de Bartlett, foi obtido um valor significativo de 0.000, como mostra a tabela acima, o que leva a rejeitar a hipótese nula, demonstrando que a matriz de correlação não é uma matriz de identidade e que as correlações são significativas, validando assim o método ACP.

Como terceira medida de adequação da amostra, os índices de MSA foram analisados para cada um dos indicadores propostos, com medidas interpretadas de acordo com Hair (2009) como segue: Um $MSA \geq 0,8$ é admirável; de $0,7 \leq MSA < 0,8$ médio; de $0,6 \leq MSA < 0,7$ medíocre; de $0,5 \leq MSA < 0,6$ pobre; um $MSA < 0,5$ é inaceitável. Com os resultados obtidos para este trabalho, a maioria dos índices da MSA está acima de 0,8, o que significa que a MSA é admirável, corroborando assim a validade dos indicadores a serem incluídos no ACP.

Uma vez validado o ACP com base nas 3 medidas de adequação da amostra apresentadas, procedemos a analisar a proporção da variabilidade total explicada pelo método em cada um dos indicadores, ou seja, as comunalidades mostradas abaixo.

Tabela 3 - As comunalidades

(continua)

Indicadores	Inicial	Extração
Saúde Pública	1,000	,936
Trabalho e seguridade social	1,000	,193
Alcoolismo e dependência de drogas	1,000	,917
Desenvolvimento da mulher	1,000	,958
Água e Saneamento	1,000	,924
Gastos médicos	1,000	,969
Educação Pública	1,000	,791
Educação Trabalho	1,000	,969
Educação Ciência	1,000	,968
Bolsas de Estudo e Créditos	1,000	,974

Tabela 3 - As comunalidades

(conclusão)

Indicadores	Inicial	Extração
Ensino Superior	1,000	,938
Defesa	1,000	,976
Segurança Cidadã	1,000	,977
Justiça e Direitos Humanos	1,000	,917
Obras Públicas	1,000	,899
Fundos de moradia	1,000	,886
Comissão de Energia	1,000	,870
Artes e Cultura	1,000	,905
Feiras Culturais	1,000	,962
Futebol autônomo	1,000	,990
Juventude	1,000	,969

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa; método de extração: análise dos principais componentes.

As comunalidades se referem à proporção de variabilidade de cada variável no banco de dados que é explicada pelos fatores. Neste ponto do PCA, os valores de comunalidade são examinados com importância para avaliar o grau em que os componentes explicam cada variável. Quanto mais próxima a comunalidade estiver de 1, melhor cada um dos fatores explica a variável. Pode ser decidido acrescentar um fator se ele contribuir significativamente para o ajuste de certas variáveis. Para este trabalho, na maioria das vezes a proporção explicada pelos componentes excede 90% da variabilidade das variáveis, o que representa um resultado favorável para a viabilidade da técnica utilizada, como pode ser visto na Tabela 6.

Para a determinação do número de fatores ou componentes a serem extraídos, foram utilizados o critério da variância total explicada e o critério Kaiser ou raiz latente. No primeiro critério, a variância explicada por cada um dos fatores independentemente e a variância acumulada total são examinadas.

Uma indicação importante é que quanto maior a variação, maior a quantidade de variabilidade nos dados explicada por esse fator. Em correspondência com este critério, ele é complementado com o segundo critério de Kaiser ou raiz latente, que indica que se as correlações parciais entre as variáveis são pequenas, identificando valores próprios iguais ou superiores a 1, permite ter fatores com raízes latentes ou valores próprios mais próximos a 1, indicando que a análise dos fatores é mais adequada, ou seja, que eles são considerados significativos.

A seguinte Tabela 4 mostra as informações da variação total explicada e os valores próprios correspondentes a cada um dos fatores extraídos.

Tabela 4 - Variância total explicada

Componente	Valores próprios iniciais			Soma da extração de carga ou quadrado.			Soma da extração de carga ou quadrado.		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variancia	% cumulativa	Total	% de variancia	% cumulativa
1	8.028	38.229	38.229	8.028	38.229	38.229	7.485	35.641	35.641
2	6.571	31.291	69.520	6.571	31.291	69.520	6.325	30.119	65.760
3	2.983	14.207	83.727	2.983	14.207	83.727	3.456	16.457	82.217
4	1.305	6.217	89.943	1.305	6.217	89.943	1.622	7.726	89.943
5	.920	4.380	94.324						
6	.252	1.201	95.524						
7	.223	1.060	96.585						
8	.194	.925	97.509						
9	.142	.678	98.188						
10	.104	.497	98.684						
11	.091	.436	99.120						
12	.068	.326	99.445						
13	.042	.199	99.644						
14	.025	.119	99.763						
15	.015	.073	99.836						
16	.012	.057	99.893						
17	.008	.040	99.933						
18	.007	.032	99.966						
19	.004	.017	99.983						
20	.003	.015	99.997						
21	.001	.003	100.000						

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa; método de extração: análise dos principais componentes.

Observe que de acordo com os critérios estudados, 4 componentes principais devem ser extraídos, o que explica 89,943% da variabilidade dos dados. Segundo Andrade (2017), para as ciências sociais é considerado comum usar um valor que explica pelo menos 70%, o que determina que esta análise fatorial é significativa.

Uma vez que os quatro fatores ou componentes a serem extraídos foram determinados, procedemos à obtenção da matriz de pontuações ou componentes de pontuação. Para este fim, as pontuações de cada indicador em relação a cada componente e os valores próprios de cada um dos fatores ou componentes extraídos foram considerados em conjunto. A tabela 8 abaixo mostra os resultados da matriz de pontuação dos componentes.

Tabela 5 - Matriz de coeficiente de pontuação de componente

Indicadores	Componente			
	1	2	3	4
Saúde Pública	-.009	.130	.086	.157
Trabalho e seguridade social	-.029	.026	.135	.053
Alcoolismo e dependência de drogas	.026	.158	-.014	-.146
Desenvolvimento da mulher	-.058	.205	-.001	-.274
Água e Saneamento	.133	-.032	-.056	.086
Gastos médicos	.124	.014	.051	-.020
Educação Pública	.008	.099	.046	.185
Educação Trabalho	.132	-.027	-.030	-.067
Educação Ciência	.009	-.068	.046	.643
Bolsas de Estudo e Créditos	.134	-.012	-.019	.022
Ensino Superior	-.024	.149	.019	.030
Defesa	-.004	.205	.033	-.285
Segurança Cidadã	.133	-.014	-.018	.124
Justiça e Direitos Humanos	-.039	.141	.017	.054
Obras Públicas	.074	.071	-.048	.074
Fundos de moradia	.119	-.001	.036	-.056
Comissão de Energia	-.039	.022	.264	-.004
Artes e Cultura	.038	.022	.284	.171
Feiras Culturais	-.019	.025	.276	-.036
Futebol autônomo	.136	-.029	-.059	-.039
Juventude	.061	.005	.210	-.063

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os valores dos 4 componentes extraídos são a obtenção da matriz de pontuação ou componentes de score com o objetivo de determinar os pesos que representarão cada um dos indicadores em análise para poder medir o IDEGPS de acordo com a fórmula apresentada na metodologia. Os resultados das medidas dos pesos que cada indicador possui têm como objetivo medir o desempenho econômico do gasto público social composto pelos respectivos valores dos indicadores para cada uma das áreas que conformam esse gasto através dos respectivos pesos dos 4 componentes principais, que nesta tabela foram chamados de fatores que conformam os pesos para o IDEGPS.

A tabela a seguir mostra que cada um dos pesos para cada área de gastos já foi determinado. Primeiro, os valores dos 4 componentes principais são copiados, multiplicando-se o peso de cada indicador pelo valor do fator λ ; sua soma determina o valor real do peso de cada um dos indicadores, mostrado na linha de pesos. Em seguida, foi calculada a soma dos pesos totais por área, que é o quociente de cada peso entre a soma dos pesos totais de cada área

de gastos públicos e os pesos totais das 5 áreas é a soma dos pesos reais de cada indicador dividido pelo valor total dos pesos reais dos 21 indicadores.

Tabela 6 - Cálculo dos pesos do índice por áreas e em geral

Indicador	Fator	Fator	Fator	Fator	Peso real do indicador	Peso real normalizado*	Peso real normalizado da área**
	1	2	3	4			
	λ (1)	λ (2)	λ (3)	λ (4)			
	8.028	6.571	2.983	1.305			
Saúde Pública	-.009	.130	.086	.157	1.2456	0.2391	0.2742
Trabalho e Seg. Soc.	-.029	.026	.135	.053	0.4110	0.0789	
Alcoolismo e dependência de drogas	.026	.158	-.014	-.146	1.0153	0.1949	
Desenvolvimento da mulher	-.058	.205	-.001	-.274	0.5233	0.1005	
Água e Saneamento	.133	-.032	-.056	.086	0.8045	0.1544	
Gastos médicos	.124	.014	.051	-.020	1.2093	0.2321	
Educação Pública	.008	.099	.046	.185	1.0928	0.2569	0.2240
Educação Trabalho	.132	-.027	-.030	-.067	0.7048	0.1657	
Educação Ciência	.009	-.068	.046	.643	0.6040	0.1420	
Bolsas e C. de Estudo	.134	-.012	-.019	.022	0.9706	0.2281	
Ensino Superior	-.024	.149	.019	.030	0.8821	0.2073	
Defesa	-.004	.205	.033	-.285	1.0441	0.3647	0.1507
Segurança Cidadã	.133	-.014	-.018	.124	1.0844	0.3788	
Justiça e Direitos Humanos	-.039	.141	.017	.054	0.7343	0.2565	
Obras Públicas	.074	.071	-.048	.074	1.0145	0.3876	0.1378
Fundos de moradia	.119	-.001	.036	-.056	0.9882	0.3775	
Comissão de Energia	-.039	.022	.264	-.004	0.6150	0.2349	
Artes e Cultura	.038	.022	.284	.171	1.5229	0.3759	0.2133
Feiras Culturais	-.019	.025	.276	-.036	0.7921	0.1955	
Futebol autônomo	.136	-.029	-.059	-.039	0.6710	0.1656	
Juventude	.061	.005	.210	-.063	1.0658	0.2630	
Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser					18.9957		1.0000

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

* Refere-se ao peso real normalizado do indicador na dimensão da área à qual ele pertence.

** Refere-se ao peso real normalizado da área do gasto público social.

Após a obtenção dos pesos factoriais acima como medidas para o IDEGPS geral e para cada área do gasto social público, discussões importantes sobre a representação desses pesos podem ser consideradas. Os valores representativos dos pesos do desempenho econômico considerados nas 5 áreas sociais que foram tomadas para esta pesquisa podem ser observados de acordo com os resultados obtidos dos pesos totais em ordem de importância do mais alto para o mais baixo de acordo com as áreas determinadas do gasto público social: Saúde (0,2742), Educação (0,2240), Cultura e Esportes (0,2133), Segurança Cidadã (0,1507), Urbanização e

Obras Públicas (0,1378). Isto significa o grau de importância de como os pesos são distribuídos para posteriormente medir o desempenho em cada uma das áreas. Observa-se que a Saúde tem o primeiro lugar em todas as áreas; enquanto a Urbanização e Obras Públicas apresenta o pior peso de todas as áreas de gasto público social do estudo, o que indica o nível de importância compreendido para o IDEGPS.

Dentro de cada área do desempenho dos gastos públicos, podem ser observadas diferenças no tamanho dos pesos que medem o desempenho econômico dos gastos públicos nessas áreas sociais. Por outro lado, é possível apreciar os pesos mais elevados de alguns indicadores como Arte e Cultura com 1.5229 pontos de peso, que tem uma maior representatividade fatorial de peso para o desempenho econômico do que o resto dos indicadores. Em segundo lugar está a Saúde Pública com um peso de 1.2456 e despesas médicas com 1.2093, seguida de alguns indicadores de educação e defesa que também têm alta representatividade no índice de desempenho. É importante dizer que, embora estes pesos de indicadores como Cultura e Esporte mostrem um peso maior em termos financeiros, eles não representam maiores recursos econômicos.

4.2 ÍNDICE DE DESEMPENHO ECONÔMICO DO GASTO PÚBLICO SOCIAL

Este documento tem defendido o conceito de desempenho como uma ferramenta que é medida por indicadores que representam as oportunidades, serviços ou programas fornecidos pelo Estado aos cidadãos de um país resultantes do fornecimento de bens e serviços como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Eles são essenciais para alcançar o desenvolvimento social da nação, melhorar o crescimento econômico, a participação cidadã e política. Após obter todos os pesos correspondentes para cada um dos indicadores, finalmente obtivemos o IDEGPS por área, ano e país. Primeiro, foi multiplicado pelo banco de dados relativizado que inclui a população daquele país (ver anexo 2.), em cada ano pelo peso real normalizado de cada indicador dentro da área a que pertence, como mostra a tabela 10, e depois a soma desses valores foi aplicada para obter os respectivos índices de desempenho para cada área que compõe o gasto social público.

Para o cálculo do IDEGPS geral, foram utilizados os respectivos pesos por área e multiplicados pelos valores obtidos em cada um deles, resultantes da soma de todos os indicadores que o confirmam. Isto foi feito para cada país, em cada um dos anos, obtendo-se assim o índice final para cada país em cada ano.

Tabela 7 – Índices para cada areas, país e índice global

País	Ano	IAS	IAE	IASC	IAUO	IACD	IDEGPS
Honduras	2008	0.081946	0.194252	0.078186	0.117134	0.027076	0.099677
Honduras	2009	0.403000	0.524813	0.352186	0.265146	0.191440	0.358500
Honduras	2010	0.238326	0.174765	0.169182	0.117309	0.075656	0.162295
Honduras	2011	0.261931	0.229922	0.193607	0.214071	0.069407	0.196804
Honduras	2012	0.314349	0.225697	0.158589	0.135854	0.081677	0.196793
Honduras	2013	0.325516	0.253061	0.226664	0.223469	0.086770	0.229403
Honduras	2014	0.258541	0.166986	0.227433	0.038476	0.047754	0.158060
Honduras	2015	0.619529	0.547274	0.714957	0.268678	0.111323	0.460976
Honduras	2016	0.509992	0.345027	0.591758	0.381321	0.075931	0.375050
Honduras	2017	0.349925	0.256366	0.401261	0.285478	0.042088	0.262164
El Salvador	2008	0.038542	0.130487	0.030195	0.036157	0.032294	0.056215
El Salvador	2009	0.055185	0.038681	0.062380	0.055954	0.076213	0.057165
El Salvador	2010	0.090250	0.105719	0.106609	0.065378	0.129231	0.101067
El Salvador	2011	0.052735	0.195964	0.040046	0.042593	0.046170	0.080103
El Salvador	2012	0.418988	0.355761	0.336924	0.373313	0.439228	0.390483
El Salvador	2013	0.397403	0.383971	0.362597	0.465977	0.454957	0.410876
El Salvador	2014	0.688948	0.578942	0.590632	0.788469	0.743078	0.674755
El Salvador	2015	0.413628	0.340362	0.307704	0.365265	0.393828	0.370368
El Salvador	2016	0.191297	0.182327	0.169228	0.154731	0.218446	0.186714
El Salvador	2017	0.183886	0.159204	0.162500	0.144830	0.196449	0.172433
Guatemala	2008	0.034425	0.020581	0.016766	0.082904	0.104055	0.050197
Guatemala	2009	0.220136	0.123038	0.142694	0.214235	0.748010	0.298503
Guatemala	2010	0.148467	0.086975	0.092756	0.286102	0.476731	0.215286
Guatemala	2011	0.061758	0.052953	0.060711	0.124030	0.271420	0.112932
Guatemala	2012	0.149094	0.125144	0.082648	0.187464	0.512406	0.216499
Guatemala	2013	0.123481	0.117209	0.063136	0.150085	0.428630	0.181738
Guatemala	2014	0.196115	0.170843	0.157738	0.277270	0.634816	0.289432
Guatemala	2015	0.128457	0.138474	0.085299	0.171251	0.427569	0.193895
Guatemala	2016	0.128610	0.137022	0.129050	0.116134	0.439130	0.195076
Guatemala	2017	0.176411	0.092956	0.046082	0.115261	0.355359	0.167822

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Onde: IAS: Índice da Área de Saúde Pública; IDE: Índice da Área de Educação; IDSC: Índice da Área de Segurança Cidadã; IDUO: Índice da Área de Urbanização e Obras Públicas; IDCD: Índice da Área de Cultura e Esportes; IDEGPS: Índice de Desempenho Econômico do Gasto Público Social.

Este documento tem defendido o conceito de desempenho como uma ferramenta que é medida por indicadores que representam as oportunidades, serviços ou programas fornecidos pelo Estado aos cidadãos de um país resultantes do fornecimento de bens e serviços como saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, entre outros. Eles são essenciais para alcançar o desenvolvimento social da nação, melhorar o crescimento econômico, a participação cidadã e política.

Da tabela acima, uma série de discussões pode ser gerada sobre o PSDGDI por país, por área e em geral em cada um dos índices de gastos sociais públicos. Pode-se observar que há variações significativas ao longo da série temporal com altos valores de índices de desempenho econômico de gastos e outros valores extremamente baixos no mesmo país, área ou mesmo no mesmo ano.

Referindo-se ao IDEGPS por áreas de Honduras, este apresentou o maior índice de desempenho econômico com 0,71 em Segurança Cidadã para o ano 2015 que inclui 3 indicadores (Defesa, Segurança Cidadã, Justiça e Direitos Humanos), em segundo lugar está o índice de Saúde Pública composto por 6 indicadores com um índice de desempenho de 0,61, para o mesmo ano 2015 que, comparado com os anos iniciais da série naquela mesma área, estes apresentaram um aumento significativo no desempenho dos gastos públicos. Entretanto, alguns índices muito baixos podem ser observados para Honduras, especialmente na área da cultura que apresentou 3 índices no ano 2008 com 0,02; para o ano 2017, 0,04; para o ano 2011, 0,06 e urbanização no ano 2014 com 0,03 demonstrando a disparidade que acompanhou a trajetória do índice de desempenho econômico.

Estes resultados reafirmam as referências teóricas sobre as desigualdades sociais em Honduras, especialmente na promoção de programas de cultura, arte e esporte que são mal servidos pelo sistema público; Entretanto, a segurança cidadã é uma das áreas sociais às quais o Estado hondurenho atribui maior importância e investimento de recursos econômicos, como resposta imediata aos problemas de insegurança cidadã, violência e grupos organizados que tentam reduzi-los, mas na realidade esses problemas são tratados como uma cura para o problema atual, mas não são trabalhados de raiz para superá-los, o que em outras práticas deve ser apoiado por programas culturais, artísticos, educacionais, etc.

Para El Salvador o desempenho econômico encontrado mostra uma trajetória de crescimento de 2009 a 2014, onde todas as áreas naquele ano refletiram o maior índice deste país: Urbanização e Obras Públicas, 0,78; Cultura e Esportes, 0,74; Saúde Pública 0,68, Segurança Cidadã 0,59; Educação 0,57, para os anos seguintes todas as áreas diminuíram seu índice de desempenho, mostrando até mesmo os índices mais baixos em comparação com outros países em 2008, como é mostrado: Segurança Pública 0,01; Educação Pública, 0,02; Saúde Pública, 0,03.

Deve-se notar que em El Salvador os aumentos e diminuições foram mais ou menos homogêneos nos índices de desempenho econômico dos gastos ao longo da série temporal. Da mesma forma, é importante destacar que o desempenho em áreas prioritárias para o

desenvolvimento social tem sido consideravelmente baixo como observado nas áreas de saúde e educação pública, o que deve se manifestar em melhor desempenho na mobilidade dos recursos orçados para programas e projetos relacionados, dando importância e prioridade a essas áreas, pois são consideradas essenciais para o desenvolvimento do país.

Para a Guatemala, as diferenças apresentadas no nível de desempenho podem ser vistas com maiores discrepâncias no aumento ou diminuição do desempenho apresentado por áreas. Para este país, os 4 primeiros índices mais altos são representados pela área de Cultura e Esporte: para o ano 2009, 0,74; 2014, 0,63; 2010, 0,47; 2015, 0,42. Ao contrário do desempenho mais baixo encontrado para este país, ele é distribuído em 3 de suas áreas no mesmo ano de 2008, estas são: Segurança Cidadã 0,01; Educação Pública 0,02; Saúde Pública 0,03.

As primeiras relações identificadas indicam que a Guatemala tem um melhor desempenho na execução pública na área da cultura e do esporte, o que inclui outros indicadores relacionados a programas de arte e desenvolvimento juvenil que consideram atividades artísticas, culturais e esportivas para seu desenvolvimento integral. Este país é multiétnico e cultural; portanto, a relevância do ótimo desempenho na prática dos gastos públicos para esta área pode ser justificada.

As segundas relações sobre o baixo desempenho econômico que são apresentados segurança, saúde e educação neste país, exigem mais atenção por parte dos governos e suas instituições públicas, focalizando a importância dos recursos alocados no orçamento de despesas e seu planejamento estratégico. Tendo em conta que o desenvolvimento social depende destas áreas essenciais para o desenvolvimento humano e que elas deixaram de ser atendidas com relevância em seu desempenho.

Para a Guatemala, este índice apresenta um desafio relevante para trabalhar na melhoria do aumento do investimento econômico e na execução eficiente dos recursos públicos com maior desempenho na segurança dos cidadãos, na educação e na saúde pública, que falta ao país. Da estimativa dos índices por áreas, os índices foram determinados para cada um dos anos, mostrando o melhor desempenho em El Salvador com 0,67 apenas em 2014 e em segundo lugar Honduras com 0,46 para 2015, em terceiro lugar, seguido por El Salvador com 0,41 para 2013.

A maioria dos índices médios-altos está distribuída ao longo da série temporal para Honduras e El Salvador, deixando a Guatemala com índices mais baixos de desempenho econômico. Mas ainda existem diferenças de aumento ou diminuição ao longo dos anos, o que é influenciado pela falta de recursos econômicos que os governos investem em programas sociais principalmente naqueles 21 indicadores medidos neste estudo, onde o ideal seria que a

cada ano os países apresentassem aumento e não diminuição de acordo com a linha do tempo avaliada.

Finalmente, apresentamos o IDEGPS global por país, correspondente ao desempenho econômico social de 2008 a 2017. Honduras foi o país com o melhor desempenho econômico em uma média geométrica de todos os anos com um índice de 0,23, em segundo lugar, El Salvador com um índice de 0,18 e finalmente Guatemala com um índice de desempenho quase similar ao país anterior de 0,17.

Como explicado acima, os IDEGPS de El Salvador e Guatemala são bastante semelhantes, indicando que o desempenho econômico tem semelhanças nas formas de planejamento de políticas públicas, execução e tamanho dos orçamentos de investimento nessas áreas. Deve-se notar que a população total desses países também é muito diferente, a Guatemala tem mais da metade da população de El Salvador, o que indica que a distribuição per capita do orçamento pode ter alguma relevância na forma como os recursos econômicos são distribuídos em cada país; enquanto Honduras apresentou o melhor desempenho, considerando também seu nível econômico e populacional e as políticas públicas que são fatores determinantes para esse desempenho.

De acordo com o parágrafo anterior, para calcular o desempenho econômico do gasto público social dos recursos utilizados nesse gasto específico, ele deve ser determinado por uma política, um programa ou projeto governamental; para que, no momento de direcionar recursos econômicos, um indicador significativo de desenvolvimento social seja atingido, impactando uma comunidade ou grupo de acordo com as agendas e programas.

Para esta pesquisa foi necessário considerar cada despesa pública que foi executada para realizar cada ação, seguindo os indicadores de medição selecionados. Considerando que o objetivo do gasto social público é desenvolver ações para impactar as pessoas, em cada área foi considerado em termos de gastos per capita considerando o tamanho da população de cada país. Desta forma, a medição de desempenho desenvolvida neste trabalho é um instrumento objetivo de medição de desempenho para o setor público e pode ser aplicada a qualquer outro gasto público do Estado, especialmente mantendo em termos econômicos, a população do país e um certo número de indicadores que ajudam a orientar objetivamente a avaliação.

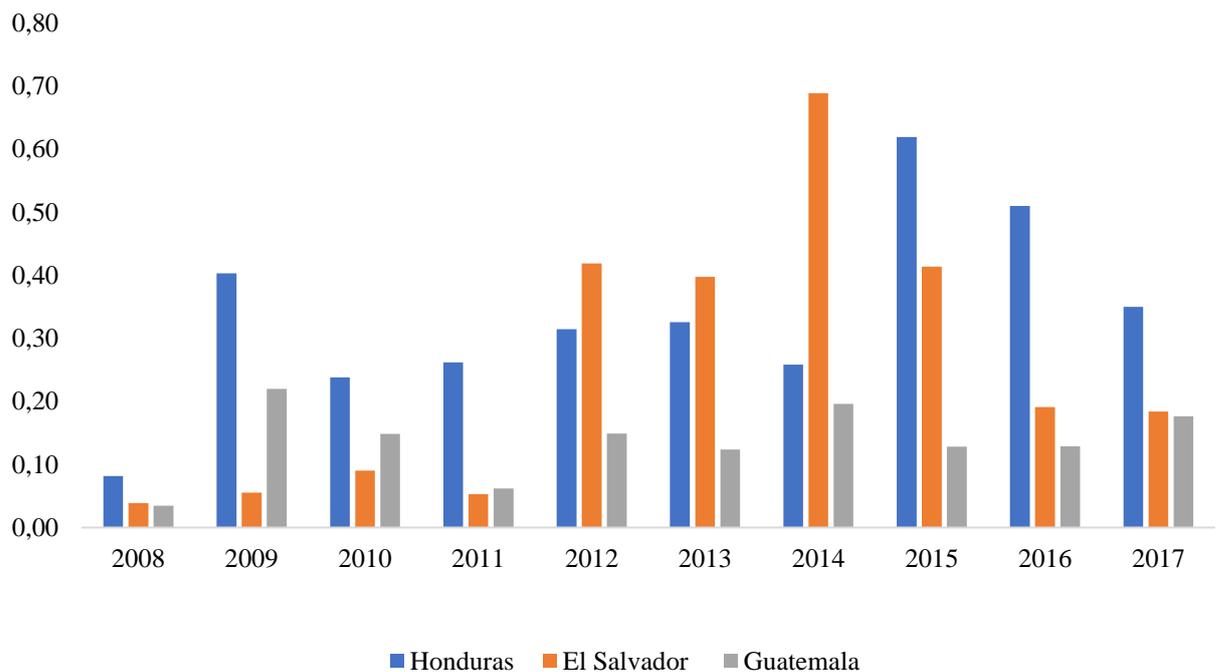
4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS IDEGPS POR ÁREAS

Esta seção caracteriza o comportamento do índice de desempenho econômico do gasto público em cada um dos países de acordo com suas 5 áreas sociais, nas quais podem ser encontrados os gráficos correspondentes e uma explicação detalhando o resultado encontrado através da avaliação do desempenho econômico.

O gráfico a seguir corresponde à comparação do IDEGPS na área de Saúde Pública para Honduras, El Salvador e Guatemala. Esta área inclui 6 importantes indicadores de medição: saúde pública e assistência social; trabalho e seguridade social; prevenção do abuso de álcool e drogas; programas de desenvolvimento da mulher; serviços de água e saneamento; e despesas médicas para atendimento hospitalar.

O gráfico a seguir corresponde à comparação do IDEGPS na área de Saúde Pública para Honduras, El Salvador e Guatemala. Esta área inclui 6 indicadores importantes de medição: saúde pública e assistência social; trabalho e seguridade social; prevenção do abuso de álcool e drogas; programas de desenvolvimento da mulher; serviços de água e saneamento; despesas médicas para atendimento hospitalar.

Gráfico 1 - Índice da área de saúde pública y assistência social



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

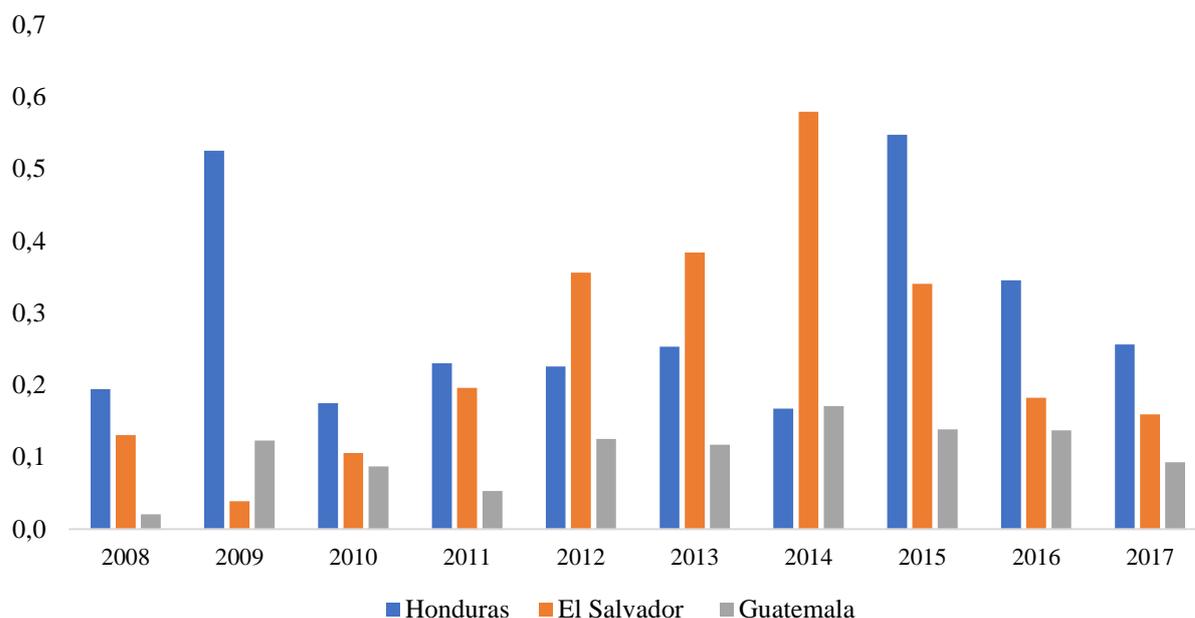
O gráfico acima mostra como o desempenho econômico dos gastos públicos em saúde se comportou durante os 10 anos em cada um dos países. Em 2008, todos os países apresentaram o menor índice de desempenho público de toda a série temporal; entretanto, Honduras manteve um aumento no índice por 7 anos na série, mantendo o índice mais alto sobre El Salvador e Guatemala. Por outro lado, a Guatemala manteve um índice mais baixo durante 7 anos e El Salvador foi um dos países que apresentou as maiores flutuações durante todo o período.

Deve-se notar que cada um dos países incluídos neste estudo tem um sistema de saúde pública que fornece a maioria dos serviços essenciais para a saúde da população; no entanto, as oscilações no desempenho econômico encontradas para os programas de saúde pública e assistência social são evidentes.

En los países de estudio se observa la falta de acceso a la salud pública, equipo médico y suministros, con una débil atención en salud primaria para los ciudadanos, la que viene a ser un poco escasa principalmente para las comunidades rurales. De igual modo las brechas de desigualdad en el trabajo y seguridad social, donde la mayoría de los trabajadores no tienen un empleo digno que garantice los derechos laborales como fondos de pensiones y jubilación. En esta misma área se encuentra incluido el indicador de desarrollo de mujer que evidencia la existencia de desigualdad y escasos recursos por parte del Estado para atender a los programas y proyectos de género y desarrollo para las mujeres.

El gráfico siguiente representa las comparaciones del IDEGPS el área de Educación Pública para Honduras, El Salvador y Guatemala. En esta área de educación se incluye 5 indicadores económicos del gasto público social muy significativos para la medición: servicios de educación pública, educación profesional para el trabajo; educación para la ciencia, tecnología e innovación; becas, créditos de estudio y educación superior.

Gráfico 2- Índice da área de educação pública



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

O Gráfico 2 mostra em detalhes o comportamento existente do desempenho econômico entre anos e países de acordo com o desempenho dos gastos públicos com educação. Primeiro, é importante destacar que há oscilações evidentes ao longo da série temporal, deixando o IDEGPS da Guatemala com o menor desempenho econômico, enquanto Honduras apresentou o maior crescimento sobre El Salvador e Guatemala. É importante ressaltar que este gasto variou desde o início e embora tenha mostrado crescimento na linha do tempo, no final teve uma redução significativa, que não deveria ser reduzida, mas sim mostrar maior crescimento em termos da importância que a educação deveria ter dentro do gasto público.

Sabemos da importância da educação como um dos fatores mais influentes para o progresso e o bem-estar das sociedades, bem como das contribuições para o crescimento econômico. Nesta área de bem-estar social também escolhemos indicadores de progresso educacional, como emprego, treinamento tecnológico e ferramentas como bolsas de estudo que permitem o acesso à educação para os mais necessitados. Entretanto, a avaliação de desempenho revelou instabilidade e pouco crescimento, e pode até mostrar um desempenho decrescente na área da educação à medida que os anos avançam.

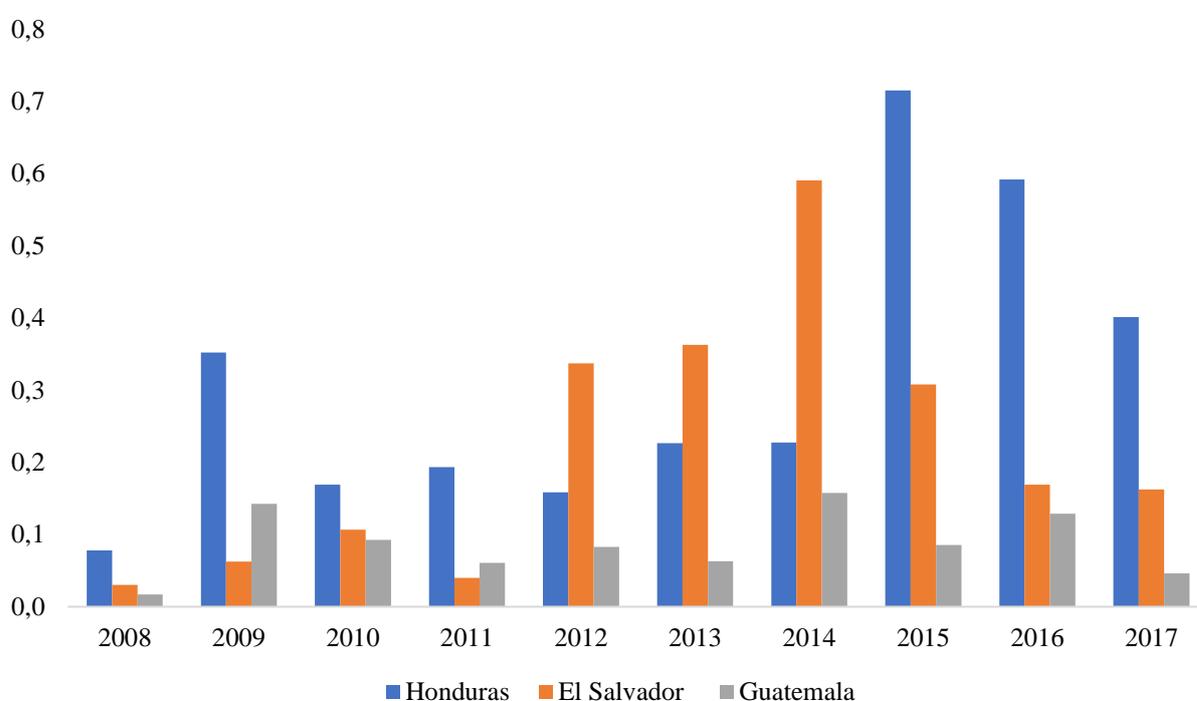
A diminuição dos recursos e a falta de interesse político nesses países aumentou a crise da educação pública devido à redução ou redirecionamento dos recursos econômicos, à privatização do ensino superior e à falta de fortalecimento da pesquisa científica por parte do

Estado. Estas condições críticas no sistema de educação pública negam o acesso para promover a ciência, a tecnologia e a inovação para fornecer conhecimento que enriquece a nação.

Outro tópico importante de interesse especial que foi avaliado através do IDEGPS neste trabalho foi o da Segurança Cidadã, que é muito relevante para os países de estudo, devido às condições de segurança pública e proteção civil. Três indicadores foram utilizados para esta área: defesa nacional; segurança do cidadão nacional; justiça e direitos humanos.

Abaixo apresentamos os resultados do índice de desempenho obtido para a área de segurança cidadã, de acordo com o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Índice da área de segurança cidadã



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Nesta importante área de gastos públicos, pode-se observar que o desempenho econômico de El Salvador teve um leve crescimento de 2008 a 2014, com uma queda em 2011 e a partir de 2015 começou a mostrar uma ligeira redução que continuou reduzindo seu índice até 2017.

Para Honduras, as oscilações foram leves de 2009 a 2014, depois mostraram um aumento significativo em 2015, triplicando o desempenho de 2014 e reduzindo lentamente até 2017.

Já a Guatemala, em 2008, apresentou o índice mais baixo de todos os anos e países, com um ligeiro crescimento no resto dos anos e mostrando uma redução no final da série.

Em comparação com a área de segurança cidadã nos três países avaliados, Honduras foi o país que apresentou o maior índice de crescimento durante 7 anos. No entanto, este país apresentou uma redução no desempenho nos últimos 3 anos. El Salvador também mostrou um leve crescimento depois de Honduras; mas a Guatemala permaneceu com um desempenho inferior ao de todos os outros países, mostrando flutuações diferentes a cada ano.

A segurança cidadã é importante para uma nação porque permite estabelecer e fortalecer a ordem civil, para proteger a vida das pessoas de qualquer violência ou violação dos direitos humanos. Como discutido no capítulo 3 deste documento, os três países do TNC têm altos índices de violência armada, aumento da criminalidade e constantes violações dos direitos humanos, com acesso insuficiente à justiça.

O Estado tem a obrigação de salvaguardar a vida e proteger os cidadãos de maneira eficiente nas ações que realiza. No gráfico anterior, pode-se observar que a proteção ou segurança do cidadão não teve um IDEGPS elevado e constante em todos os anos, nem mostrou semelhanças em termos de desempenho por países, o que de acordo com as referências dos capítulos anteriores desta pesquisa; todos os países apresentam um contexto semelhante no problema da segurança do cidadão que afeta gradualmente a vida das pessoas.

Embora alguns países tenham mostrado um aumento no desempenho em alguns anos, isso não significa que a redução da violência e a proteção dos direitos humanos seja evidente nesse mesmo aumento.

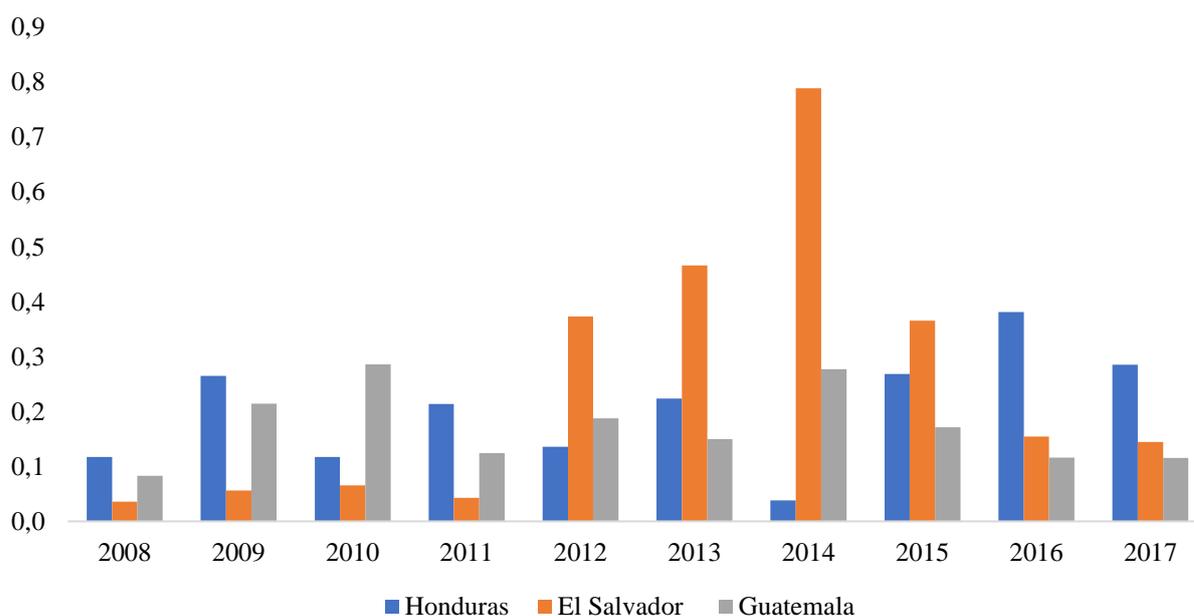
Na próxima área de gastos públicos, foram selecionados quatro indicadores principais que agrupam a maioria dos recursos econômicos diretamente relacionados aos fundos sociais utilizados como principal meio para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Esta área de despesas foi denominada área de urbanização e obras públicas, que inclui: obras públicas para o desenvolvimento local, fundo social para habitação e o conselho regulador nacional de eletricidade, sendo estas as mais importantes para este estudo devido a sua estreita relação com o desenvolvimento social dos países e por sua parte com o desempenho público.

É importante mencionar que a urbanização e a infraestrutura estão intimamente relacionadas com a facilidade de proporcionar aos cidadãos novas maneiras de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Portanto, o Estado, como principal responsável por fazer esses serviços funcionar, deve avaliar suas qualidades de desempenho em termos de oferta de serviços, eficiência, sustentabilidade e impacto social, reconhecendo a nova abordagem do

modelo de cidades sustentáveis, enfatizando a segurança, os direitos humanos e as responsabilidades sociais de ambientes de vida decentes, (VITORIA-GASTEIZ 2009).

O Gráfico 4 é apresentado abaixo, representando a área de urbanização e obras públicas nos 3 países estudados, de acordo com os resultados encontrados em seus índices durante os 10 anos.

Gráfico 4 - Índice da área de urbanização e obras públicas.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

No gráfico anterior é evidente que Honduras teve variação entre aumento e diminuição em seu desempenho, houve um aumento no início da série; entretanto, em 2010 apresentou uma redução de 0,15 em relação ao ano anterior e depois cresceu lentamente; mas em 2014 obteve o menor índice de desempenho de todos os anos e países com 0,3 de desempenho econômico. Isto indica que o rendimento econômico de Honduras na área de urbanização foi crítico, já que não foi estável em todos os anos e pode ser determinado pela disponibilidade de recursos para tais projetos, a influência da política econômica, a cobrança de impostos ou mesmo a durabilidade de projetos que normalmente nestas dimensões exigem projetos de longo prazo.

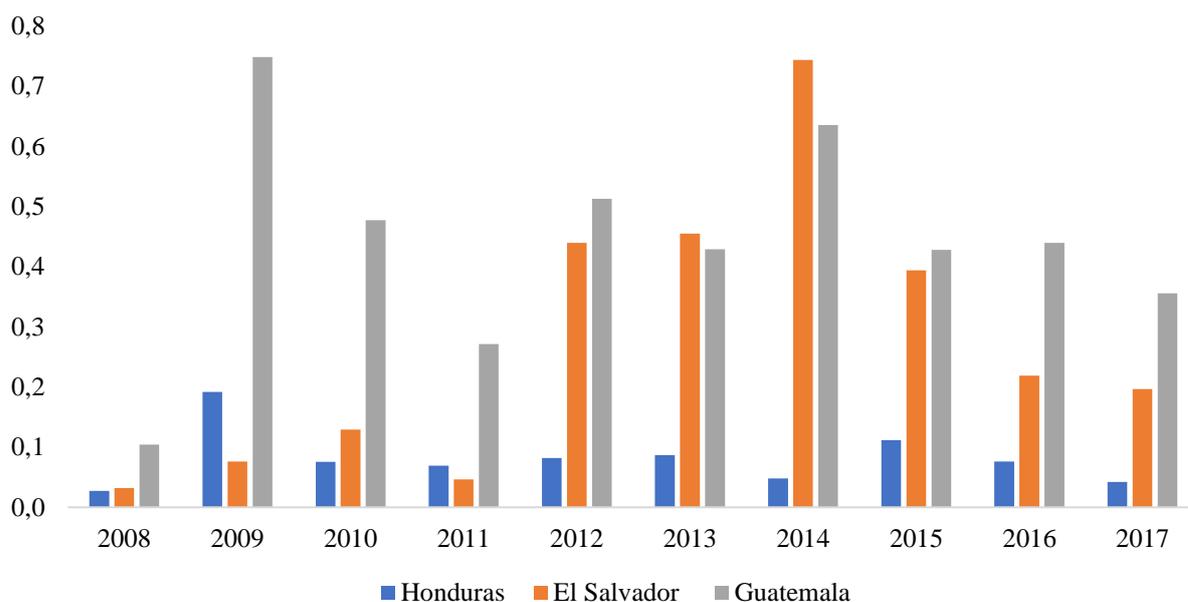
El Salvador teve uma oscilação moderada, estava aumentando seu desempenho de 2008 até 2015, onde começou um declínio constante, mas permaneceu acima do desempenho da Guatemala. Este último país continuou flutuando entre aumento e diminuição; repetindo esta tendência em todos os anos e pode-se dizer que, em comparação com as outras áreas de gastos sociais, foi nestes gastos que eles mostraram alguns aumentos em relação aos outros países.

A urbanização e a criação de obras públicas são a base fundamental para melhorar o desenvolvimento social e o crescimento econômico de uma nação, pois ajudam a diversificar a produtividade econômica, a eficiência do trabalho e o desenvolvimento. De fato, se forem desenvolvidos de forma sustentável com os recursos econômicos e o meio ambiente. Entretanto, nestes países onde a urbanização ainda apresenta desafios, pode-se observar claramente com a oscilação que as três nações apresentam em curto espaço de tempo no IDEGPS, apresentando elementos-chave que confirmam que os países têm falta de recursos econômicos para projetos de desenvolvimento urbano e energético.

Os países mostram muitas deficiências destes serviços e uma alta desigualdade e exclusão social, especialmente para as áreas rurais que não são beneficiadas com obras públicas, que não têm energia elétrica e estão em evidência de exclusão e distribuição equitativa deste tipo de recursos. Deve-se levar em conta a desigualdade existente nestes países em matéria de urbanização, obras públicas e energia, principalmente para contribuir para o desenvolvimento humano (PNUD 2019).

Para a área de cultura e esporte, 4 poderosos indicadores foram incluídos: promoção da arte, cultura e vários esportes; desenvolvimento de feiras culturais e artísticas; apoio a federações esportivas autônomas de futebol; desenvolvimento e participação cidadã da juventude.

Gráfico 5 - Índice da área de cultura e esporte.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Na cultura e no esporte há uma diferença significativa entre as relações que vêm ocorrendo nos outros resultados de desempenho econômico por áreas. O caso de Honduras pode ser observado com o índice mais baixo de todos os países em 2008 e manteve um índice não superior a 0,20 ao longo de toda a trajetória.

Nesta área para a Guatemala é observado um índice mais alto em quase todos os anos, com exceção de 2013 e 2014, atingindo de um desempenho de 0,10 em 2008 a 0,75 em 2009 e fechando 2017 com um índice de 0,35. El Salvador permaneceu com um índice de desempenho abaixo de 0,10 nos primeiros 4 anos e depois teve um crescimento significativo até 2014, quando atingiu um índice de alto desempenho, reduzindo rapidamente para 0,20 em 2017.

Para os países do TNC onde vivemos com grandes lacunas de desigualdade social, como pobreza, insegurança cidadã; cultura, arte e esportes são essenciais para a sociedade. Estes espaços oferecem recreação, conhecimento, disciplina e uma ampla gama de benefícios para as pessoas, especialmente para crianças e jovens. No entanto, nem todos os países apresentam um desempenho otimizado nos gastos econômicos nesta área, como é o caso de Honduras que, apesar de ser um país multiétnico, carece de acesso a serviços e programas para o desenvolvimento cultural, artístico e esportivo.

A Guatemala, por sua vez, demonstrou um crescimento do IDEGPS em quase todos os anos, que em comparação com os outros países é na verdade o mais multiétnico e cultural da região, portanto, justifica-se que lhe seja dada relevância em termos de desempenho econômico para atender a essas demandas culturais.

À medida que os recursos econômicos aumentam, para trabalhar integralmente entre o Estado e a cidadania de forma estratégica; nas agendas políticas, programas e ações diversificadas baseadas em leis, orçamentos financeiros de gastos públicos, é necessário levar em consideração as demandas e necessidades dos cidadãos.

Estes pedidos podem ser baseados em respostas do Estado para atender necessidades como: construção da paz, prevenção da violência, defesa dos direitos humanos, subsistência, saúde, educação, promoção da cultura, arte, esportes e entre outros.

Ao investir nas necessidades acima, o bem-estar social é gerado e, conseqüentemente, melhor desempenho dos gastos econômicos nesta área à medida que os recursos são executados de forma competente. De acordo com o PNUD (2019), deve-se olhar além das receitas, despesas e médias, proporcionando a oportunidade de poder colaborar coletivamente, com desempenho eficiente, com transparência, com planos de ação concretos que contribuam para o desenvolvimento humano.

4.4 DESEMPENHO DOS IDEGPS POR PAÍS

A avaliação do desempenho econômico dos gastos sociais públicos procura medir a otimização dos recursos econômicos em todos os níveis da gestão pública em nível nacional para os países do Triângulo do Norte da América Central. Esta avaliação pode ser acrescentada aos estudos das demandas cidadãs e internacionais e às demandas sobre a responsabilidade da administração pública desses países sobre o comportamento do desempenho econômico.

Esta avaliação é *ex post*; porque considera a análise das despesas executadas anualmente, levando em conta os resultados de cada administração governamental em termos econômicos e a eficiência ou eficácia dessas despesas.

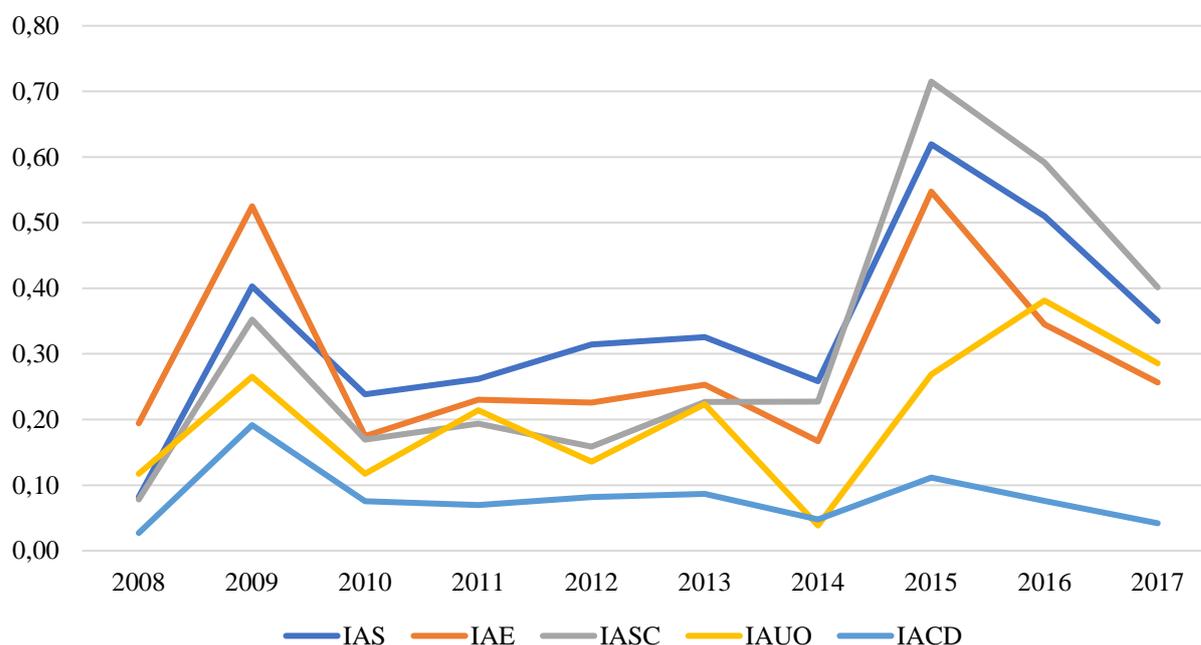
Esta seção apresentará os resultados encontrados sobre o comportamento do IDEGPS no período de 2008 a 2017, uma década de muitas perplexidades na esfera econômica e política dos países estudados.

A medição do comportamento por país foi possível através dos 21 indicadores de desempenho escolhidos para este trabalho, o que permite uma avaliação e análise mais profunda e comparativa das áreas que os compõem por país para chegar a um índice por país durante todo o período.

Em seguida estão os 3 gráficos obtidos através do índice de desempenho econômico em cada área por país. Cada área é composta pela soma dos indicadores de desempenho que compõem a área total.

O gráfico a seguir mostra o comportamento do índice de desempenho econômico dos gastos sociais públicos em todas as áreas para Honduras, onde as oscilações das áreas apresentadas durante os 10 anos podem ser vistas. O gráfico mostra para este país que as áreas de gastos sociais públicos apresentam grandes diferenças significativas nas medidas de desempenho, como mostrado abaixo.

Gráfico 6 - Índice do desempenho econômico de Honduras por áreas



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

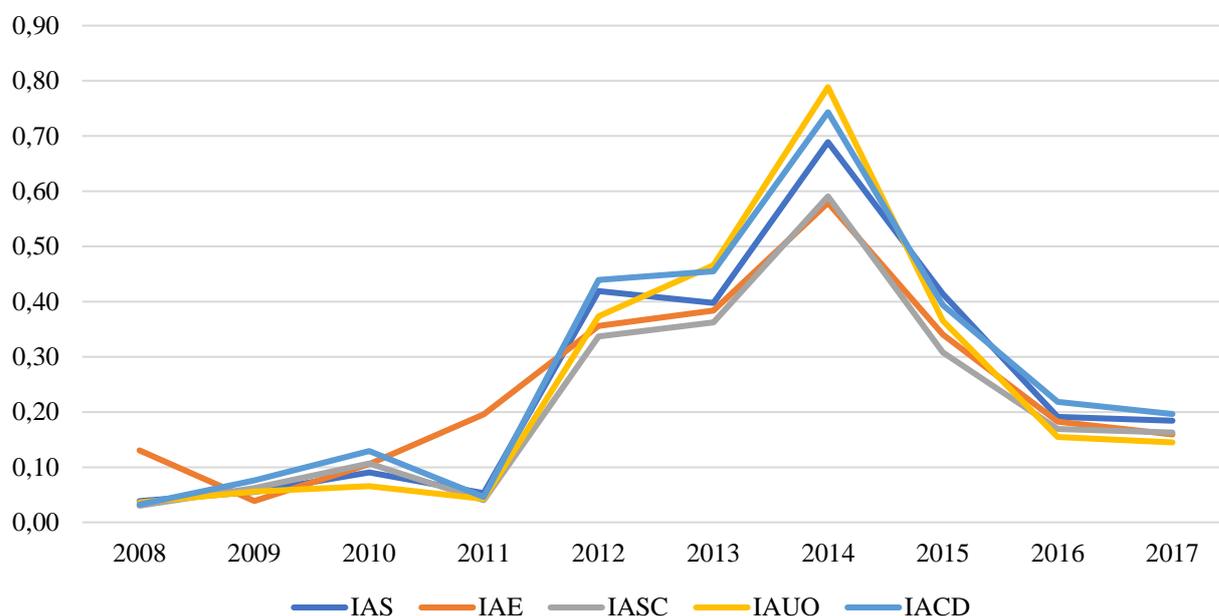
De acordo com o Gráfico 6, a área de cultura e esportes permaneceu com o menor desempenho econômico dos gastos públicos em Honduras; enquanto isso, Saúde Pública e Educação apresentaram crescimento de 2010 a 2015, neste último ano foram superados pelo desempenho dos gastos públicos em Segurança Pública, indicando que os saldos de desempenho variaram significativamente neste ano.

As mudanças entre cada índice de desempenho por área podem ser explicadas de acordo com o contexto social daqueles anos, para o caso de Honduras entre 2014 e 2015 enfrentou os mais altos índices de violência e criminalidade, também influenciados por mudanças nos governos, políticas públicas e, naturalmente, a quantidade de recursos econômicos alocados em congruência com os programas de ação que incorporam cada um desses indicadores sociais.

Entretanto, as áreas de ação que compõem os indicadores de saúde e educação têm uma redução significativa no desempenho, indicando que os gastos públicos nestes indicadores e áreas de ação, governos e instituições públicas não estão dando a importância necessária para melhorar estes indicadores. Seria essencial realizar uma maior revisão da ação pública nestas áreas de despesas, para verificar como estes recursos estão sendo executados e para gerar maior desempenho.

El Salvador mostrou similaridade no IDEGPS em quase todas as oscilações das áreas apresentadas durante os 10 anos, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 7- Índice do desempenho econômico de El Salvador por áreas



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

O Gráfico 7 mostra que as áreas tiveram uma tendência similar ou homogênea de aumento ou diminuição ao longo do período, mostrando um aumento de 2008 a 2010, depois houve uma ligeira redução, logo começou a aumentar até 2014 onde a urbanização e as obras públicas tiveram o índice mais alto de 0,80, e depois começou um declínio drástico até o final da série.

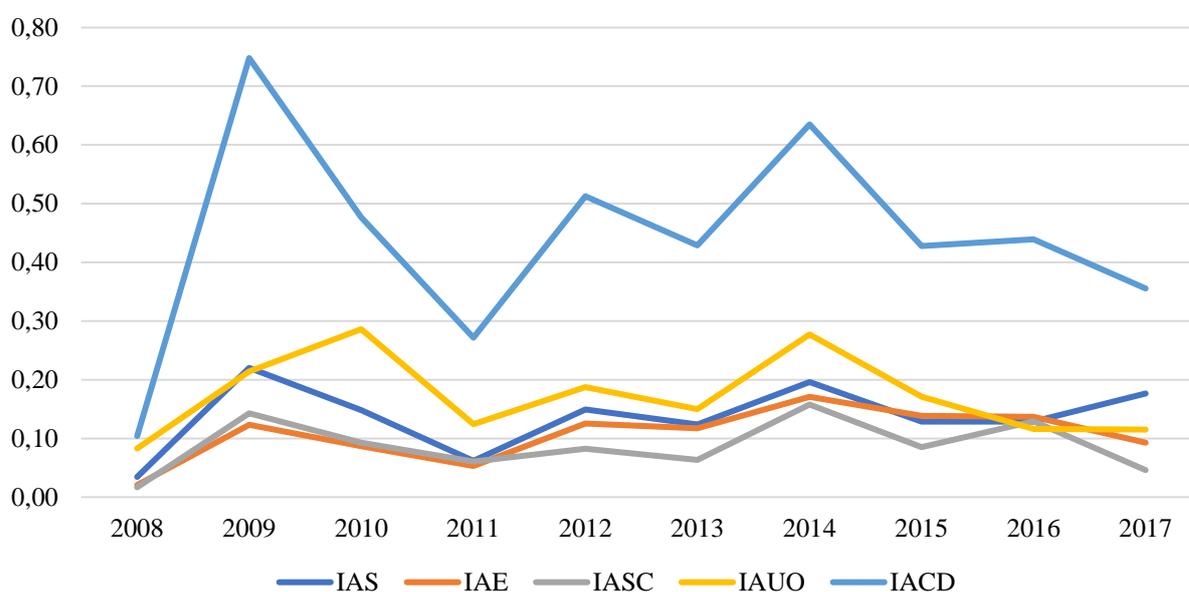
A área de segurança foi uma das áreas que permaneceram com o índice mais baixo de todas as outras áreas durante todo o período. Vale mencionar que El Salvador é também um país com altos índices de violência e com reduzido investimento econômico em termos de segurança em comparação com outras áreas de desenvolvimento social; portanto, este país tem apostado em programas de prevenção primária da violência, intervindo com alto impacto em programas culturais, artísticos, esportivos e educacionais. Pode-se observar que a linha de desempenho em cultura e esportes permaneceu em segundo lugar atrás da urbanização.

Observe que este país obteve um índice de desempenho em saúde e educação na maioria dos anos superior ao das outras áreas, chegando a 0,70 em 2014 e depois enfraquecendo significativamente chegando a 0,20 aproximadamente para o ano 2017. Estes dados chamam a atenção para valorizar a implementação e alocação de recursos nestes indicadores para reduzir estas tendências evidentes de alta e baixa, buscando obter melhores resultados de investimento e

desempenho no cuidado da saúde e melhoria da educação que tem uma base direta com o crescimento econômico dos países e o desenvolvimento social.

Para a Guatemala, os resultados do IDEGPS apresentaram uma grande diferença em relação aos outros países, especialmente na área de Cultura e Esportes, que inclui 4 indicadores que mostram uma grande diferença do índice mais alto em relação a todas as outras áreas, como mostrado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Índice do desempenho econômico de Guatemala por áreas.



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os indicadores de cultura, feiras culturais, arte e futebol mostraram um índice que chegou a apresentar um alto valor de até 0,70 no ano de 2009 e terminou com uma ligeira queda em 2017 com um índice de 0,35; no entanto, isto sempre foi mostrado com um índice mais alto em relação ao resto das outras áreas. As áreas de saúde, educação e segurança pública não mostraram um aumento significativo no desempenho dos recursos econômicos.

Quanto à área da cultura, pode-se dizer que a distribuição de produtos e serviços para a população nestes indicadores culturais e artísticos foi eficiente e utilizada para o bem-estar dos cidadãos.

Conhecendo a realidade que a Guatemala enfrenta em relação às desigualdades sociais, especialmente na educação, saúde, assistência social, migração e segurança cidadã, pode-se

evidenciar o baixo desempenho que este país apresenta em 4 importantes áreas de desenvolvimento: educação, saúde, urbanização e segurança cidadã.

As perspectivas apresentadas sobre o complexo problema destes indicadores sociais com baixo desempenho econômico são um exemplo do mau uso dos recursos econômicos e da forma como eles são administrados pelo Estado.

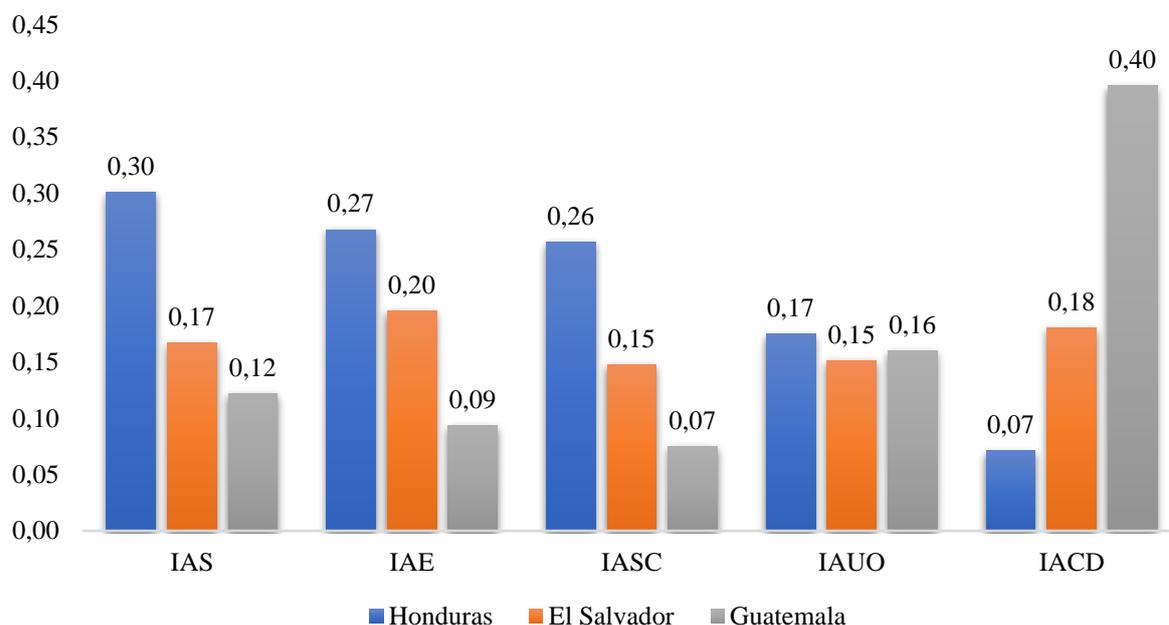
O país está passando por uma desigualdade dividida por territórios e por sua diversidade étnica, onde as pessoas que vivem em comunidades rurais têm os mais altos níveis de pobreza neste entrelaçamento de desigualdades.

Segundo a CEPAL (2016, p. 65 - 66), ela faz um balanço dos vários aspectos que fazem parte do desenvolvimento social na América Latina, realizando estudos sobre a evolução da pobreza e como a renda é distribuída na região. Os resultados encontrados sobre o desenvolvimento na região colocam a Guatemala em segundo lugar com uma porcentagem de 67,4 da população que vive na pobreza, estas pessoas que representam a maior taxa habitam territórios na parte norte deste país, que é em sua maioria indígena e rural.

Estas reflexões de desigualdade podem ser afetadas pela forma como são administrados os recursos econômicos dos gastos sociais públicos, que para este estudo o gráfico anterior mostrou índices relativamente baixos sobre o desempenho econômico dos gastos públicos na Guatemala nas áreas de maior importância como educação, saúde e segurança do cidadão.

No gráfico a seguir é feita uma comparação das áreas sociais que foram avaliadas neste trabalho, com o objetivo de determinar através da média aritmética o desempenho econômico apresentado em cada área e compará-lo com as áreas dos outros países durante os 10 anos. Então, estes índices de desempenho de cada país podem ser conferidos, como mostrado no gráfico abaixo.

Gráfico 9 - Gráfico comparativo por área e países



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

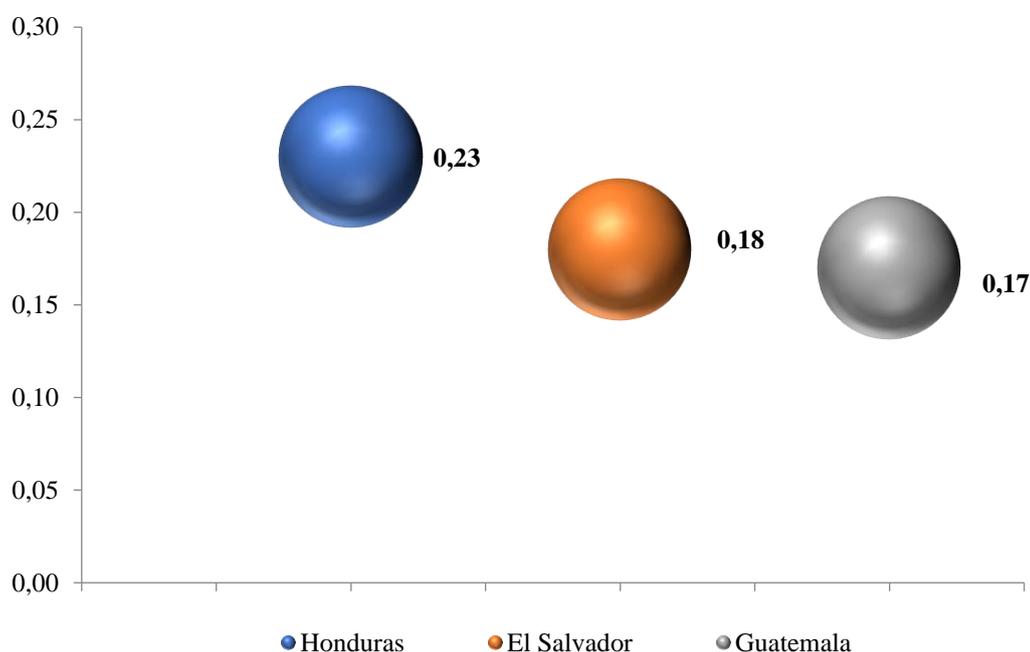
O gráfico acima mostra o desempenho de cada uma das áreas em comparação por países. Honduras obteve o melhor índice de desempenho nas áreas de saúde, educação, cultura e urbanização; mostrando o índice mais baixo em cultura. Em seguida, El Salvador apresentou um desempenho superior à Guatemala em 4 de suas áreas, com índices de desempenho mais ou menos semelhantes, que permaneceram em um índice entre 0,15 e 0,18 em todas as áreas.

A Guatemala, por sua vez, manifestou algumas diferenças significativas no desempenho da educação e segurança cidadã com valores relativamente baixos em comparação com seus pares, enquanto na área de cultura e esportes projetou um aumento inesperado no qual atingiu um desempenho econômico de 0,40.

Os resultados anteriores mostram as discrepâncias existentes entre o orçamento de cada área comparado por países, que podem ser ligadas ao grau de importância que têm para cada país, assim como os recursos financeiros e até mesmo as mesmas necessidades que cada nação tem. Da mesma forma, essas diferenças mostradas em cada área podem ser afetadas pela redução dos gastos públicos registrados durante esses anos e que a disparidade de gastos em uma determinada área também afeta a outra, devido à fragilidade da situação financeira do governo, de acordo com os recursos que possuem e as formas de governo.

O gráfico seguinte apresenta o IDEGPS geral por país durante os 10 anos, apresentado em ordem de maior para menor de acordo com seu índice de desempenho: Honduras com 0,23; El Salvador com 0,18; Guatemala com 0,17, como mostrado abaixo.

Gráfico 10 - Gráfico do IDEGPS geral por países



Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os resultados apresentados com o índice geral de El Salvador e Guatemala são semelhantes e, no contexto da realidade social, política e econômica que esses países têm, é evidente que são muito semelhantes em termos de lacunas de desigualdade social.

Honduras apresenta um índice de desempenho superior aos outros dois países, evidenciando melhorias no desempenho dos recursos econômicos, o que indica que os serviços e produtos do sistema público estão melhorando, mas o trabalho deve sempre ser feito com o objetivo de obter melhor resultados no desempenho dos gastos públicos.

Os serviços básicos nos países do TNC não têm um nível geral de cobertura por território, especialmente em serviços básicos de saneamento e educação, os países de Honduras, El Salvador e Guatemala mostram semelhanças na distribuição de recursos no nível de cobertura social. O país da Guatemala é um dos três que mostram as maiores lacunas nas desigualdades sociais a partir de uma abordagem territorial devido à sua diversidade cultural e à população majoritária que vive em áreas rurais. Esta má distribuição e acesso limitado aos serviços básicos para viver com dignidade, limita o ótimo desempenho dos recursos públicos das nações, segundo a CEPAL (2016, p. 65-74).

As lacunas de desigualdade que os países enfrentaram nos anos 2005 a 2015, têm relevância ao refletir os resultados anteriores sobre o desempenho econômico dos gastos

públicos sociais dos países participantes, que foram avaliados de 2008 a 2017, mostrando índices relativamente baixos de acordo com a realidade angustiada.

4.5 DÓCIMAS DE KRUSKAL-WALLIS Y MANN-WHITNEY

Nesta seção, foi realizada uma análise comparativa do IDEGPS considerando as 5 áreas em estudo e os 3 países selecionados. Primeiro, foi feita uma comparação para cada uma das áreas: saúde pública e seguridade social; educação pública e educação para o trabalho; segurança pública; urbanização e obras públicas; cultura e esporte, considerando o país como um fator. Em uma segunda etapa, a comparação foi focalizada no interior de cada país, considerando como um fator as áreas previamente definidas em cada país.

Para atingir este objetivo, foi utilizado o teste não paramétrico Kruskal-Wallis, assumindo amostras independentes para cada país, a fim de verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as áreas e países em relação ao desempenho econômico dos gastos sociais públicos nos 10 anos considerados neste estudo.

Tabela 8 - Testes de Kruskal-Wallis por áreas

Teste estatístico	Áreas				
	Saúde Pública	Educação	Segurança Pública	Urbanização e Obras P.	Cultura e Esporte
Qui-quadrado	7,683	13,525	10,454	,266	13,990
df	2	2	2	2	2
Significado assintomático	,021	,001	,005	,876	,001

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os testes não paramétricos Kruskal-Wallis por áreas do IDEGPS mostraram que, para: saúde, educação, segurança pública, cultura e esportes, a hipótese nula representada por H_0 ($p < \alpha$), considerando uma confiabilidade del 95%, é rejeitada, considerando uma confiabilidade de 95%, o que indica que nessas áreas existem diferenças estatisticamente significativas nos índices de desempenho. Entretanto, para a área que compreende urbanização e obras públicas, a hipótese nula não foi rejeitada ($p > \alpha$), verificando que não há diferenças estatisticamente significativas entre as áreas.

Após a verificação das diferenças estatísticas por áreas dos indicadores de gastos públicos, foram realizados os testes não paramétricos para o índice de desempenho econômico

geral dos três países para verificar se as diferenças percebidas anteriormente nos gráficos são estatisticamente significativas. Estes são mostrados abaixo.

Tabela 9 - Teste estatístico de Kruskal-Wallis por países

Teste estatístico	Países		
	Honduras	El Salvador	Guatemala
Qui-quadrado	21,775	0,698	23,747
df	4	4	4
Significado assintomático	0,000	0,952	0,000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Os resultados dos testes não paramétricos realizados pelos países em todo o período verificam que para Honduras a hipótese nula representada por H_0 é rejeitada e provam que, existem diferenças estatisticamente significativas nos valores obtidos do IDEGPS conformados pelos índices de cada área em cada país. Este comportamento foi apresentado e discutido anteriormente com os gráficos que verificaram a existência de uma forte flutuação entre seus valores ao longo dos 10 anos. Pode-se dizer, então, que Honduras apresentou diferenciações no desempenho econômico dos gastos públicos neste período.

Para El Salvador, observe que não há diferenças significativas nos valores do IDEGPS de cada país e suas áreas, que H_0 não é rejeitado, ao contrário dos resultados de Honduras, o que significa que para El Salvador não há diferenças em termos de seu índice de desempenho encontrado, uma vez que foi previamente confirmado que todas as suas áreas têm seus índices distribuídos de forma similar ao longo de todo o período.

No caso da Guatemala, a hipótese nula foi rejeitada, assim como em Honduras, demonstrando que existem diferenças significativas no índice de desempenho deste país e, naturalmente, em todas as áreas medidas ao longo do período avaliado.

Os testes não paramétricos verificam que Honduras e Guatemala apresentam diferenças estatisticamente significativas nos índices por área; enquanto El Salvador afirma o oposto.

É possível que os gráficos mostrados na seção anterior mostrem as diferenças no comportamento de cada uma das áreas em comparação com as outras áreas de cada país e em comparação com as dos três países.

Os resultados do teste não paramétrico são utilizados para verificar se esses níveis de diferenças existem ou não nos índices de desempenho econômico dos gastos públicos por área e país.

Ao verificar o cumprimento destes comportamentos do índice de desempenho econômico dos gastos públicos nestas áreas e países, a fim de saber exatamente onde se encontram estas diferenças, procedemos à aplicação de testes *post hoc* (*Mann-Whitney U*), mostrando os resultados destas diferenças significativas na Tabela 13 abaixo.

Tabela 10 - Testes de post hoc (U de Mann-Whitney) por áreas

Amostra 1 - Amostra 2	Áreas				
	Saúde Pública Sig.	Educação Sig.	Segurança Pública Sig.	Urbanização e Obras P. Sig.	Cultura e Esporte Sig.
Guatemala - Honduras	0.006	0.000	0.001	(-)	(-)
Guatemala - El Salvador	(-)	0.012	(-)	(-)	(-)
Honduras-Guatemala	(-)	(-)	(-)	(-)	0.000

Fonte: elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

(-): Isso significa que não houve comparações porque não há diferenças significativas.

A Tabela 10 verifica a significância estatística das diferenças existentes entre as áreas de acordo com seu índice de desempenho dos gastos públicos. Observa-se que Honduras apresenta 3 diferenças significativas com respeito à Guatemala para as áreas de saúde com 0,006; educação com 0,000 e segurança cidadã com 0,001.

Por outro lado, a Guatemala em comparação com El Salvador apresentou diferenças apenas no índice de desempenho correspondente à área da educação com um valor significativo de 0,012. Em seguida, a Guatemala em comparação com Honduras apresentou apenas diferenças significativas na cultura e no esporte com 0.000 de significância e as demais comparações não apresentaram nenhuma diferença significativa, o que indica que os índices têm valores semelhantes no resto das áreas.

Tabela 11 - Teste de post hoc (U de Mann-Whitney) por países

Amostra 1 - Amostra 2	Países		
	Honduras Sig.	Guatemala Sig.	El Salvador Sig.
IACD - IASC	0.001	(-)	(-)
IACD - IAE	0.000	(-)	(-)
IACD - IAS	0.000	(-)	(-)
IASC - IACD	(-)	0.000	(-)
IAE - IACD	(-)	0.000	(-)

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

(-): Isso significa que não houve comparações porque não há diferenças significativas.

Onde: IACD: Índice da Área de Cultura e Esporte; IASC: Índice da Área de Segurança Cidadão; IAE: Índice da Área de Educação; IAS: Índice da Área de Saúde.

Finalmente, o cumprimento destes orçamentos foi analisado e verificado com testes post hoc (Mann-Whitney U) para cada área, tomando o país como base. Os resultados obtidos mostraram onde havia áreas em cada país que não eram significativamente diferentes entre o conjunto de áreas do gasto público social por país durante os 10 anos estudados nos 3 países.

O capítulo seguinte e último desta pesquisa apresenta as considerações finais e suas respectivas recomendações com base nos resultados encontrados na avaliação do IDEGPS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresenta as considerações finais sobre a avaliação do desempenho econômico dos gastos sociais públicos de 2008 a 2017. A avaliação considerou 21 indicadores que foram agrupados em 5 áreas de desenvolvimento social: saúde pública e seguridade social; educação pública e educação para o trabalho; segurança cidadã; urbanização e obras públicas; cultura e esportes, para os países de Honduras, El Salvador e Guatemala que compõem a região econômica do Triângulo Norte da América Central.

Honduras, El Salvador e Guatemala estão entre os países com maiores desigualdades na América Latina, principalmente em termos sociais, econômicas, políticas e transparências na administração pública. Todas essas lacunas estão estreitamente relacionadas aos recursos públicos, especialmente a administração dos recursos econômicos administrados pelo Estado, que por sua vez estão diretamente relacionados às políticas públicas, monetárias e econômicas e ao orçamento público do Estado.

Ao longo desta pesquisa, foram apresentadas teorias acerca das formas de intervenção ou ferramentas que permitem medir, informar e obter resultados concretos para evitar a decomposição dos recursos públicos, podendo fazer melhor uso deles. Nestas discussões, há uma profunda reflexão sobre a importância de avaliar o desempenho do gasto social público, como uma ferramenta que permite encontrar resultados importantes para refletir e analisar as diferentes esferas de divergência social nas áreas que têm maior impacto no desenvolvimento de um país.

Como foi observado acima, os países incluídos neste estudo são caracterizados por uma série de divergências sociais e, no que diz respeito aos gastos públicos, manifestam uma série de desigualdades no sistema de administração pública desses países. Administrativamente, o sistema público ainda carece de procedimentos e ferramentas tecnológicas; estrutura, formas de controle administrativo, planejamento estratégico, execução e controle do orçamento anual de receitas e despesas do Estado.

Em resposta aos objetivos desta pesquisa, a avaliação de desempenho foi realizada contemplando os indicadores econômicos do gasto público social, a fim de encontrar resultados concretos sobre o grau de cumprimento do IDEGPS. A avaliação de desempenho permitiu verificar a hipótese apresentada sobre a instabilidade orçamentária dos gastos para estas áreas de desenvolvimento social, dadas as limitações existentes de recursos econômicos apresentados por estes países no período 2008 a 2017 com índices oscilantes e com valores baixos.

É importante mencionar que estes países pertencentes ao TNC, carecem de estudos científicos sobre a eficiência, eficácia e desempenho dos gastos públicos; o que enfraquece para demonstrar os antecedentes que se manifestam sobre o uso dos recursos econômicos, o desempenho, seu impacto ou mesmo os efeitos da corrupção e perda de recursos públicos, inclusive a supervalorização destes em detrimento dos cidadãos. É considerado de suma importância avaliar e medir este comportamento dos recursos financeiros que fazem parte das finanças públicas e que se tornam um instrumento para responder às necessidades dos cidadãos.

É essencial compreender as responsabilidades e compromissos que o Estado assume ou deveria assumir, permitindo ter controle dos diferentes aspectos econômicos, políticos e sociais do país. Sem esquecer que o Estado é o mais alto órgão governamental com a obrigação de atender as necessidades básicas dos cidadãos, tais como acesso à saúde, educação, alimentação, saneamento básico, infraestrutura, segurança do cidadão, o pleno gozo de seus direitos humanos, entre outras liberdades.

Ao longo dos 10 anos avaliados, os principais resultados obtidos a partir dos índices de desempenho econômico por país obtiveram valores baixos. Os resultados obtidos no nível do índice de desempenho econômico geral por país, em primeiro lugar, é Honduras com um índice de desempenho de 0,23, com uma estreita diferença é o de El Salvador com um índice de 0,18, e uma pequena diferença é seguida pela Guatemala que apenas alcançou 0,17. Levando em consideração que estes índices foram obtidos através da média aritmética dos índices por áreas, que mostraram oscilações constantes ao longo do período.

As mudanças no desempenho ao longo da série temporal para Honduras mostraram alguns pequenos aumentos no início, e depois permaneceram de 2010 a 2014 com um crescimento insignificante que impressionou em 2015 com mudanças drásticas de crescimento e depois diminuiu ligeiramente. Honduras teve desempenho superior ao resto dos países em 4 de suas áreas: saúde pública com 0,30; educação com 0,27, segurança cidadã com 0,26 e urbanização com 0,17. Estas mudanças são características da discrepância existente entre as políticas públicas deste país, os contextos das crises sociais que ocorrem a cada ano e que exigem diferentes números orçamentários a serem atendidos, o planejamento estratégico dos governos para executar essas políticas e os planos governamentais. As mudanças dos governos e seus gabinetes também geraram mudanças orçamentárias e, naturalmente, os efeitos se refletem no nível de desempenho na execução financeira dos gastos públicos a cada ano.

El Salvador, por outro lado, melhorou seu nível de equilíbrio no aumento do desempenho econômico desde o início de 2008 com um índice baixo, mostrando um ligeiro

crescimento até 2014 quando atingiu 0,67, sendo este o índice mais alto por ano, em relação aos outros países em todos os seus anos. Em nível geral, os 5 índices por áreas apresentaram valores inferiores a 0,20 para a educação; 0,18 para a cultura; 0,17 para a educação; 0,15 para a urbanização e segurança do cidadão. É importante levar em consideração que El Salvador apresentou desafios nesse período, principalmente nos primeiros 6 anos em que se destacam a má administração pública, as formas de liderar políticas públicas, os partidos políticos no poder e suas ideologias econômicas; sem abandonar os importantes desafios sociais que faziam parte das lacunas transcendentais que dificultavam uma gestão mais comprometida com o desempenho econômico do orçamento público.

Os resultados do IDEGPS para a Guatemala foram os mais desfavoráveis para o desempenho avaliado destes indicadores sociais. O índice de desempenho econômico geral foi de 0,17, próximo a El Salvador; entretanto, os índices por área foram relativamente desiguais. A área de segurança do cidadão teve o menor índice de desempenho econômico social com 0,7; educação com 0,9; saúde com 0,12; e urbanização com 0,16. Por outro lado, a área de cultura e esportes apresentou um índice inesperado de 0,40, colocando-a no mais alto índice de desempenho econômico por áreas em todos os países.

Para a Guatemala neste período específico, uma série de impactos sobre os indicadores econômicos e sociais pode ser argumentada durante o ano de 2008 a 2014, enfraquecendo as receitas do orçamento público, o que reduziu a gestão dos gastos sociais públicos. É importante levar em conta como as políticas públicas foram desenvolvidas pelos governos que lideraram o país naquele período, com a existência de uma institucionalidade democrática fraca, problemas sociais e ambientais como: tempestades, terremotos e a erupção vulcânica do vulcão Pacaya em 2010. Estes problemas que atingiram este país deixaram lacunas maiores de desigualdade social e baixo crescimento econômico, o que afetou diretamente o desempenho econômico dos gastos sociais públicos naquele período.

Com base nessa análise, recomenda-se que os governos formulem, discutam, aprovelem, executem e controlem cada política, lei, projeto ou programa e aumentem a quantidade de recursos econômicos para fortalecer e melhorar esses serviços prioritários para melhorar a vida das pessoas.

A limitação dos recursos econômicos do Estado limita o desempenho econômico dos gastos públicos sociais; além disso, é possível que seu efeito seja desfavorável para a atividade econômica de um país, afetado pela incerteza das políticas públicas; tanto externas quanto internas que enfraquecem os recursos econômicos do orçamento público. A limitação desses

recursos econômicos afeta os orçamentos destinados tanto às receitas como às despesas do gasto público e sua distribuição de acordo com as necessidades e o tamanho da nação, impactando diretamente no padrão de vida dos habitantes daquele país.

Entre os desafios desta pesquisa estão as principais limitações: não foi possível ter um banco de dados primário com as mesmas medidas específicas do orçamento executado por indicador em cada país; não foi possível ter o alcance dos dados disponíveis para comparar mais países na mesma região; a indisponibilidade de instituições estatais para fornecer acesso a informações sobre os gastos públicos.

Este trabalho fornece uma ferramenta para compreender e estudar o desempenho econômico do gasto público social através do índice IDEGPS, que pode ser utilizado para qualquer tipo de gasto público. Também disponibiliza os bancos de dados e 21 indicadores econômicos do gasto público social para Honduras, El Salvador e Guatemala para o período de 2008 a 2017. Essas bases de dados podem estar sujeitas a alguns preconceitos ou simetrias e para estudos futuros é recomendado trabalhar com um número maior de indicadores, outros conjuntos de países e séries temporais mais longas.

REFÊRENCIAS

ASCHAUER, D. A. Is public expenditure productive. **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p. 177-200, 1989.

ASMANN, Parker. **EE. UU. alega que hermano del presidente de Honduras es narcotraficante**. 2018. Disponível em: <http://es.insightcrime.org/noticias/analisis/eeuu-alega-hermano-presidente-honduras-narco/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ANAND, Sudhir; SEN, Amartya K. **Human Development Index: methodology and measurement**. New York: Human Development Report Office, 1994.

BANCO MUNDIAL. **Honduras: Panorama General 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/country/honduras/overview#1>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores y tasa de la pobreza**. [disponibilidad de la base de datos actualizados por país]. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.DDAY?locations=1W&start=1981&end=2015&view=chart>. Acesso em: 9 feb. 2020.

BANCO MUNDIAL. **La Eficiencia del Gasto Público en Educación y Salud en El Salvador**. 2003-2013. México: El Departamento de Países de Centroamérica, 2016.

BONEFOY, C. M. A. **Indicadores de Desempeño en el Sector Público**. Santiago: Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social - ILPES, 2005.

DÍAZ-BAUTISTA, Alejandro. Un modelo empírico de crecimiento económico y de la nueva geografía económica urbana en México considerando a la frontera norte. **Paradigma Económico**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-39, mar. 2017. Disponível em: <https://paradigmaeconomico.uaemex.mx/article/view/4811>. Acesso em: 25 mayo 2021.

BARRO, Robert. Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth. **Journal of Political Economy**, v. 98, p. S103-S125, 1990.

BARCELONA CENTER FOR INTERNACIONAL AFFAIRS (CIDOB). **Bibliografías de líderes políticos del mundo**. Barcelona, c2014. Disponível em: http://cidob.org/biografias_lideres_politicos. Acesso em: 12 may. 2020.

DÍEZ, S. P.; MATUTE, E. del P.; CIENFUEGOS, I. M. A. de; CÁMARA, C. C. **Avances y obstáculos en el fortalecimiento del estado en Centroamérica y República Dominicana: un análisis de la capacidad institucional, la reforma de la administración y la gestión pública**. Madrid: Instituto Nacional de la Administración Pública, 2007.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (CIDH); ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OAS). **Corrupción y Derechos humanos: Estándares Interamericanos**. Washington: [s. n.], 2019.

CÁCERES, Rene. Consideraciones sobre la dolarización en El Salvador. **Revista Realidad**, El Salvador, v. 128, 2011.

CHAIB, Diana Chaukat. **Estimação do índice agregado de dependência econômica**. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2019.

COMÍN, F.; FUENTES, D.; REVUELTAS, J. **La revolución entre el crecimiento económico y el gasto público en Argentina, Brasil, España y México durante el siglo XX**. Granada, España: [s. n.], 2009.

CROSA, Mateo. **Honduras: un valle de lágrimas y de resistencias**. 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Honduras-huracan-maquilas/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Las tendencias principales del comercio, la política comercial y los acuerdos de integración de los países de la Asociación de Estados del Caribe (AEC)**. Santiago de Chile, 2001.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Manual de indicadores del desempeño**. 2005. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5611/S05900_es.pdf. Acesso em: 04 jul. 2020.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Guía metodológica diseño de indicadores compuestos de desarrollo sostenible**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Gasto social: modelo de medición y análisis para América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **La Matriz de la desigualdad en América Latina y El Caribe**. Santo Domingo, 2016.

DE-LOSSO, R. **Temas de economía aplicada: deflacionamiento**. 2020. Disponível em: <http://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif478-18-24.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

DATOS MACROS. **Índice de Precios al Consumidor por Países**. [2021]. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/ipc-paises/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

DATOS MACROS. **Demografía Poblacional por Países**. [2021]. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/poblacion/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

DATOS MACROS. **Número de Homicidios por Países**. [2021]. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/homicidios/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

EL SALVADOR. Fundación Nacional para el Desarrollo (FUNDE). **Análisis del Presupuesto de Estado**. El Salvador, 2014.

EL SALVADOR. Ministerio de Educación (MINED). **Historia El Salvador 2**. 2. ed. El Salvador, 2009.

EL SALVADOR. Secretaría de Finanzas (SEFIN). **Presupuesto Ciudadano: ejercicio fiscal.** El Salvador, 2011.

EL SALVADOR. **Revisión Nacional Voluntaria de la Implementación de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en El Salvador Foro Político de Alto Nivel sobre Desarrollo Sostenible.** El Salvador, 2017.

ESPAÑA. **Plan de Indicadores de Sostenibilidad Urbana de Vitoria-Gasteiz Vitoria.** Departamento de Medio Ambiente del Ayuntamiento de Vitoria-Gasteiz, Barcelona, 2010.

O'CONNOR, Allison; BATALOVA, Jeanne; BOLTER, Jessica. **Central American Immigrants in the United States.** 2019. Disponível em: <http://migrationpolicy.org/article/central-american-immigrants-united-states>. Acesso em: 6 maio 2020.

FURTADO, Celso. **El subdesarrollo Latinoamericano y la teoría del desarrollo.** México: Siglo XXI Editores, 1960.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FREUND, John. E. **Mathematical Statistics.** 6. ed. México: Pearson Educación de México, 2000.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (FMI). **Manual de Estadísticas de Finanzas Públicas.** 2. ed. Washington: FMI, 2001.

FONTELLES, M.; SIMÕES, M.; FARIA, S S.; RONTELLES, R. **Metodología da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa.** Belém: [s. n.], 2009.

GARCÍA, Ester Del Campo; BONIVENTO, José Hernández. Talento para lo público: analizando los sistemas de formación y capacitación de funcionarios públicos en América Latina. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, Venezuela, n. 64, p. 165-192, 2016.

AMPARÁN, Juan Pablo Guerrero; ORTEGA, Mariana López. **Manual sobre el Marco Jurídico del Presupuesto Público Federal.** México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2000.

GUATEMALA. Instituto Nacional de Estadística de Guatemala (INE). **Resultados del censo poblacional 2018.** Guatemala, 2018. Disponível em: <http://www.censopoblacion.gt>. Acesso em: 8 maio 2019.

GUATEMALA. Ministerio de Finanzas Públicas de Guatemala (MINFIN). **Aprendiendo Aspectos Básicos del Presupuesto,** 1992.

GUATEMALA. **Gasto Público de la Administración Central 2005-2019**. [2020]. Disponível em: <http://minfin.gob.gt/estadisticas-e-indicadores/gastos>. Acesso em: 8 jun. 2020.

FIORI, J. L. **Estado e Desenvolvimento para América Latina**: notas para um novo “programa de pesquisa”. Brasília, DF: CEPAL, 2013.

HAIR, J.; ANDERSON, R.; TATHAM R. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HONDURAS. Banco Central de Honduras (BCH). Sugerencia de Estudios Económicos. **Precio Promedio del Dólar 2020**. [2020]. Disponível em: <http://bch.hn/esteco/ianalisis/tcdint.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

HONDURAS. Secretaría de Salud de Honduras (SSH). **Crónicas de desastres**: Huracán Mitch en Honduras 1998. Tegucigalpa, 1999.

HERNÁNDEZ, S.; FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, L. **Metodología de la investigación**. 5. ed. México: [s. n.], 2010.

KOLING, Paulo José. Teorias da dependência: abordagens sobre o desenvolvimento latino-americano. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, Maringá, v. 11, n. 1-2, p. 137-165, 2007.

KEYES, C. Social well-being. **Social Psychology Quarterly**, United State, v. 61, p. 122-140, 1998.

LOZANO IRUESTE. **Introducción a la teoría del presupuesto**. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1983.

LÓPEZ-AGUADO, M.; GUTIÉRREZ-PROVECHO, L. Cómo realizar e interpretar un análisis factorial exploratorio utilizando SPSS. **Revista d’Innovación i Recerca en Educació**, v. 12, n. 2, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1344/reire2019.12.227057>. Acesso em: 16 enero 2020.

LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. **Análise de dados multivariados**. Tradução de HarueAvritscher. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MARCONI, A.; LAKATOS, M. **Fundamentos de metodología científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINEZ, Andrea. Guerrilla y movimiento popular en Guatemala: veinte años de lucha, Historias. **Revista de la Dirección de Estudios Históricos del Instituto Nacional de Antropología e Historia**, México, n. 4, p. 69-93, abr./dic. 1983. Disponível em: <http://cedema.org/ver.php?id=4905>. Acesso em: 6 enero. 2020.

MÉNCIA, Andino Tomas. **Maras y Violencia**: estado del Arte de las Maras y Pandillas en Honduras. Honduras: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2016.

MENDOZA, Carlos. **Diálogos**: informe sobre la violencia homicida en Guatemala, del 1 de julio del 2017 al 30 de junio del 2018. Guatemala, 2018.

MOTA, José. **Inversión pública y crecimiento económico: Hacia una nueva perspectiva de la función del gobierno**, Economía: Teoría y práctica, México, núm. 33, pp. 59-95, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.135 - 138.

NAIM, M. **Latin American's journey to the market: from macroeconomic shocks to institutional therapy**. California: ICS Press, 1995.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ECONOMIQUES (OCDE-PUMA). **Best Practices Guidelines for Evaluation**. Paris, 1998.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). **América Latina y el Caribe tienen la segunda tasa más alta de embarazo adolescente en el mundo**. Ciudad de Panamá, 2018.

Disponível em:

https://www.paho.org/chi/index.php?option=com_content&view=article&id=996:america-latina-y-el-caribe-tienen-la-segunda-tasa-mas-alta-de-embarazo-adolescente-en-el-mundo&Itemid=1005//. Acesso em: 10 enero 2021.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **Informe sobre Desarrollo Humano 2019: más allá del ingreso, más allá de los promedios, más allá del presente: desigualdades del desarrollo humano en el siglo XXI**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Nueva York, 2019.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **Sustainable Development Goals**. 2015. Disponível em: <http://www.undp.org//>. Acesso em: 6 abr. 2020.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **Informe sobre Desarrollo Humano El Salvador (IDHES 2018): ¡Soy joven! ¿Y ahora qué?**. El Salvador, 2018.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014: seguridad Ciudadana con Rostro Humano: diagnóstico y propuestas para América Latina**. Nueva York, 2013.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **Human Development Reports: Human Development Index Ranking (HDI)**. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/2019-human-development-index-ranking>. Acesso em: 3 oct. 2020.

PROGRAMA DE DESARROLLO DE LAS NACIONES UNIDAS (PNUD). **PLATAFORMA CELAC: Plan Quinquenal de Desarrollo 2014-2019**. El Salvador, 2020. Disponível em: <http://plataformacelac.org/politica/256>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PORTO, A; GARRIHA, M.; ROSALES, W. Medidas de desempeño y eficiencia del gasto en el sector público descentralizado: el caso de Bolivia. **Revista de Análisis Económico**; v. 33, n. 1, p. 121-155, abr. 2018.

PRODANOV, C.; FEITAS, C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos y técnicas da pesquisa e do trabalho académico. 2. ed. [S. l. : s. n.], 2013.

PABLOS, L. **Economía del gasto público**: control y evaluación. Madrid: Cívitas Ediciones, 2000.

SOLER, R. **Idea y cuestión nacional latinoamericanas**: de la independencia a la emergencia del imperialismo. México: Siglo XXI Editores, 1980.

SCHEDLER, A. Conceptualizing accountability. *In*: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L. J.; PLATTNER, M. F. (ed.). **The self restraining state**: power and accountability in new democracies. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999. p. 13-28.

Andrade, S.; Cruz, C.; Bezerra, E.; Lima, Sousa. **Brazilian Journal of Applied Technology for Agricultural Science**, Guarapuava, Brasil, v.10, n.1, p.25-40, 2017.

TURNOVSKY, S.; FISHER, W. The composition of government expenditure and its consequences for macroeconomic performance. **Journal of Economics Dynamics and Control**, v. 19, p. 747-786, 1995.

MALDONADO, Xavier Mauricio Torres; SANTILLAN, Marco Antonio Logroño. Estado, Nación, Gobierno y Democracia en Ecuador. Quito, 2016. Disponível em: <http://www.dspace.uce.edu.ec/bitstream/25000/21081/1/Estado%2C%20naci%C3%B3n%2C%20gobierno%20y%20democracia%20en%20el%20Ecuador.pdf>. Acesso em: 24 feb. 2020.

TEY, Rodriguez. **Valores nominales y valores reales**, Cadiz, España, c2021. Disponível em: <https://yirepa.es/valores%20nominales%20y%20valores%20reales.html>. Acesso em: 24 feb. 2021.

Deflactar. c2021. Disponível em: <https://yirepa.es/deflactar.htmlm>. Acesso em: 25 feb. 2021.

UNITED NATIONS (UN). Department of Economic and Social Affairs Population Dynamics. **World Population Prospects**. 2019.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **American Community Survey – ACS**. [S. l.]: Department of Commerce USA, 2016.

VASQUEZ, M. **Revisión del modelo de sustitución de importaciones**: vigencia y algunas reconsideraciones. México, 2017.

WHOLEY, Joseph S.; HATRY, Harry P.; NEWCOMER, Kathryn E (ed.). **Handbook of Practical Program Evaluation**. 3rd. United States of America: Jossey-Bass, 2010.

APÊNDICE A – Matriz de correlação, gastos sociais públicos e banco de dados da população.

1. Matriz de correlação anti-imagem.

		Matrizes anti-imagem																				
Indicadores		Salud P	Trabajo SS	Alcoholismo D	Desarrollo M	Agua S	Gasto M	Educa ción P	Educa ción T	Educa ción C	Becas C	Educa ción S	Defen sa SC	Seguri dad C	Justici a DDHH	Obras P	Fondos V	Comisi ón de E	Cultura AD	Ferías C	Futbol A	Juventu d
Correlaçã o anti-imagem	Salud Pública	,758^a	0.185	-0.293	-0.243	0.362	0.237	-0.086	0.031	-0.633	0.059	0.331	-0.482	-0.010	0.147	-0.474	0.096	-0.026	0.106	0.224	0.009	-0.315
	Trabajo y seguridad social	0.185	,274^a	0.320	-0.843	-0.049	0.157	0.183	-0.313	-0.490	0.252	0.612	0.265	0.550	-0.437	-0.593	-0.026	-0.050	0.015	0.087	-0.043	-0.200
	Alcoholismo y drogadicción	-0.293	0.320	,835^a	-0.356	-0.045	-0.108	-0.257	-0.541	0.054	0.117	0.089	0.137	0.237	-0.125	-0.235	0.024	-0.078	-0.190	0.050	0.162	0.009
	Desarrollo de la mujer	-0.243	-0.843	-0.356	,547^a	-0.204	-0.190	-0.046	0.511	0.653	-0.100	-0.761	-0.238	-0.572	0.390	0.693	-0.338	0.247	-0.162	-0.160	0.089	0.289
	Agua y Saneamiento	0.362	-0.049	-0.045	-0.204	,712^a	0.034	-0.310	-0.148	-0.528	-0.165	0.259	-0.233	0.104	0.012	-0.203	0.672	-0.116	0.349	0.296	-0.300	-0.370
	Gasto Médico	0.237	0.157	-0.108	-0.190	0.034	,712^a	-0.152	-0.159	-0.062	-0.487	0.274	-0.155	-0.110	0.138	-0.348	0.109	-0.626	-0.605	-0.175	-0.306	0.210
	Educación Pública	-0.086	0.183	-0.257	-0.046	-0.310	-0.152	,865^a	0.283	-0.064	0.335	-0.027	0.140	0.052	-0.313	0.069	-0.296	0.213	0.069	0.003	0.039	-0.067
	Educación Trabajo	0.031	-0.313	-0.541	0.511	-0.148	-0.159	0.283	,718^a	0.281	0.016	-0.375	-0.017	-0.408	0.043	0.399	-0.402	0.390	0.171	-0.186	-0.239	0.147
	Educación Ciencia	-0.633	-0.490	0.054	0.653	-0.528	-0.064	0.281	,284^a	-0.150	-0.803	0.410	-0.505	0.189	0.507	-0.409	0.072	-0.454	-0.352	0.074	0.505	
	Becas y credits	0.059	0.252	0.117	-0.100	-0.165	-0.487	0.335	0.016	-0.150	,724^a	-0.097	0.136	0.193	-0.350	0.069	-0.402	0.374	0.070	0.524	0.383	-0.542
	Educación Superior	0.331	0.612	0.089	-0.761	0.259	0.274	-0.027	-0.375	-0.803	-0.097	,619^a	-0.270	0.527	-0.325	-0.532	0.351	-0.211	0.318	0.051	-0.174	-0.186
	Defensa	-0.482	0.265	0.137	-0.238	-0.233	-0.155	0.140	-0.017	0.410	0.136	-0.270	,824^a	0.154	-0.420	-0.038	-0.038	-0.029	-0.068	-0.106	-0.095	0.086
	Seguridad Ciudadana	-0.010	0.550	0.237	-0.572	0.104	-0.110	0.052	-0.408	-0.505	0.193	0.527	0.154	,661^a	-0.497	-0.400	0.262	-0.112	0.265	0.085	-0.188	-0.183
	Justicia y DDHH	0.147	-0.437	-0.125	0.390	0.012	0.138	-0.313	0.043	0.189	-0.350	-0.325	-0.420	-0.497	,793^a	-0.020	0.049	-0.027	-0.186	-0.057	0.212	0.146
	Obras Publicas	-0.474	-0.593	-0.235	0.693	-0.203	-0.348	0.069	0.399	0.507	0.069	-0.532	-0.038	-0.400	-0.020	,643^a	-0.301	0.278	-0.014	0.009	0.124	0.098
	Fondos para vivienda	0.096	-0.026	0.024	-0.338	0.672	0.109	-0.296	-0.402	-0.409	-0.402	0.351	-0.038	0.262	0.049	-0.301	,672^a	-0.295	0.389	-0.043	-0.422	-0.052
	Comisión de Energía	-0.026	-0.050	-0.078	0.247	-0.116	-0.626	0.213	0.390	0.072	0.374	-0.211	-0.029	-0.112	-0.027	0.278	-0.295	,737^a	0.281	0.083	0.246	-0.136
	Arte y cultura	0.106	0.015	-0.190	-0.162	0.349	-0.605	0.069	0.171	-0.454	0.070	0.318	-0.068	0.265	-0.186	-0.014	0.389	0.281	,726^a	-0.009	-0.167	-0.163
	Ferías Culturales	0.224	0.087	0.050	-0.160	0.296	-0.175	0.003	-0.186	-0.352	0.524	0.051	-0.106	0.085	-0.057	0.009	-0.043	0.083	-0.009	,654^a	0.655	-0.971
	Futbol autónomo	0.009	-0.043	0.162	0.089	-0.300	-0.306	0.039	-0.239	0.074	0.383	-0.174	-0.095	-0.188	0.212	0.124	-0.422	0.246	-0.167	0.655	,751^a	-0.551
Juventud	-0.315	-0.200	0.009	0.289	-0.370	0.210	-0.067	0.147	0.505	-0.542	-0.186	0.086	-0.183	0.146	0.098	-0.052	-0.136	-0.163	-0.971	-0.551	,624^a	

a. Medidas de adequação de amostragem (MSA)

Fonte: elaboração própria através dos dados obtidos de fontes institucionais.

2. Base de datos do gasto público social por país (em moeda USD).

Parte I. (continua)												
País	Año	Salud Pub y asistencia s.	Trabajo SS	Prev Alcoholis	Programa Mujer D.	Agua y S	Gastos Médicos	Edu. Pública	Edu. Trabajo	Edu. Tecnología	Becas	Edu. superior
HN	2008	207435417	34076112	157783	641082	22905934	37181048	476615677	357344	21304218	1323452	171630492
HN	2009	909830264	44309107	631095	2660615	98050763	117775485	1921309476	1308390	52090204	1858583	310812087
HN	2010	434710548	25215339	840249	23286943	10353699	68784382	943755045	617981	7068108	880592	117970976
HN	2011	529561094	35676310	706851	28845592	10931052	93493071	1095522802	806839	11881445	1070009	183406087
HN	2012	565648322	32921528	1161754	29900673	12689194	92851630	1164245215	635190	9307193	846051	200243556
HN	2013	603479355	23496028	898049	36273312	42584724	137589016	1257880144	1118719	10282569	876109	251226066
HN	2014	575086289	20143711	719880	38067606	18389954	63335006	845434936	869922	5922393	682458	199024364
HN	2015	986561474	26569518	2049611	97280495	69323099	201884596	2386287417	1381680	12120592	2295525	673951014
HN	2016	945677351	60720867	1728588	57116694	48121463	152006259	1771978546	975336	5945667	1468172	394212650
HN	2017	831572751	21880105	1193382	44191189	5635589	64527723	1273086366	825234	4290979	961418	360981572
El SV	2008	26803993	11129973	210346	519300	16365727	27322027	802530820	3273068	108304	226909	10208820
El SV	2009	47428424	12207091	145455	609636	25418364	51791771	153658354	5857972	168804	427636	15591930
El SV	2010	70084808	13992410	133488	1373158	41277859	83621823	227456920	9935810	265533	1379842	26685023
El SV	2011	65054707	11777592	136078	1573810	21628438	40849307	991007231	3751843	109337	1105102	11130826
El SV	2012	232072115	11938515	463459	3956895	196011910	304087460	746174435	24369000	709755	3907525	75287845
El SV	2013	256665245	13529045	540025	5143000	129470465	327562615	778300980	32887500	547810	3907525	74866915
El SV	2014	422206947	24977936	1064381	9579592	192132944	550094320	873339160	56166200	963209	6187891	126247864
El SV	2015	222843222	11217000	968000	4576344	117350567	287816256	657510640	34752080	469568	3342894	66917808
El SV	2016	121997253	10684780	355556	2352642	64211373	167314269	375622377	20690444	570673	1871403	37219640
El SV	2017	117536102	10552921	332000	2129378	76350300	143638274	337856656	18995640	489606	1619998	34561676
GT	2008	195847615	11092336	124964	1428163	1871845	125049986	206819480	1571029	978624	1572876	20116717
GT	2009	577415393	88297783	735238	9996178	5000210	470754955	1435410018	4041923	3504965	1889332	29343202
GT	2010	435351199	67247892	481289	7891075	3128701	350927175	1112200016	3005394	2472161	1457357	30347202
GT	2011	270169837	39191576	254061	12748751	1181241	128183564	676569293	1937789	1537293	1045419	72866893
GT	2012	535804816	70811153	670890	17262761	2502720	220737617	1215880862	10616258	2682757	1448171	172104943
GT	2013	487074771	57071288	519099	14294115	3959986	208089240	1008295600	8809915	2463791	2508107	145983404
GT	2014	780417781	93962572	739322	21598265	3789570	274096378	1741227061	14641859	3977137	1665202	216284877
GT	2015	666421764	73332148	452178	10772970	2963841	150114601	1461129445	12809108	2886844	1247523	212820609
GT	2016	641861472	66103896	496230	21113560	2335732	148710255	1314794372	14306602	2166226	2018876	207785166
GT	2017	483393887	495339987	392934	41638063	2278018	122522951	1043159809	10311021	2660790	1302534	148083560

Fuente: elaboración propia mediante datos recolectados por las fuentes institucionales.

Base de dados do gasto público social por país (em moeda USD).

Parte 2. (finalização)											
País	Ano	Defensa N.	Seguridad C.	Justicia DH	Obras P.	Vivienda S.	Consejo energía	Cultura Art	Ferías cultura	Deporte	Juventud
HN	2008	16927386	172502423	53431899	121773425	225590	365776	5657446	182776	547909	263896
HN	2009	58623303	684878368	235380306	267584652	1072091	1442096	25595895	735774	1603325	1096337
HN	2010	117046918	141144382	109598766	121726673	931835	651114	11443949	330091	842809	1016359
HN	2011	150796854	187788060	100313322	181191113	12545078	651561	10183021	516354	1187627	1217692
HN	2012	149138966	174463787	55806083	142666766	1077097	1137980	12292357	375940	1196992	1200347
HN	2013	222629073	257791281	63886201	249542781	1028685	695731	12782312	408058	1819940	1145039
HN	2014	261236047	206002645	51740319	41107873	888737	588442	7451776	411021	1714415	1108305
HN	2015	614046289	415317255	448762966	300127784	2322405	1434730	16545932	760634	1599172	1527227
HN	2016	504297716	420046092	367896639	451970229	959759	864231	12382051	526838	856364	1497150
HN	2017	341688641	306897460	261672806	345978747	856062	574601	7838400	424603	897387	1104955
El SV	2008	16786836	81888060	833258	13520222	4055446	190089	1855123	634356	1490869	1888795
El SV	2009	32208825	134381598	1593872	29332038	3743379	353099	3195889	974873	3087639	3346272
El SV	2010	50618709	215119425	2491787	46671766	1070520	554870	5068651	1078095	4618870	5493613
El SV	2011	22868170	95649100	1223482	31632586	1035007	228476	2575985	430778	1880039	2488249
El SV	2012	144067030	642666010	8572345	207345315	19997515	1466480	16660142	3474130	12148205	17327070
El SV	2013	153316645	699057338	8900000	222367064	34461840	1466480	17583416	4210420	12198205	17584035
El SV	2014	239129416	1149644304	14587888	317397776	72500424	2346368	27263042	8784200	19700629	27654456
El SV	2015	118718788	638998494	7608588	156610758	31982516	1172192	15134126	5011132	10271332	15148488
El SV	2016	64951040	372992680	4452093	78145901	10290204	1052293	8642847	3446242	5534198	8931591
El SV	2017	56538444	379443789	3776626	86460460	6640119	1017304	7842291	3484014	4932778	8038432
GT	2008	44940731	71432485	4864964	14087495	3513844	14638675	15009997	6456057	347285	8622567
GT	2009	214677108	373829229	49804118	72194781	4574695	35419049	92716430	48068905	1281362	48068905
GT	2010	155143557	267418552	25391164	50253840	12125473	50617998	55591186	35312596	999729	34667925
GT	2011	104422554	237228261	6459694	3739415	5169984	25188624	31996187	21860068	578544	21860068
GT	2012	246894804	10646425	12966399	3295311	18504436	33586819	58313067	41338446	870848	41338446
GT	2013	193655521	7683908	18832659	9591687	20246484	24445798	43610823	39277836	695760	39277836
GT	2014	292656668	448409760	30651851	14249687	29264721	49895226	58394915	62114458	739322	62114458
GT	2015	233659317	46199298	39293306	17870315	21049656	29630326	36440566	45625802	929313	45625802
GT	2016	239318182	336838796	62654962	6602927	25629394	16212600	41465979	45981258	836672	45981258
GT	2017	164462315	29716561	5486762	6506564	31319918	13873615	37387733	36580674	1356440	36580674

Fonte: elaboração própria através dos dados obtidos de fontes institucionais.

3. Base de dados da população por ano (em milhões de habitantes).

País	Ano	População
Honduras	2008	7,981,000.00
Honduras	2009	8,151,000.00
Honduras	2010	8,317,000.00
Honduras	2011	8,481,000.00
Honduras	2012	8,641,000.00
Honduras	2013	8,799,000.00
Honduras	2014	8,956,000.00
Honduras	2015	9,113,000.00
Honduras	2016	9,273,000.00
Honduras	2017	9,436,000.00
El Salvador	2008	6,132,000.00
El Salvador	2009	6,158,000.00
El Salvador	2010	6,184,000.00
El Salvador	2011	6,211,000.00
El Salvador	2012	6,238,000.00
El Salvador	2013	6,266,000.00
El Salvador	2014	6,295,000.00
El Salvador	2015	6,325,000.00
El Salvador	2016	6,356,000.00
El Salvador	2017	6,388,000.00
Guatemala	2008	14,006,000.00
Guatemala	2009	14,316,000.00
Guatemala	2010	14,630,000.00
Guatemala	2011	14,949,000.00
Guatemala	2012	15,271,000.00
Guatemala	2013	15,596,000.00
Guatemala	2014	15,924,000.00
Guatemala	2015	16,252,000.00
Guatemala	2016	16,582,000.00
Guatemala	2017	16,919,000.00

Fonte: elaboração própria com referência aos dados MACRO 2021.